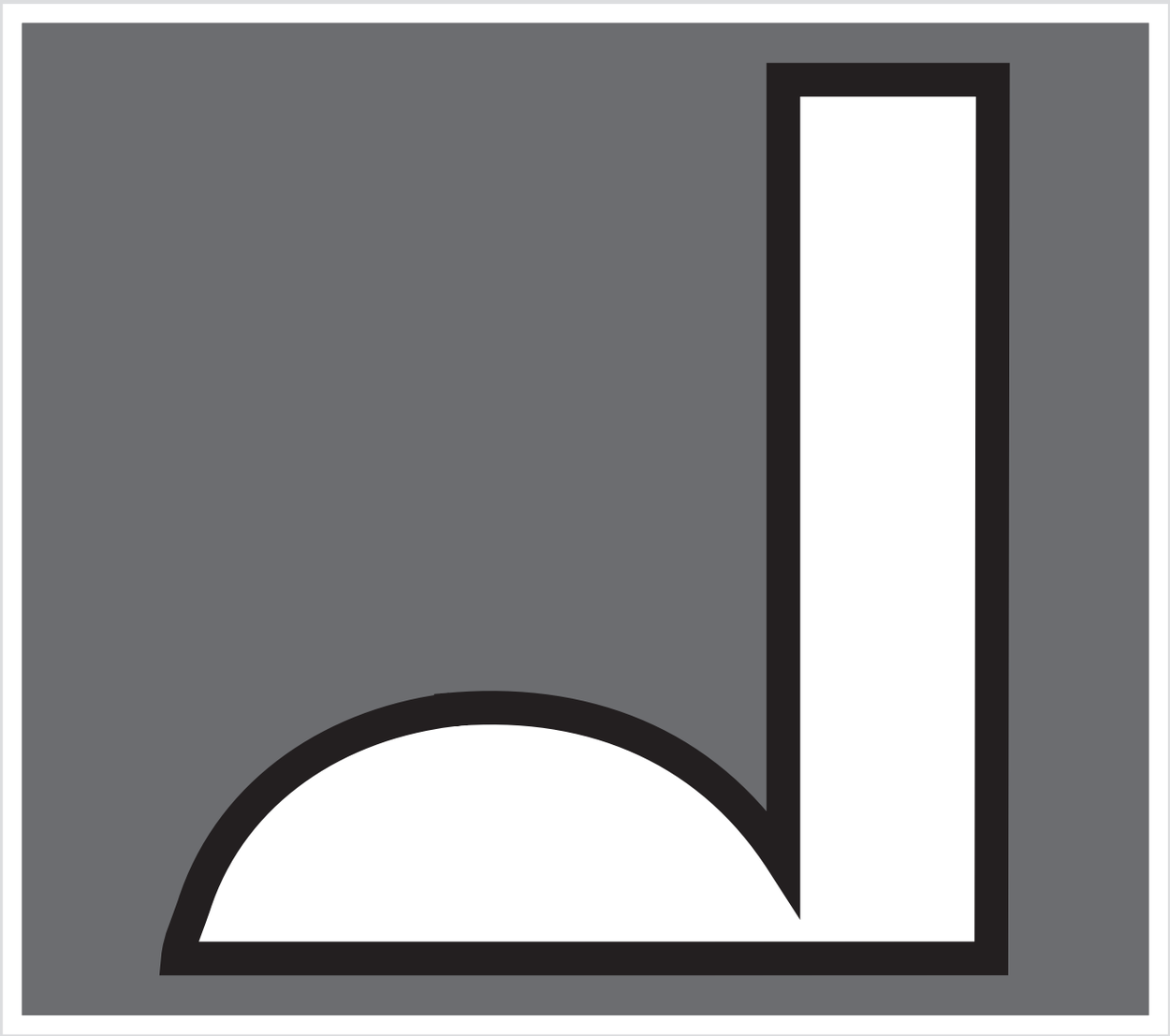
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 007 - TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE	3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)	Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE	4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)	Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE	
Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO	1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 18	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19**	**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27**
Líder **Renan Calheiros - PMDB**	**Líder** **Aloizio Mercadante - PT**	**Líder** **Raimundo Colombo - DEM (1)**
Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... **Líder do PMDB - 17** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto **Líder do PP - 1** **Francisco Dornelles**	Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 11** **Aloizio Mercadante** Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) **Líder do PR - 3** **João Ribeiro** **Líder do PSB - 2** **Antonio Carlos Valadares** **Líder do PRB - 2** **Marcelo Crivella** **Líder do PC DO B - 1** **Inácio Arruda**	Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... **Líder do PSDB - 14** **Arthur Virgílio** Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes **Líder do DEM - 13** **José Agripino** Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
PTB - 8 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	**PSOL - 1** **Líder** **José Nery - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 **Líder** **Osmar Dias - PDT**	**PV - 1** **Líder** **Marina Silva - PV**	
	PSC - 1 **Líder** **Mão Santa - PSC**	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO ESPECIAL, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Nacional do Aposentado, de acordo com o Requerimento nº 11, de 2010, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. 01332

1.2.1 – Hino Nacional Brasileiro executado pela Banda do Exército Brasileiro

1.2.2 – Execução do Hino da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)

1.2.4 – Oradores

Deputado Odacir Zonta..... 01334

Deputado Arnaldo Faria de Sá 01335

Senador Papaléo Paes 01336

Senador Augusto Botelho 01339

Sr. Warley Martins Gonçalles (Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP) 01340

Sr. José Calixto Ramos (Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI) 01341

Senadora Rosalba Ciarlini 01342

Sr. Edison Guilherme Haubert (Presidente do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP) 01343

Senador José Nery 01344

Sr. José Augusto da Silva Filho (Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST) 01346

1.2.5 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)

Senador Roberto Cavalcanti (art. 203 do Regimento Interno) 01353

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 6ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2010

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Pareceres

Nº 9, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007 (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.* 01356

Nº 10, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008 (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso.* 01361

Nº 11, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009 (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.* 01366

Nº 12, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009 (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.* 01371

Nº 13, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009 (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ACITOL – Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná.* 01375

Nº 14, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009 (nº

1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais*..... 01380

Nº 15, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009 (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais*..... 01385

Nº 16, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009 (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à RCI – Rádio Comunitária de Iaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás.* 01390

Nº 17, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009 (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo.*..... 01395

Nº 18, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009 (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás*.... 01400

Nº 19, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009 (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais.* 01405

Nº 20, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará.* 01410

Nº 21, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009 (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão*..... 01415

Nº 22, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009 (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão*..... 01419

Nº 23, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009 (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais*..... 01424

Nº 24, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009 (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.* 01429

Nº 25, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009 (nº 1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.*..... 01434

Nº 26, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009 (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à AMCAR – Associação dos Moradores do Canto do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.* 01439

Nº 27, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009 (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.* 01444

Nº 28, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009 (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o*

ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará. 01449

Nº 29, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009 (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul.* 01454

Nº 30, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009 (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.* 01459

Nº 31, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009 (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte*..... 01464

Nº 32, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009 (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins.* ... 01468

Nº 33, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009 (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo*..... 01472

Nº 34, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009 (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.* 01476

Nº 35, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009 (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.* 01482

Nº 36, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009 (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga – Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.* 01487

Nº 37, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009 (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.* 01492

Nº 38, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009 (nº 1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará*..... 01497

Nº 39, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009 (nº 1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul*..... 01503

Nº 40, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009 (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina.* 01508

Nº 41, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009 (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.* 01513

Nº 42, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009 (nº 1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à EZR*

Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul. 01518

Nº 43, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009 (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.* 01523

Nº 44, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009 (nº 1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.*..... 01528

Nº 45, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009 (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário – Concec, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 01533

Nº 46, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009 (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 01538

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decretos Legislativos nºs 358, de 2007; 75, de 2008; 329, 586, 607, 633, 655, 732, 802, 809, 822, 823, 829, 830, 831, 832, 833, 835, 856, 859, 878, 881, 885, 886, 888, 891, 892, 897, 898, 903, 908, 922, 932, 933, 934, 941, 945 e 946, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente. **(Ofício nº 3, de 2010, de 3 do corrente, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)** 01543

2.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 37, de 2010, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2009, por regularem a mesma matéria..... 01543

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 8, de 2010 (nº 1/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo TC 000.239/2008-1, sobre pedido de reexame interposto pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande – MS, em razão do Acórdão nº 908, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)..... 01543

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *MARCO MACIEL* – Apelo à Câmara dos Deputados para que aprove a proposta, já acolhida no Senado, que visa a celebrar conjuntamente as comemorações, no ano de 2022, da passagem do Bicentenário da Independência do Brasil..... 01543

SENADOR *JOSÉ NERY*, como Líder – Registro da contribuição dos movimentos sociais na redução do desmatamento na Amazônia. Comentários acerca dos resultados da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague, Dinamarca..... 01546

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Importância do Tribunal de Contas da União no controle e na fiscalização de recursos públicos. 01549

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Comentários acerca de matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** acerca da suspensão de licitações em Roraima pelo Tribunal de Contas do Estado. Transcrição da matéria intitulada "Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado"..... 01554

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Comentários sobre artigo de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado "Sem Medo do Passado". 01560

SENADOR *MÃO SANTA* – Papel do Senado Federal, que garante, com a presença de três Senadores por Estado, a representatividade e equidade federativas. Apelo no sentido de que sejam concluídas as obras do porto de Luís Correia. 01567

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Preocupação com a questão do desenvolvimento econômico e social do País. Comentário sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulada "Faltam Trilhos", da autoria de Abram Szajaman..... 01570

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Análise de artigo publicado na imprensa, onde o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tece comentários sobre a pré-candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, e o Presidente Lula. .. 01575

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Homenagem pelo transcurso, em 5 de fevereiro, dos 18 anos de existência do Ministério Público do Estado de Roraima. 01577

SENADOR *SADI CASSOL* – Homenagem e registro da realização, em Palmas/TO, da festa de despedida do primeiro Arcebispo do Tocantins, Dom Alberto Correia Tavares, transferido para Belém/PA.... 01578

SENADOR *PAULO PAIM* – Manifestação sobre a realização hoje, pela manhã, no Plenário do Senado Federal, de Sessão Especial para comemorar o Dia Nacional do Aposentado. Reflexão sobre o avanço do debate acerca da redução da jornada de trabalho. 01579

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Comentários sobre a atuação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao disponibilizar linhas de crédito específicas para micro e pequenas empresas. 01582

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Críticas ao uso, pelo Governo do Estado do Piauí, da estrutura de governo para comemoração aos 30 anos do Partido dos Trabalhadores. 01584

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 9, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 01587

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO DE ATA ANTERIOR

Ata da 1ª Sessão, Não Deliberativa, em 2 de fevereiro de 2010 e publicada no **Diário do Senado Federal nº 3**, do dia subsequente. 01605

4 – PRESIDENTE DO GRUPO BRASILEIRO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO

Nº 6/2010, de 3 do corrente, encaminhando o calendário de reuniões do Parlamento Latino Americano para o ano de 2010..... 01606

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 08.02.2010

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 5ª Sessão Especial, em 8 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Mão Santa e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 5 minutos, e encerra-se às 13 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há número regimental. Senado da República do Brasil. Estamos aqui na quinta sessão especial, para comemorar o Dia Nacional do Aposentado, por requerimento do nosso Senador Paulo Paim.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dia Nacional do Aposentado, nos termos do **Requerimento n º 11, de 2010**, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores e Srs. Senadoras.

Convidamos para compor a Mesa de honra o primeiro signatário do requerimento da presente sessão, Exmº Senador Paulo Paim, Senador do Partido dos Trabalhadores, que representa o Rio Grande do Sul e amado por todo o Brasil. Ele é o defensor perpétuo do trabalhador e do aposentado brasileiro. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap, Sr. Warley Martins Gonçalles. A vida me proporcionou receber alguns títulos, mas um que eu guardo mais carinhosamente foi o que recebi desta instituição, a Cobap.

Convidamos o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, Sr. José Calixto Ramos. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente do Instituto do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – Mosap, o Sr. Edison Guilherme Haubert.

Convidamos o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Sr. José Augusto da Silva Filho, e o nosso querido Deputado Zonta. (*Palmas.*)

Convidamos todos, meus senhores e encantadoras senhoras, a, de pé, cantar o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, com grande satisfação, sentados, mas vibrando e emocionados, ouviremos o Hino da COPAB, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

(Procede-se à execução do hino da Cobap.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É uma satisfação para todos nós ouvir o Hino da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Senador Paulo Paim, essa manifestação nos faz pensar no livro de Deus, no encanto e no louvor a Deus, que estão nos Salmos, mostrando-nos a música. O Salmo é uma música. Davi dedilhava a harpa. Por exemplo, ele dizia: "Deus é meu pastor, nada me faltará." Isso é forte como foi forte o hino.

Pedimos aos executivos da Mesa que peçam à Polícia Legislativa para permitir que os aposentados entrem, mesmo que fiquem de pé, mas que dê uma demonstração de que esta é a Casa do povo do Brasil. Esse é o sentido da democracia. Nós somos o povo. A democracia não é mais, como na Grécia, direta. Com a evolução do mundo, na Itália, em Roma, ela passou a ser representativa, como é o nosso modelo, importado. O Senador Paim daqueles tempos, o Cícero, dizia: "O Senado e o povo de Roma". Então, nós temos de dizer: "O Senado e o povo do Brasil".

Então, que se permita entrar todo o povo para esta grande festividade.

As minhas primeiras palavras, meus senhores e minhas encantadoras senhoras, são para agradecer a Deus por estar presidindo esta solenidade muito importante, em que o País, o povo do Brasil, através de nós, nascidos do povo, da força do povo, das liberdades democráticas, do voto, faz esta homenagem de gratidão ao trabalho que realizaram pelo nosso Brasil. Queremos, então, agradecer a Deus por estar representando o Presidente da Casa, Presidente Sarney, nesta festa de gratidão do povo do Brasil aos nossos aposentados, que construíram a nossa amada Pátria.

A aposentadoria é criação razoavelmente recente na história humana. Podemos lembrar que a ideia surge na segunda metade do século XIX, na Europa, especialmente na Alemanha.

No Brasil, País onde as desigualdades são muito mais acentuadas do que naquele continente, apenas na década de 1920 surge a primeira lei – conhecida como Eloy Chaves – criadora da caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de empresas privadas das estradas de ferro – em 1920, quer dizer, esse é um reconhecimento muito novo, que nós temos, cada vez mais, de aperfeiçoar e fortalecer.

Posteriormente, o direito à aposentadoria foi sendo ampliado para outras categorias profissionais, atingindo parcelas muito maiores da população a partir do Governo de Getúlio Vargas, gaúcho como o nosso Paulo Paim, até abranger todos aqueles que contribuem para a Previdência Social.

Apesar do caráter positivo da aposentadoria – afinal de contas, é uma retribuição por serviços prestados –, ela é vista, muitas e muitas vezes, de forma negativa. Para os desinformados, é entendida como a inação, a inatividade, o tédio, o afastamento do mundo, da família e dos amigos.

A aposentadoria, no entanto, não é isso. Ela é, sim, uma recompensa, um prêmio pelos muitos e muitos anos dedicados a uma atividade profissional. A aposentadoria não representa um fim, um término, uma conclusão.

Ela é, na verdade, o início de uma nova fase da vida. É um novo início, em que a energia é posta a serviço de outros interesses da pessoa.

A aposentadoria pode significar inúmeras coisas: a satisfação de estar mais tempo com a família, de poder viajar, fazer novos amigos, aprender coisas novas, realizar um novo curso, participar de atividades voluntárias, eventualmente, iniciar uma nova atividade profissional. Enfim, aposentar-se significa apenas o início de uma nova fase da vida.

A aposentadoria não é hora de lamentação; é a hora da satisfação pessoal. Lamentação não serve para nada além de atrapalhar a nossa existência. A aposentadoria não é aborrecimento ou sofrimento; é o momento em que a força interior deve ser utilizada para usufruir a vida e aproveitá-la, ao máximo, no que ela oferece de melhor para todos nós.

Por outro lado, é possível, também, que o medo da aposentadoria esteja ligado ao medo da velhice e da morte.

Mas a velhice não é um mal em si mesma. Está no Livro de Deus. Deus chama aqueles a quem devota mais amizade, que são os bem-aventurados, e a quem Ele dá uma longa vida, em que, até o fim, os últimos dias, eles têm plenitude para exercitar a vida em busca da felicidade. O Pai nos colocou no mundo para sermos felizes.

Antes, a velhice é apenas um mero estado da natureza, um estado que todas as criaturas vivas estão destinadas a alcançar, se não tiverem o seu fim abreviado por algum acidente ou doença.

Atingir uma certa idade não significa que o indivíduo esteja acabado. O acúmulo de anos, na verdade, significa que ele está pronto, enfim, para exercer certas atividades da vida. Basta ver que o Senado é composto, desde a sua origem em Roma, por cidadãos acima de uma determinada idade, cidadãos que, por meio da experiência, obtiveram o conhecimento necessário para poder ter uma atividade de aconselhamento para o resto da sociedade. Nesse sentido, o Senado, posso dizer com orgulho, é uma casa de velhos, não os velhos da inutilidade, mas os velhos da experiência.

Segundo a história, o grande líder escolhido por Deus para libertar seu povo foi Moisés. Depois de receber as leis para que o mundo fosse melhor, o povo não as compreendeu e desviou-se das leis. Foi em rumo dos bezerros de ouro, das facilidades, e Moisés quis desistir. Contam as Sagradas Escrituras que Deus conversava diretamente com os líderes. Moisés quebrou aqueles leis, as tábuas, quis desistir e ouviu de Deus: "Busque os mais velhos, os mais experimentados e eles te ajudarão a carregar o fardo do povo." Aí nasceu a ideia de Senado na civilização em que hoje vivemos e que chega até nós.

Portanto, neste momento em que o Senado da República presta suas justas homenagens aos aposentados brasileiros, eu gostaria de lhes trazer uma palavra de otimismo, de esperança, dizendo que a aposentadoria representa uma vitória na vida, um degrau a ser alcançado – degrau esse que muitos não logram obter.

Aposentar-se é entrar em um novo período da vida: mais focado na análise, na sabedoria, na experiência. Não é momento de lamentação, mas de satisfação e de crescimento pessoal. Que essa esperança e esse otimismo possam também ser refletidos em termos salariais para todos os aposentados deste País, é o que, sinceramente, desejamos neste momento.

Por fim, felicito o eminente Senador e companheiro Paulo Paim, pela iniciativa de propor essa sessão especial e por sua incansável luta em prol dos aposentados do Brasil. Quero também dar um quadro real hoje – um quadro vale por dez mil palavras. Surgiu um líder no mundo democrático – o Paim dos Estados Unidos –, e, de repente, a esperança daquele povo o fez presidente da república. Ele escreveu um livro contando a sua história. Atentai bem para a responsabilidade dos aposentados, dos avós! Atentai bem Brasil! Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para refletirmos o que eles significam em uma sociedade. Atentai bem! Barack Obama diz que ele não é um maconheiro hoje por causa de seus avós. *(Palmas.)*

É essa a reflexão.

Os nossos avós, os nossos aposentados é que vão garantir, pela sua experiência, pelo seu amor, pela sua dedicação, pela sua obstinação, a maior instituição do mundo, que é a família. A família é fortalecida, é assegurada pelos avós.

Quero dizer aqui que sou melhor avô do que fui pai. Quando pai, eu tinha de trabalhar tanto, operar tanto, por isso me ausentava bastante. A mãe, a mulher, a companheira Adalgisa foi quem educou nossos filhos. Hoje estou mais atento e posso orientar mais os netos.

Então, que o País veja isso. Por isso essa barbárie, por isso essa violência pela falta de respeito que estamos dando àquele que é o teto, o cobertor do lar e da família.

Muito obrigado pela presença de todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos o Deputado Odacir Zonta para a sua mensagem. *(Palmas.)*

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todas e a todos aposentados e pensionistas presentes. Gostaria de cumprimentar o Presidente desta sessão, o Senador Mão Santa; bem como o Senador Paulo Paim, requerente desta sessão especial, e os Senadores Augusto Botelho e Adelmir Santa aqui presentes.

Registro a presença do Colega Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, ilustre defensor dos trabalhadores e dos aposentados. S. Exª já está aqui à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Peço permissão para interrompê-lo, Deputado Odacir Zonta, para dizer que os meus aplausos se somem aos de V. Exª em homenagem a esse extraordinário Deputado de São Paulo, que valoriza o trabalhador e os aposentados do Brasil. *(Palmas.)*

Também gostaria de homenagear a D. Dalva Nascimento. Melhorou! Graças a Deus, temos a presença de uma mulher. Eu tenho muito medo de mesa que só tem homem. Olhem Jesus! Só eram homens.

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC) – Cumprimento também a D. Dalva Nascimento, com seus mais de 92 anos, que está à mesa, e é o símbolo dessa luta do aposentado; o Presidente da Cobap, Warley, que se mobilizou – parabéns pelo trabalho; também o Presidente da CNTI, José Calixto Ramos; o Presidente do Mosap, Edison Haubert; e ainda o Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva; senhoras e senhores, cumprimento a todas as Federações na pessoa do Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, Iburici Fernandes. Sintam-se todos, portanto, cumprimentados.

Senador Mão Santa e Senador Paulo Paim, obrigado pela permissão de, como Deputado, na sessão especial do Senado, trazer aqui a nossa homenagem também, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, não só em nome dos catarinenses que compõem o Congresso Nacional, mas também em nome dos Pares da Câmara dos Deputados.

Parabenizo pelo dia, pela homenagem, pelo reconhecimento daquilo que representam todos e todas, sejam de cabelo branco, sejam já sem cabelo, mas de fisionomias ainda autênticas, que podem simbolizar aquilo que é o Brasil. Se o Brasil é o que é, se alcançou os degraus que alcançou, nós o devemos a essa gente que trabalhou, que perseverou, que continua a trabalhar e que merece a nossa homenagem e o nosso respeito. Desde aqueles que vêm da roça, àqueles que trabalharam nas fábricas, os profissionais liberais, os professores, enfim, trabalhadores de todas as profissões, todos, enfim, merecem a nossa homenagem, porque o exemplo que o Senador Mão Santa citou vem lá dos primórdios, porque não encerrou, aposentando-se, a tarefa, mas iniciou um novo caminho. E é sobre esse novo caminho que temos o compromisso de não só reconhecer o que estão fazendo nessa homenagem mas de assumir novos compromissos para ser permitido esse novo caminho, porque, ao contribuir com o trabalho e com a Previdência, conseguiram o direito da aposentadoria. Todavia, como já o fez o Senado – e esta Casa já cumpriu a sua missão –, como Deputados, temos de cumprir a nossa missão lá na Câmara e aprovar o PL nº 01, de 2007, ainda este ano. Vamos trabalhar para isso, ou seja, para que haja a sensibilidade de aprovar esse PL, para que haja sensibilidade para os demais projetos. Não se trata de nenhum favor; é um direito. O Governo não pode reclamar que faltam receitas. É colocar a contrapartida da contribuição já havida e que continua, e teremos condições de garantir esse direito do aposentado. Brigar, sim, para um plano de saúde adequado para o aposentado, porque só depender do SUS, lamentavelmente, não se recebe o tratamento digno que merecem todos os aposentados.

(Interrupção do som.)

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC) – Este, o compromisso que fazemos nesta manhã ao homenagear os aposentados desta tribuna.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Queremos sugerir às senhoras e aos senhores aposentados, que não estão acomodados, que podem utilizar o salão anexo, o do nosso cafezinho, a sala especializada. No Salão Negro desta Casa há um telão. Fiquem à vontade. Podem tomar o cafezinho se quiserem. Liberamos o serviço fotográfico de quem desejar fazê-lo.

Convidamos, com muita satisfação, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de Getúlio Vargas. *(Palmas.)*

Senador Paulo Paim, uma das honras que tive na minha vida foi, recentemente, receber uma homenagem, um título, de uma organização criada por Ulysses Guimarães. Eu, como Senador, e o reconhecimento do povo paulista, ele como Deputado Federal.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Palmas.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Quero, publicamente, ao cumprimentar o Senador Mão Santa, dizer que, em conversa com o Senador Paulo Paim, S. Exª falou que o Senador Mão Santa está ajudando demais a nossa luta no Senado. Então, peço a todos os aposentados e pensionistas que, neste momento, rendêssemos a justa homenagem ao Senador Mão Santa, grande lutador pelo trabalho dos aposentados e pensionistas. *(Palmas.)*

Queria cumprimentar aquele que, desde Deputado na Câmara, como companheiro da Frente Parlamentar em defesa da Previdência pública e, hoje, no Senado, tem feito um trabalho maravilhoso, um trabalho que poucos podem deixar de reconhecer, com a sua luta, a sua garra, a sua determinação: Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar o Deputado Zonta, meu companheiro na Câmara; cumprimentar o Presidente de uma das entidades mais importantes nessa luta de aposentados e pensionistas, o Edison; cumprimentar o Calixto também, na nova central sindical, por essa luta; o Zé, a D. Dalva e o nosso Presidente Warley Gonçalles, da Cobap. *(Palmas.)*

Eu sei que vocês vieram aqui ao Senado numa sessão de homenagem convocada pelo Senador Paulo Paim, mas eu acho, lamentavelmente, que os aposentados e pensionistas não têm que comemorar nada, só têm que lamentar o que tem acontecido nestas Casas do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

O Senador Paim travou uma grande luta aqui no Senado, junto com o Senador Mão Santa, conseguiu aprovar o fim do fator, conseguiu aprovar o PL 01/07, conseguiu aprovar o projeto da recuperação das perdas, mas está tudo parado na Câmara. Tudo parado na Câmara por quê? Parado porque existe um jogo, as Lideranças do Governo não deixam votar esses projetos.

Vocês sabem que o projeto de recuperação das perdas e o projeto do fim do fator ficaram parados quase um ano na Comissão de Finanças e Tributação, ficou parado porque não queriam votar nada, queriam empurrar com a barriga, queriam impedir a votação desses projetos.

Regimentalmente nós tiramos esses projetos da Comissão de Finanças e foram para a CCJ. O Senador Paulo Paim ainda comentava comigo, na semana passada, numa reunião da Anfip, que, graças a Deus, a gente conseguiu tirar esses projetos da Comissão de Finanças, porque lá estava armado o seguinte: na Comissão de Finanças, se um projeto receber parecer contrário, o projeto morre. E era esta a intenção: queriam matar o projeto na Comissão de Finanças. Tiramos de lá, foi para a CCJ, na qual fui o Relator do fim do fator e já está no plenário da Câmara para ser votado, como também o da recuperação das perdas já está na Comissão de Constituição e Justiça e queremos levá-lo para o plenário. Mas, infelizmente, não adianta tapar o sol com a peneira.

Nós já ouvimos, na semana passada, as Lideranças do Governo dizerem que esses projetos não serão votados este ano. E por que é que eles não querem que seja votado? Porque é ano eleitoral. Eles sabem que, se for para voto, vão perder, e não querem perder e querem que o aposentado continue a perder e o pensionista também. Essa é a grande verdade! (*Palmas.*)

Nós temos de denunciar isso. Temos de pressionar. O Warley sabe disto: é só na pressão que será votado o fim do fator. E aqui, no fim do fator, temos de abrir um parêntese: tem muito de culpa, nisso daí, das centrais sindicais. Algumas centrais sindicais fizeram um acordo com o Governo para manter o fator previdenciário. Nós não queremos o fator. Fim do fator já e agora! É isso o que todos nós queremos. (*Palmas.*)

E o projeto de recuperação das perdas não quebra a Previdência nada! Na recuperação das perdas, o Paim foi muito feliz quando fez a proposta: vai pagar a recuperação a partir do momento da aprovação, daí para a frente, em cinco anos, para ser amortizado suavemente pela Previdência. Nós não queremos quebrar a Previdência...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vou concluir, Senador. Apenas mais um minutinho para concluir.

Tenho certeza de que essa luta é pelo jogo marcado. E qual é o jogo marcado? Querem vender o déficit da Previdência, a inviabilidade da Previdência pública, para fazer o jogo da previdência privada. É isso que eles querem fazer. Mas não vamos deixar isso acontecer de jeito nenhum! *(Palmas.)*

Nós queremos a Previdência Social pública porque o exemplo que tivemos na época da revolução, GBOEx, Capemi, Montepio disso e daquilo foi tudo para o buraco. E agora, com a grande crise econômica? Uma

das maiores seguradoras de previdência americana, a Washington Mutual, quebrou. A AIG não quebrou porque o governo jogou muito dinheiro lá dentro.

Nós não queremos previdência privada não. Queremos previdência pública que garanta o aposentado e o pensionista. É isso que nós queremos! (*Palmas.*)

E para desmentir todos esses falsos profetas de que a Previdência está quebrada – eles é que têm que quebrar a cara quando falam disso. A Previdência paga hoje R$27 milhões em benefícios, R$15,5 milhões em benefícios previdenciários, aposentadorias e pensões; os outros R$11,5 milhões são benefícios assistenciais, LOAS, renda mensal vitalícia e Funrural. Quem recebe tem todo o direito de receber, mas não é a Previdência que tem que pagar, é o Tesouro que tem que pagar isso. E aí vai sobrar dinheiro para aposentados e pensionistas. (*Palmas.*)

Aposentados e pensionistas, para encerrar – sei do meu tempo limitado e quero cumprimentar mais uma vez os Senadores que estão presidindo esta sessão, Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim, autor de um dos maiores projetos em defesa dos aposentados e pensionistas –, vamos ficar espertos, vamos ficar atentos, vamos cobrar, vamos exigir, porque o jogo está armado. Eles não querem votar o PL nº 01, não querem votar o fim do fator, não querem votar a recuperação. Só vão votar se for na marra. Vamos invadir Brasília e exigir votação e respeito a aposentados e pensionistas.

Parabéns! À luta, hoje e sempre! *(Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão santa. PSC – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Deputado Arnaldo Faria de Sá em defesa dos aposentados, convidamos uma mulher, Senadora Rosalba Ciarlini, do DEM, que está inscrita. (*Pausa.*)

Chamamos, então, o Senador Papaléo Paes. (*Palmas.*)

Papaléo Paes representa o Estado do Amapá e o PSDB. É uma figura extraordinária, plena de virtudes, que enriquece a democracia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento que traz para esta segunda-feira uma beleza de evento, porque está presente a representatividade das senhoras e dos senhores aposentados e das senhoras e dos senhores pensionistas; isto é inédito numa segunda-feira, senhoras e senhores. Então, neste dia, temos realmente não de comemorar as vitórias, mas celebrar a esperança de que as vitórias virão pela luta dos senhores e das senhoras e que faremos, se Deus quiser, nossa parte para contribuir com o dia da vitória, que virá brevemente.

Srs. Deputados, representantes de instituições dos aposentados e pensionistas, quero fazer uma saudação toda especial – disponho de cinco minutos –, uma referência ao discurso do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que fez um pronunciamento claro, evidente e realista do que se passa nesta questão da votação dos projetos, que todos esperamos com muita ansiedade, porque o Senado Federal aprovou por unanimidade. (*Palmas.*)

Por isso, homenageando o Deputado Arnaldo Faria de Sá, estou homenageando todos os Deputados que estão compondo hoje esta luta.

Senador Paim, a V. Exª quero destacar sua luta permanente, inclusive contrariando seu Partido. V. Exª sempre demonstrou ser um homem partidário sim, mas, na hora de lutar pela justiça, V. Exª luta a favor da justiça, e não da injustiça, que muitas vezes nossos Partidos nos levam a praticar. (*Palmas.*)

Srs. Senadores e Deputados, Srªs Senadoras e Deputadas, senhores aposentados e aposentadas, jovens e crianças presentes, o Senado Federal presta mais uma vez uma bela homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros pelo Dia do Aposentado. Esta homenagem, além de gratificante, é sempre oportuna. Gratificante, porque sempre faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e gratidão àqueles que, por tanto tempo, contribuíram para o bom funcionamento da sociedade brasileira; oportuna, porque esta ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem os aposentados e os pensionistas brasileiros, sobrevivendo com parcos recursos e, ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias após uma vida inteira de dedicação ao trabalho.

Como se sabe, o dia 24 de janeiro foi escolhido para homenagear o Dia dos Aposentados. Nesta data, em 1923, ocorreu a assinatura da Lei Elói Chaves, que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados de todas as empresas privadas de estradas de ferro então existentes.

Anteriormente à vigência da citada lei, a Previdência Social atendia exclusivamente aos servidores do Governo Federal, o que evidencia o alcance da medida, que passou a representar um marco no nosso sistema previdenciário.

O Brasil tem hoje, segundo o Ministério da Previdência Social, mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que recebem pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS. A maioria recebe apenas um salário mínimo, o que é muito pouco para a sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintap) lembra que

a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra. Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrochados e só não se situam em patamares inferiores porque a Constituição não permite.

Aqui, senhoras e senhores, quero registrar que foi mais um dos muitos calotes que o atual Governo deu nos aposentados e pensionistas. Muitos de nós testemunhamos pessoas fazendo sacrifício, tirando da sua família, da boca dos filhos, para dar uma contribuição para ter, na sua aposentadoria, a tranquilidade de receber, por exemplo, oito ou dez salário mínimos, e que hoje recebem apenas um ou dois salários.

A preocupação com esta categoria, senhoras e senhores, se justifica. Estima-se que, até 2020, mais de 26 milhões de aposentados do INSS passarão a ganhar o salário mínimo, caso ainda vigore a atual legislação. E, para o Sintap, "é preciso considerar a Previdência..."

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Já vou concluir, Sr. Presidente: (...) "é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social".

Eu teria mais três páginas para ler, mas considero que seria cansativo. Deixo meu discurso como lido.

Mas quero fazer o registro aqui, senhoras e senhores, e reiterar, reconfirmar o que disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá: as senhoras e os senhores servem de joguete político nas mãos daquela Casa de Leis que é dominada pelo Poder Executivo. Lá, é o Executivo que diz para quem acompanha a base de apoio ao Governo de que forma vai votar, quando vai votar e como vai votar. Então, o prejuízo das senhoras e dos senhores é evidente lá. Aqui não; aqui nós temos a nossa independência do Executivo; lá, vão protelar, vão deixar perdermos as oportunidades...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – (...) o direito dos aposentados e dos pensionistas, e, de repente, isso vai passar, vai passar, não votando contra, vem as eleições, o Governo não sofre o impacto do voto negativo, e depois eles votam contra, e acabou o anseio, acabou aquela esperança que as senhoras e os senhores terão.

Os senhores não duvidem muito que venham fazer das senhoras e dos senhores massa de manobra eleitoral, como estão querendo fazer com os pobrezinhos miseráveis que ganham o Bolsa Família. Quando se fala na propaganda da Bolsa Família todos pensam que quem ganha uma Bolsa Família ganha R$500,00, R$600,00, R$1.000,00 por mês. Não pensem isso! Vocês precisam saber quanto ganha uma família para ser sustentada com a Bolsa Família.

O máximo que pode ganhar é R$150,00. E ficam fazendo por aí...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – (...) metendo medo nessas pessoas, dizendo que, se não votarem em candidato A, B ou C, vão perder esse valor que eu iria chamar de miserável, mas que é muito útil para essas famílias, porque, para quem não tinha nada, passar a ter R$150,00 nas mãos é muito, mas só que esse muito, esses R$150,00, não dá para sustentar três dias uma família com uma boa alimentação, com uma boa moradia.

Então, senhoras e senhores, nós temos que reagir a esses oportunistas, aos políticos oportunistas que fazem do sofrimento do povo uma forma de ganhar voto, de vencer eleição e de fazer um populismo barato que nós não aceitamos de forma nenhuma.

Sou médico, sou um homem socialista, e não aceito esse tipo de manobra perversa em cima daqueles que têm necessidades, como a maioria dos brasileiros tem.

Muito obrigado.

Sejam felizes! *(Palmas.)*

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAPALÉO PAES.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado Federal presta, mais uma vez, uma bela homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros pelo Dia do Aposentado. E essa homenagem é, além de gratificante, sempre oportuna.

Gratificante, porque sempre faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e de gratidão àqueles que por tanto tempo contribuíram para o bom funcionamento da sociedade brasileira.

Oportuna, porque essa ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem os aposentados e os pensionistas brasileiros, sobrevivendo com parcos recursos e ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias, após uma vida inteira de dedicação ao trabalho.

Como se sabe, o dia 24 de janeiro foi escolhido para homenagear os aposentados. Nessa data, em 1923, ocorreu a assinatura da Lei Elói Chaves, que criou a caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de todas as empresas privadas de estradas de ferro, então existentes.

Anteriormente à vigência da citada lei, a Previdência Social atendia exclusivamente aos servidores do Governo Federal, o que evidencia o alcance da medida, que passou a representar um marco no nosso sistema previdenciário.

O Brasil tem hoje, segundo o Ministério da Previdência Social, mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que recebem pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS. A maioria recebe apenas um salário mínimo, o que é muito pouco para a sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintap) lembra que a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra.

Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrochados e só não se situam em patamar inferior a este porque a Constituição não permite.

Aqui, senhoras e senhores, quero registrar que esse foi mais um dos muitos calotes que o atual Governo deu nos aposentados e pensionistas. Muitos de nós testemunhamos pessoas fazendo sacrifício, tirando da sua família, da boca dos seus filhos, para dar uma contribuição para ter, na sua aposentadoria, a tranqüilidade de receber, por exemplo, oito ou dez salários mínimos, e que hoje recebem apenas um ou dois salários.

A preocupação com esta categoria, senhoras e senhores, se justifica. Estima-se que até 2020, mais de 26 milhões de aposentados do INSS passarão a ganhar o salário mínimo, caso ainda vigore a atual legislação. Para o Sintap, "é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social".

Há alguns anos, grande parte dos 5.561 municípios brasileiros tinham como principal recurso econômico as aposentadorias e pensões. Esses benefícios além de sustentarem os aposentados, sustentavam também indiretamente 55 milhões de pessoas, aproximadamente 45% da população brasileira.

Essas observações contestam a idéia muitas vezes disseminada de que os idosos não contribuem para a sociedade e demandam muitos gastos públicos.

E aqui, Srªs e Srs. aposentados presentes a esta sessão, não podemos esquecer que nenhuma das senhora e nenhum dos senhores podem ser considerados culpados de o Governo fazer mau uso do dinheiro público, destinado única e exclusivamente à manutenção do futuro das pessoas que tantos serviços prestaram ao Brasil.

O Governo deveria tomar a sua responsabilidade, principalmente o Presidente Lula, que em seus pronunciamentos, em suas diversas candidaturas, usou o discurso em favor do aposentado. O Senhor Presidente da República não está cumprindo com o seu papel perante os aposentados e pensionistas brasileiros.

Srªs e Srs. Senadores, a situação dos aposentados e pensionistas brasileiros, e em especial aos cidadãos amapaenses, tem sido uma das minhas preocupações ao longo de minha vida pública. Por ocasião dos debates e da votação da Reforma da Previdência, fui sempre solidário com essa categoria, tendo destacado naquela ocasião o papel da Previdência Social como instrumento de distribuir renda.

Além disso, Sr. Presidente, sempre me preocupou o fato de que os aposentados e pensionistas, em função de sua idade mais elevada, têm gastos extraordinários com medicamentos e planos de saúde, os quais, freqüentemente, são reajustados em índices superiores aos da inflação.

Todas essas circunstâncias justificam o pleito que há muito vem sendo feito por essa categoria, de reposição das perdas acumuladas ao longo de tantos anos.

Junto com as reposições e com as mudanças no cálculo dos benefícios, sugiro acrescer outras medidas de inclusão dos aposentados e dos idosos em geral, como programas de educação permanente, programas de recapacitação profissional, promoção da saúde e combate ao preconceito etário.

Só assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, poderemos festejar o Dia dos Aposentados com dignidade e alegria. Só assim, estaremos retribuindo a sua abnegação e a sua disposição de lutar pela família e pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, tendo em vista que me referi ao Presidente da República como membro do PT, que usou muito nos palanques a questão dos aposentados e pensionistas para se eleger, quero aqui fazer justiça ao Senador Paulo Paim. V. Exª é um orgulho para todos nós brasileiros e para esta Casa, porque é um verdadeiro defensor do trabalhador brasileiro e do aposentado.

Não estamos aqui, senhoras e senhores, fazendo demagogia com este tema, como insinuou o Presidente Lula em mais de uma ocasião no final do ano passado. Estamos aqui, isso sim, defendendo aqueles que dedicaram suas vidas ao exercício de suas profissões acreditando que teriam o devido reconhecimento no momento de sua aposentadoria.

Agradeço essa oportunidade de me posicionar a favor de todos os aposentados, em especial ao aposentados do Estado do Amapá. Tenham certeza de

que a luta das senhoras e dos senhores também é a nossa luta. E a luta continua!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento do brilhante Senador Papaléo Paes, convidamos para usar da palavra o Senador, também médico, Augusto Botelho, que representa o PT e o Estado de Roraima. *(Palmas.*)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Exmº Senador Paulo Paim, que foi quem arrebanhou e começou o requerimento, que foi assinado também pelo Geraldo Mesquita, Osmar Dias, Inácio Arruda e por este que vos fala aqui também; Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Warley Martins; Presidente da CNTI, José Calixto; Presidente do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, Sr. Edison Guilherme; Coordenador Nacional do Fórum dos Trabalhadores, José Augusto; Srª Dalva Nascimento, dos Aposentados do Distrito Federal; Deputados Zonta e Arnaldo de Sá, Srªs e Srs. Senadores, quero aproveitar esta ocasião especial de hoje para fazer uma homenagem aos homens e mulheres que já contribuíram com sua força de trabalho e dedicação para o crescimento do nosso País. Fico muito feliz de o Senado não deixar passar em branco o Dia do Aposentado, comemorado no dia 24 de janeiro passado, graças ao Senador Paulo Paim, que solicitou esta sessão.

Gostaria de cumprimentar especialmente os aposentados e pensionistas do meu Estado de Roraima, que são muitos. Lá, o contingente é grande, porque nosso Estado é novo, começou como Território, e temos bastante pessoas aposentadas em nosso Estado.

O Dia do Aposentado, instituído em lei, é comemorado também como o Dia da Previdência Social. Segundo dados do Ministério da Previdência Social, o Brasil tem hoje mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas, regidos pelo Regime Geral da Previdência Social; ou seja, recebem sua aposentadoria pelo INSS.

Nossos aposentados e aposentadas, Sr. Presidente, infelizmente não têm muito a comemorar. Apesar do esforço do Governo Federal para diminuir as desigualdades sociais e aumentar o poder de compra da nossa população – no que tem tido muito sucesso –, quem recebe apenas um salário mínimo por mês encontra muitas dificuldades para manter seu poder aquisitivo. Mais de 18 milhões de aposentados estão nesta condição: recebem apenas um salário mínimo por mês. Salário mínimo que, diga-se de passagem, quando começou este Governo, era de apenas US$60,00; hoje está em US$280,00.

Quando cheguei aqui no Senado – foi a primeira vez em que exerci um cargo público –, eu já conhecia o Paim por sua luta pelo trabalhador e pelo aposentado. Comecei a conversar com ele. Eu disse que vinha para cá sonhando com um salário mínimo de US$100,00. Era um sonho que nós tínhamos e que eu tinha, desde jovem, de US$100,00. Mas, aí, rapidamente, chegamos aos US$100,00. Agora, já estamos começando a falar em um salário mínimo de US$1000,00, não é Paim? *(Palmas.)*

E quero que o País cresça e tenha condições de fazer isso.

Em relação ao Bolsa Família, o companheiro Papaléo falou do valor estipulado, mas esse valor do Bolsa Família, que não parece nada, é muito para quem não tem nada. Cem reais dá para comprar uma comida, um rancho para manter uma família de duas pessoas, simples, sem exageros. E nós tínhamos muitos brasileiros que estavam nessa linha de não terem nada, sem saber o que vão comer amanhã.

Então, nós temos que respeitar e honrar o Presidente Lula em relação ao que ele fez. Foram 20 milhões de brasileiros que saíram da linha de extrema pobreza para viver com mais dignidade com o Bolsa Família, que é muito criticado, porque não abre uma outra porta. Mas não podemos abrir a porta. Quem está com fome quer comida agora, quer comer hoje. Foi isso que o Presidente Lula fez. *(Palmas.)*

Foi isso que nós fizemos também, porque participamos dessas decisões. Então, acho que temos que continuar lutando, para defender os direitos. Não é justo que vocês, que construíram, que permitiram que estivéssemos aqui dentro... Foram vocês que permitiram que eu cursasse uma universidade pública – meu pai era médico no interior e vivia do salário dele de médico – e me tornasse médico, chegasse aqui onde estou e educasse meus filhos. Meus filhos já estão todos formados, graças a Deus! Foram vocês, foi o trabalho de vocês que fez isso. Então, é justo que vocês sejam lembrados e respeitados nos seus direitos. Não é justo que vocês...

Vejam, a idade vai passando, a gente vai ficando com dificuldade e incapaz de ganhar dinheiro de novo, para melhorar, para repor as perdas. Temos que achar uma fórmula, uma fórmula justa em que o Governo Federal e nós, os aposentados – já estou entrando na fila dos aposentados também; logo, logo vou aposentar-me –, possamos discutir e achar uma solução. Aqui nesta Casa se discute isso, se propõem soluções, mas infelizmente as soluções são amarradas, amarradas e amarradas e andam devagar, mas tem que sair uma

solução, principalmente porque agora os brasileiros estão vivendo mais.

Vamos ter dificuldade logo, logo, porque o número de aposentados vai aumentar mais ainda. A vida média do brasileiro já está em quase 75 anos. Vocês, que estão aqui presentes, são privilegiados por Deus, porque muitos dos companheiros de vocês, como meus também, já tombaram, por doença, por outros problemas, já ficaram para trás. Mas temos que trabalhar justamente para que os próximos que vierem mais à frente não tenham dificuldades. O regime de Previdência tem que ser equilibrado. Como muitos analistas falam – sou médico apenas; estou aqui representando o povo da minha terra, do meu Estado... Dizem que os Governos não fazem a sua parte no recolhimento da Previdência.

Talvez isso seja uma forma, mas nós, os trabalhadores, recolhemos. Todos os senhores aqui têm, no seu contracheque, a parte de recolhimento da Previdência dos senhores. Se aquele dinheiro, aquela caixinha que juntaram não foi bem administrada, a culpa não é dos senhores. Então, acho que a Nação brasileira tem realmente que achar um recurso para repor essa má administração que houve com os recursos que os senhores recolheram. *(Palmas.)*

(Manifestação do plenário.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Neste momento... Neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos... Vou pedir... Vamos ouvir o orador da tribuna, por favor.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Estamos em um ano eleitoral. Fazer uma CPI da Previdência, talvez ela não tenha a repercussão que teria se fosse feita em outra ocasião. Talvez deixemos isso para o nosso próximo mandato, se soluções não forem... Já existem soluções prontas aqui dentro da Casa. Se essas soluções forem adotadas, vai ser corrigida a injustiça que está sendo feita com os aposentados do meus País.

(Manifestação do plenário.)

Para termos uma idéia da grandeza dos números que se discutem na Previdência, e sei que esses dirigentes todos sabem, mas esta sessão está sendo transmitida para todo o Brasil... Lá em Roraima tem gente, dentro de uma vicinal, que leva três horas para chegar ao local em que há condução, mas que está vendo, porque a parabólica se tornou um objeto mais popular. Todos têm. Estão vendo.

Então, para termos uma idéia da grandeza dos números, a primeira folha de benefícios paga aos aposentados do INSS e pensionistas com o novo salário mínimo de R$510,00 totalizou R$17,1 bilhões. Esses benefícios foram pagos entre 20 de janeiro e 5 de fevereiro de 2010, de acordo com o número do cartão dos segurados.

Desse total de R$17 bilhões, R$13,6 bilhões foram pagos aos aposentados e pensionistas das regiões urbanas. Os demais, R$3,4 bilhões, para os que moram na área rural. O contingente da área urbana é 18,9 milhões de aposentados e pensionistas, enquanto na área rural é de 8,1 milhões de aposentados do INSS.

Por isso, Sr. Presidente, é mais do que urgente que nos debrucemos sobre essa questão, encontrando alternativas viáveis e justas tanto para o Governo Federal, como para os aposentados e pensionistas, que merecem o respeito e a consideração deste nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Depois de ouvirmos o representante do Partido dos Trabalhadores, Senador Augusto Botelho, vamos chamar o Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – Cobap, o Sr. Warley Martins Gonçalles. *(Palmas.)*

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde ao Presidente Mão Santa. Temos um grande honra em anunciar o seu nome, pela defesa que você faz da nossa causa, a causa dos aposentados e pensionistas. Também, o nosso querido Senador Paulo Paim; o pessoal da Mesa, o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, que sempre está aí; o Calixto e o José Augusto, nossos companheiros de luta.

Eu queria agradecer também... Se não fosse o nosso companheiro Benedito Marcílio, hoje não ocorreria esta sessão em comemoração do Dia Nacional dos Aposentados. *(Palmas.)* . Foi ele que criou a lei dos aposentados e pensionistas nacional. Eu também queria agradecer às caravanas que estão aqui, às caravanas de todas as associações lá de São Paulo, a todas que vieram e também ao companheiro Pimenta e ao Sr. Domingos, aqui de Brasília, que estão aí fazendo um grande movimento e trazendo os aposentados para a luta.

Eu queria dizer poucas coisas para os companheiros aposentados e pensionistas. Começamos o movimento, neste ano, muito bem. Nós, da Cobap, junto com as federações e as associações, não vamos parar. Vamos continuar. Vamos fazer movimento, movimento e movimento. Hoje, há aquele ditado que todos tiramos no Congresso Nacional: na era Collor de Mello, eram os "caras pintadas" nas ruas; na era Lula, são os "caras enrugadas", defendendo os seus direitos e

saindo atrás dos direitos que temos. *(Palmas.)* Então, esse é o que estamos considerando.

O que nós, dirigentes da Cobap, achamos? Achamos que temos que fazer os movimentos, hoje, nos Estados. Hoje, vamos começar a fazer os movimentos nossos nos Estados, porque os Deputados são dos Estados. Então, temos que pressionar os Deputados. Inclusive, temos dois Deputados no nosso Estado, principalmente o Vacareza, que é o Líder do Governo, que já está "saindo fora", pois não quer aprovar nada neste ano.

Então, este ano é o ano nosso, pessoal. A única vantagem que temos é o nosso voto. Nós temos de votar. Não podemos ficar criticando muito se não fizermos alguma coisa. Temos que fazer alguma coisa. Temos que ir para as ruas, temos que mostrar que estamos revoltados.

O próprio Presidente da República fala: sem movimento, não vamos conseguir nada. Então, temos que fazer movimento. Nós temos que fazer movimento. Temos que sair; temos que mostrar, porque, queiramos ou não, não podemos criticar o Governo que está aí. Se ele aceitar o direito dos aposentados, ele tem 100% do povo votando nele. Ele só não arrumou para nós – até hoje, só não arrumou para os aposentados. Então, nós temos que cobrar. Temos que sair e falar para ele: não é um País de todos, mas um País de quase todos. Falta o aposentado. Ele tem que estar conosco, tem que receber os aposentados, para mostrarmos que não estamos contentes.

O Senador falou, agora há pouco, aqui, que ele está querendo tirar da miséria aquele pessoal que ganha o salário mínimo. Mas será que não quer colocar os 8,2 milhões na miséria também? *(Palmas.)*

Então, pessoal, nós temos que sair. A Cobap está aí para defender os aposentados, junto com as federações. As federações também estão trabalhando, estão unidas, e nós temos mais é que nos unirmos.

Nós, hoje, no País, somos 8,3 milhões de aposentados que ganham acima do salário mínimo, mas atrás de nós há mais 18 milhões que ganham o salário mínimo. Nós temos que estar todos juntos. Recentemente, no ano passado, em São Paulo, vocês viram a união dos *gays* que levou três milhões de *gays* para a avenida. Parou tudo, e conseguiram o que queriam.

E nós somos 27 milhões e não conseguimos levar um milhão às ruas?! Então, como é que vamos reclamar do Governo, pessoal? Nós temos de nos unir. Se nos unirmos ninguém vai segurar os aposentados. Falta união entre nós. Muito obrigado. Fiquem com Deus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós estamos encantados com o pronunciamento do líder, Sr. Warley Martins Gonçalves, que representou com muita firmeza a Cobap.

Agora, convidamos outro líder, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, CNTI, Sr. José Calixto Ramos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Exmº Sr. Senador Mão Santa, que preside esta sessão solene, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, demais Senadores, Srs. Parlamentares, companheiras e companheiros aposentados, nós queríamos, nesta oportunidade, trazer as nossas homenagens da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que têm demonstrado um zelo muito especial com aqueles que já deram toda sua força de trabalho para o engrandecimento da nossa Nação.

Na verdade, não podemos comemorar esta data, porque poucas vitórias, ou quase nenhuma, foram alcançadas, mas é importante que reverenciemos esta data, por termos a convicção de que ela é muito importante para os aposentados e pensionistas do nosso Brasil.

Nós queríamos dizer e reafirmar a todos vocês que as duas entidades que dirigimos estão dispostas a engrossar fileiras com vocês, conforme têm feito nesses últimos tempos, para que a vitória seja alcançada, se não agora, em qualquer tempo. *(Palmas.)*

Nós queríamos também lhes dizer que a nossa central assumiu uma responsabilidade muito grande quando teve que se manifestar contrariamente ao acordo que estava sendo sugerido pelo Governo e que três centrais haviam aceito peremptoriamente. A nossa dificuldade foi muito grande, porque todas as críticas vieram em cima da Nova Central, exatamente porque nós não tínhamos acedido às propostas que o Governo queria, de todas as formas, convencer os aposentados e pensionistas a aceitarem. *(Palmas.)*

E devo lhes dizer que o fizemos com respeito a uma classe que nós também respeitamos. Nós o fizemos também por compreender que o que estava sendo oferecido pelo Governo não correspondia aos interesses maiores e às reivindicações maiores de tantas outras classes trabalhadoras, que, com certeza, teriam mais dificuldade de auferir as suas aposentadorias, como, por exemplo, os trabalhadores da construção e do mobiliário, como os condutores rodoviários, que transportam vidas e ainda não têm sequer a sua categoria regulamentada.

Nós trabalhamos em torno dos compromissos que assumimos também com os comerciários, que, em que pese serem milhões e milhões de trabalhadores, também não têm a sua categoria reconhecida.

Nós trabalhamos exatamente em prol daqueles que ainda precisam, mesmo na atividade, de um

suporte importante e fundamental das organizações sindicais, que tentam de alguma forma influir nas decisões maiores do Brasil, nas decisões que envolvem interesses gerais, não apenas de uma determinada categoria profissional, mas também da sociedade e da própria Nação.

É exatamente com este propósito que aqui estamos: para nos congratular com vocês e reafirmar a nossa disposição de, juntos, empreendermos essa luta, até que os aposentados e pensionistas possam ser também respeitados como uma categoria que já deu todo o suor e sangue para o benefício e para o engrandecimento da Pátria.

Quero terminar, agradecendo ao Senador Paulo Paim pelo requerimento apresentado para esta solenidade, e também ao Senador Mão Santa, que abriu este plenário para que vocês pudessem estar aqui, sem medo de que a polícia pudesse, de qualquer forma, impedi-los.

Que, com esses gestos, esses dois Parlamentares, juntamente com tantos outros, não apenas do Senado como também da Câmara Federal, possam, juntamente conosco, continuar essa luta para que possamos ter a vitória que todos nós necessitamos, que todos nós desejamos e que o Brasil tanto espera.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sr. José Calixto Ramos, convidamos a usar da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o DEM nesta solenidade.

Peço permissão para repetir, porque a repetição, segundo nosso patrono Rui Barbosa, é a base do aprendizado. Aqui, prendi muito sobre a história do Brasil. Vi, aqui, os caras-pintadas. Foi citado que, agora, é a vez de os caras-enrugadas chegarem às ruas. Aprendi também – e vimos todos nós – que este País era de todos, mas aqui foi dito que ele é de quase todos. Os aposentados são excluídos. Ouvi aqui – é uma repetição para todos aprendermos – a respeito dos aposentados; foi o que disse nosso último orador.

Tem a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini. (*Palmas.*)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero, inicialmente, cumprimentar o Exmº Senador Mão Santa, que preside esta sessão e que é nosso 3º Secretário da Mesa do Senado; o signatário da presente sessão, o Exmº Sr. Senador Paulo Paim; o Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Sr. Warley; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sr. José Calixto Ramos; o Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal, Sr. Paulo Antenor de Oliveira. Em seus nomes, cumprimento os demais representantes de todas as entidades que, por este Brasil afora, estão defendendo aquilo que é um direito deles, o direito ao reconhecimento da sua luta, o direito ao reconhecimento de uma vida de trabalho, de dedicação e de contribuição, para, quando chegar o momento dos rostos enrugados e dos cabelos prateados, poderem ter um pouco de tranquilidade e de dignidade, com o reconhecimento do quanto fizeram e ainda fazem por suas famílias e por este Brasil.

O aposentado ainda está contribuindo, sim. E contribui muito mais hoje com sua experiência, com suas ideias e com o apoio familiar. Sabemos disso, sim. Mas ele não está sendo reconhecido. Estão tirando-lhes o direito de estar tranquilamente em sua casa, podendo comprar seu remédio e ter atividades que lhes dão expectativa maior de vida. Isso está sendo negado, porque sua aposentadoria não está sendo respeitada no valor que eles merecem.

Quero cumprimentar o Sr. Silberto Silva, meu conterrâneo, do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*) Ele é Vice-Presidente de Cultura e Planejamento da Confederação Brasileira de Aposentados.

Com muita emoção, cumprimento cada um de vocês. É com entusiasmo, minha gente, que subo, mais uma vez, à tribuna para falar aos aposentados e às aposentadas presentes nesta sessão especial, que, a cada ano, se repete. Continuamos batendo na mesma tecla. Se existe algo de que não vamos desistir, é exatamente dessa luta. Não podemos, de forma alguma, desistir dessa luta, porque é um sonho de cada um de vocês. E nossos sonhos não os abandonamos na estrada da vida; queremos vê-los realizados. E esse sonho é mais do que um direito.

Então, falo a vocês também com o sentimento da resistência, porque muito mais é a resistência. Quantas e quantas ações e mobilizações já foram feitas? Sou Senadora do meu primeiro mandato e, logo ao chegar a esta Casa, acompanhei todo esse trabalho que já se vinha desenvolvendo, tendo à frente o Senador Paulo Paim na defesa dos aposentados. Fizemos vigílias, encontros, debates, sessões, audiências públicas, tentando sensibilizar de todas as formas aqueles que podem, sim, e devem – e já deveriam ter feito isso –, mais do que nunca, reconhecer a luta e o direito de cada um de vocês.

Já disse algumas vezes e volto a repetir que conheço essa realidade de perto. Penso que é a realidade de cada um dos brasileiros. Quem não tem na sua casa hoje um aposentado? Quem não vê, no dia a dia, as dificuldades que enfrenta um aposentado, seja o pai, a mãe, a tia ou alguém que realmente sofre as dificuldades de não ter realmente a manutenção daquilo por que pagou, por que contribuiu?

É isso que dói. Nenhum de vocês está aqui para pedir esmola ou favor, não! Vocês contribuíram durante

anos e anos da sua vida, retirando dos seus salários para a previdência, exatamente para ter este direito de chegar aqui e agora com mais dignidade, com mais força e com mais tranquilidade e de poder continuar a contribuir para engrandecer nosso País.

E, hoje, neste dia de comemoração, dia 24 de janeiro, em que estamos fazendo esta homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, quero, mais uma vez – repito –, homenagear as ações. Não foram apenas de ações, de mobilizações, de vigílias que participei, mas também do convencimento de cada Senador, principalmente daqueles que estavam sendo conduzidos a não contribuir com seu voto para a aprovação dos projetos que aqui passaram. Mas, graças a Deus, os projetos, no Senado, foram aprovados. Agora, estão na Câmara dos Deputados, para que possamos, em breve – é o que espero; não vou descansar, não vamos, de forma alguma, desistir, vamos continuar realmente reacendendo essa força da esperança e do nosso otimismo, não do otimismo daquele que acha que tudo cai do céu, mas daquele que pensa que tudo é resultado das nossas lutas –, obter um resultado positivo naquela Casa. Mas, de nada vai valer o projeto ter sido aprovado no Senado e na Câmara se não houver a aprovação por parte do Governo, do próprio Presidente, que também é um trabalhador. (*Palmas*.)

Aqui, quero fazer um apelo especial. O Presidente é um trabalhador, conheceu de perto a luta dos trabalhadores mais simples, mais humildes, as lutas mais difíceis. Então, nada mais justo que coroar sua Presidência dando esse valor e esse reconhecimento à luta de resistência e de dedicação dos trabalhadores. Hoje, são vocês que estão aqui. Amanhã, serão aqueles que estão na ativa. Amanhã, seremos todos nós. Então, estamos numa luta não somente por vocês, não, mas, sim, por todos os trabalhadores brasileiros.

Apresentei um projeto de lei exatamente em defesa dos trabalhadores: é o de nº 521/2009, que protege os trabalhadores que estão próximos da aposentadoria com a estabilidade. Hoje, o que acontece com frequência? Se o trabalhador está próximo de se aposentar, muitas vezes, em qualquer crise, quem é que primeiro perde o emprego? É aquele que está próximo de se aposentar, para dar a vez a um jovem. Esse projeto de lei do Senado visa exatamente a dar essa proteção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Rosalba, concedo-lhe mais um minuto para concluir, porque há aqui muitos líderes sindicais, e estamos alternando.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu queria anunciar para todos vocês e para o Brasil que estamos na luta de dar estabilidade de dezoito meses àqueles que estão próximos da aposentadoria. Que eles não sejam demitidos, porque, demitidos, eles não conseguem outro emprego, Senador Mão Santa, e aí deixam de contribuir. Contribuindo, já é difícil. Imaginem sem contribuir!

Outra proposta também que tem sido motivo de nossa luta é a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, que apresentei, extinguindo a contribuição previdenciária que foi estabelecida para os aposentados brasileiros, em especial para os do setor público. Essa PEC nº 55 é voltada exatamente para que deixe de haver esse desconto, para que seja extinta essa contribuição previdenciária que foi estabelecida para os aposentados do setor público a partir da iniciativa do Governo Lula. Essa contribuição é uma perversidade que merece todo o nosso repúdio. Ela foi criada no ano de 2003 pela Emenda Constitucional nº 41. Os aposentados do Regime Geral de Previdência estão livres dessa contribuição injusta, e a PEC nº 55 precisa logo ser aprovada para isentar também os...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Rosalba, já liberamos o cafezinho, mas não temos como fazê-lo quanto ao almoço.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Já estamos concluindo, Sr. Presidente. É que eu não poderia deixar de, aqui, apresentar para cada um de vocês esses dois projetos, por meio dos quais estamos trabalhando em defesa do trabalhador e do aposentado.

Finalizando, quero aqui, mais uma vez, reafirmar nossa disposição e nosso entusiasmo para continuarmos juntos nessa luta de resistência. Vamos, sim, persistindo, insistindo, jamais desistindo, chegar à vitória, se Deus quiser! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento da Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o DEM nesta sessão, faremos uma alternância entre os oradores e chamaremos um líder.

E o líder convidado a usar da palavra é o Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas. *(Palmas.)*

Com muita honra, anuncio a presença em nossa sessão da Presidente da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Assunta Di Dea Bergamasco .

Ressalto também a presença dos aposentados de Volta Redonda e Barra Mansa, representando o Rio de Janeiro. Está representado também o Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

Eu não poderia deixar de dizer que o Piauí também está presente!

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Sr. Presidente Senador Mão Santa, a quem agradecemos por esta oportunidade e também por estar presidindo esta sessão, o que para nós é uma honra muito grande; Exmº Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento

para a realização desta sessão juntamente com outros Senadores; Srs. Senadores que compõem a mesa; Srªs e Srs. Dirigentes de Entidades; Srs. Presidentes de Entidades que compõem a mesa; senhores e senhoras, o Instituto Mosap – Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, do serviço público portanto, está aqui hoje para também se solidarizar com a luta de todos os trabalhadores brasileiros, sobretudo os aposentados e pensionistas, que depositam suas esperanças numa ação efetiva, numa ação justa da Câmara dos Deputados. O Senado já concluiu, já fez o seu dever de casa. Agora, a Câmara dos Deputados precisa fazer o seu.

Então, nós, do serviço público, aposentados, pensionistas e também servidores ativos – o Mosap é constituído de entidades de servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas –, além da nossa solidariedade com todos vocês, estamos aqui dizendo que também os aposentados e pensionistas do serviço público têm as suas justas demandas, necessárias e justas demandas, de vez que também nós fomos atingidos em muitos de nossos direitos adquiridos, não privilégios, mas direitos adquiridos durante a nossa vida laboral.

Serei breve, mas quero dizer que temos algumas demandas importantes. Uma delas está na Câmara dos Deputados sob a forma da PEC nº 555, que tem o mesmo conteúdo da PEC nº 55/2009, do Senado Federal, aquela a que a Senadora Rosalba Ciarlini se referia, que trata da extinção da contribuição previdenciária por parte de quem já está aposentado e por parte de quem venha a se aposentar, porque entendemos ser essa uma injustiça, uma violação de direitos humanos, de direitos adquiridos, que fere, portanto, as garantias individuais.

Esta PEC está pronta para ser analisada numa Comissão Especial desde novembro de 2008, mas, por problemas ou por pressão ou por interesses políticos, ainda não pôde ser instalada. Quero, portanto, fazer um apelo neste momento para que o Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, se digne a assinar a autorização para o funcionamento dessa Comissão Especial.

Temos também a PEC nº 270, que diz respeito aos servidores ativos: garante paridade a quem se aposentar por doenças graves. É também um assunto muito grave e de muita urgência para que possamos fazer justiça àquelas pessoas que têm de se aposentar por doenças graves, não importando o tempo de contribuição nem o tempo que tenham cumprido no serviço público.

Eu queria alertar ainda para o fato de que há uma outra PEC na Câmara dos Deputados, na CCJ. É a PEC nº 341, de março de 2009, do Deputado Regis de Oliveira, que desconstitucionaliza todos os nossos direitos, todas as nossas garantias. E isso diz respeito a todos nós: servidores, trabalhadores brasileiros, aos nossos concidadãos da sociedade civil, porque retira todas as matérias que estão reguladas na Constituição e as joga para uma lei ordinária. Vejam o alcance de uma proposta desse teor, votada e aprovada no Congresso Nacional: simplesmente perderemos a segurança jurídica que tanto precisamos resgatar.

Portanto, para não me alongar, quero cumprimentar uma vez mais a Mesa e chamar a atenção de todos para os perigos dessa situação. Como disse o Presidente da Cobap: sem luta não conseguiremos chegar onde precisamos!

Não estamos pedindo privilégios, estamos pedindo justiça, estamos solicitando os nossos direitos, tão somente isso. Ou seja, pedimos o resgate da nossa dignidade, pedimos isso como cidadãos, como trabalhadores brasileiros e como servidores públicos.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após as palavras firmes do líder Edison Guilherme Haubert, vamos chamar um Senador para fazer uso da palavra. O Senador é José Nery, do PSOL e do grandioso Estado do Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Mão Santa; o Senador Paulo Paim, primeiro signatário do requerimento para a realização desta sessão comemorativa do Dia Nacional do Aposentado; o Sr. Warley Martins Gonçalles, Presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas); o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria); o Sr. Edison Guilherme Haubert, que acabou de se pronunciar, que representa o Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas); a Senadora Rosalba Ciarlini; o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Também estendo esses cumprimentos a cada um de vocês, aposentados, aposentadas e pensionistas que aqui representam, neste momento, os mais de 25 milhões de aposentados e pensionistas do Brasil.

Reúne-se nesta sessão comemorativa, neste plenário, o coração do Poder Legislativo nacional, o Congresso Nacional, para, além de comemorar o Dia do Aposentado – e da aposentada e dos pensionistas –, lembrar e celebrar as lutas que vivenciamos ao longo das nossas vidas, também para reafirmar aqui, nesta sessão, que a luta por novas conquistas continuam na ordem do dia, porque os aposentados e aposentadas deste País precisam continuar sobrevivendo com dignidade, já que, justiça seja feita, há a contribuição de cada um e de cada uma ao desenvolvimento do nosso País. Não haverá um Brasil justo, soberano e demo-

crático sem o atendimento fundamental aos direitos e garantias fundamentais de cada cidadão e cidadã, desde as nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens, os trabalhadores e trabalhadoras adultos, até os idosos e os aposentados.

Daí a importância da presença de vocês aqui, com a experiência de cada um, de cada uma, com a consciência do dever cumprido naquela atividade que exerceu durante a sua vida profissional e laboral, tendo a certeza de que é parte constitutiva da luta para transformar o Brasil em um país realmente de todos, onde possamos ter a garantia de dias melhores.

Portanto, participar da luta em defesa dos aposentados e pensionistas aqui no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal, é ter a certeza de que o Senado Federal como instituição, Senador Mão Santa, cumpriu o seu papel nas três principais reivindicações dos aposentados e pensionistas do nosso País. Esta Casa aprovou o fim do fator previdenciário, a recomposição das perdas dos aposentados brasileiros e também o reajuste igual ao percentual do salário mínimo para os que percebem mais do que o salário mínimo. De alguma forma,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... o Senado vem procurando cumprir o seu papel. E, neste mesmo plenário, realizou três grandes vigílias, com a participação de um número expressivo de Senadores e das entidades representativas da categoria. Aquelas vigílias eram, nada mais nada menos, do que a reafirmação do nosso compromisso com os aposentados e pensionistas do Brasil.

Em novembro último, lembro que, ao encerrar uma sessão no Senado que ia para mais de meia-noite, eu, o Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador João Pedro e outros Senadores fomos à Câmara dos Deputados para prestar...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... solidariedade à manifestação que os aposentados realizavam e, pela primeira vez, incomodavam de forma muito clara aqueles que dirigem a Casa, porque era a primeira vez que os aposentados dormiam, acomodados nos corredores e nos salões próximos ao plenário da Câmara dos Deputados, para dizer que ali estavam em vigília, exigindo a votação dos seus projetos que estão na pauta e nas Comissões da Câmara, mas que não têm tido a celeridade que nós achamos que podem ter.

Por isso, esta sessão de hoje tem que ser inscrita em mais um capítulo da mobilização social...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... pela busca e pelo apoio político necessário para fazer valer o direito dos aposentados do nosso País.

Esta não é uma questão menor. Vamos lembrar que, em 2003, no início do Governo do Presidente Lula, foi votada no Congresso a reforma da Previdência. Quanta polêmica gerou por limitar direitos constitucionalmente garantidos e por retirar conquistas, fruto de muitas lutas!

O combate aqui no Congresso pela garantia do direito dos aposentados e pensionistas fez com que, naquele contexto, fossem expulsos do Partido dos Trabalhadores a ex-Senadora e hoje Vereadora em Maceió, Heloísa Helena, o Deputado Babá, a Deputada Luciana e o Deputado João Fontes. Vejam que não é uma questão menor, pois até gera um tipo de atitude como esta: a da expulsão do quadro de uma instituição política de militantes da causa em defesa do direito dos trabalhadores do nosso País.

Lembro que, entre as reformas que eram necessárias fazer naquele momento, estava a reforma agrária, que não sai da pauta política do País pelo menos há mais de um século. No entanto, trabalhadores ainda são chacinados, violentados na luta pelo direito a um pedaço de terra.

Lembro o papel de um militante da causa da reforma agrária, o ex-Deputado...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... Plínio de Arruda São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo – é porque a bancada paulista, há pouco, reivindicou aqui lembrando o seu nome e fez com que eu dissesse Plínio de Arruda São Paulo. Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo, ex-Deputado Federal e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, dizia, lá em 2003: "Em vez de fazer a reforma da Previdência, que vai retirar direitos dos trabalhadores brasileiros, por que não aproveitar o momento e investir, nos quatro primeiro anos do Governo do Presidente Lula, R$25 bilhões do nosso Orçamento, R$6 bilhões e pouco por ano, para fazer a reforma agrária em nosso Pais? No entanto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Nós vimos que a reforma da Previdência foi feita seguindo os conselhos do Fundo Monetário Internacional, do consenso de Washington, daqueles que decidem contra nossa vontade, os destinos do nosso País (*Palmas.)*, quando deveria, o dinheiro, os recursos, em vez de ir para o pagamento da impagável dívida pública, interna e externa... Quase a metade da receita do País hoje é para pagar a dívida pública brasileira. Mas se diz por aí que o Brasil não tem mais dívida, uma inverdade que o Brasil não pode aceitar, porque os banqueiros internacionais enchem os bolsos...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço dois minutos para encerrar.

O dinheiro que vai para os banqueiros é dez vezes mais do que suficiente para atender às reivindicações dos aposentados e pensionistas do Brasil, para garantir a aposentadoria integral sem esse fator famigerado, chamado fator previdenciário, para garantir a recomposição das aposentadorias, porque, ano a ano, elas foram corroídas e desvalorizadas pela inflação de modo a que quem se aposentou com cinco salários, há cinco ou oito anos, hoje recebe a metade disso. Então, recursos para os aposentados para garantir nossas conquistas!

Eu queria também dizer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, desejamos aumentar as aposentadorias e diminuir seu tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Um minuto para encerrar, dizendo o seguinte: na crise econômica mundial que atingiu o Planeta, vimos como o discurso do Estado mínimo dos neoliberais foi para a lata do lixo. E os Estados Nacionais tiveram de colocar recursos para salvar bancos, empreiteiras e grandes grupos econômicos. No Brasil mesmo, nós também mandamos dinheiro para esses setores, quando era possível aplicar esses recursos nas políticas sociais de desenvolvimento e também garantir o direito dos aposentados.

Por isso, estamos unidos numa mesma luta a favor do direito dos aposentados, reafirmando nosso compromisso não só aqui e dizendo a vocês todos que, no meu Estado, o Pará, a Federação e as organizações dos aposentados têm feito muitas lutas inclusive para garantir o direito ao passe livre dos aposentados. Tem sido uma guerra para garantir esse direito fundamental. Vocês sabem o quanto significa poder viajar com esse direito garantido.

Por último, e encerrando mesmo, Sr. Presidente, até para o senhor não precisar me cortar mais uma vez e porque entendo que todos precisam falar, quero convidar a Confederação dos Aposentados, a Cobap, para nos irmanarmos numa luta que é também civilizatória em favor do Brasil, comandada igualmente neste Senado pelo Senador Paulo Paim: a luta contra o trabalho escravo! *(Palmas.)*

Também na Câmara dos Deputados, está dormindo, há cinco anos, a PEC que o Senado já aprovou: a PEC do trabalho escravo, que confisca as terras daqueles que submeterem trabalhadores à condição análoga de escravos em pleno século XXI.

O Senador Paulo Paim, símbolo das lutas libertárias neste País, do salário mínimo, dos direitos trabalhistas e dos aposentados, foi o autor do requerimento que criou, na Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo.

Eu queria convidar a Cobap, o Fórum Sindical de Trabalhadores e todas as entidades para somarmos força na campanha nacional pela aprovação da PEC contra o trabalho escravo na Câmara dos Deputados, que está guardada há cinco anos. Peço o apoio de V. Exª para, no dia 13 de maio, levarmos um abaixo– assinado com um bilhão de assinaturas dos brasileiros, pedindo o fim do trabalho escravo no Brasil e a aprovação da lei que vai confiscar as terras dos escravagistas contemporâneos.

Parabéns à Cobap! Parabéns às entidades dos aposentados. À luta e avante até a garantia de todos os nossos direitos!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o último líder que representa essa luta pelos aposentados do Brasil, o Sr. José Augusto da Silva Filho. Ele é o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). V. Sª dispõe de cinco minutos.

Aproveito para passar a Presidência, pois depois, o ultimo orador – está escrito que os últimos serão os primeiros – será o Senador Paulo Paim. Vou passar a Presidência a ele para que fale da Presidência, simbolizando todo o Congresso Nacional.

Agradeço a Deus por ter sido o seu Cirineu. Ele faz leis que melhoram e dão esperança de uma vida melhor para todos os brasileiros, principalmente os aposentados. Algumas vezes, fui relator de seus projetos de lei. Cabe ao relator defender o projeto, porque quem faz a lei não pede. Saio defendendo a lei do Paim com muita emoção. Depois de muita luta nas audiências, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de Direitos Humanos, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, o projeto veio para este plenário. Por unanimidade, o Senado da República aprovou as leis do Paim que beneficiam os aposentados. A ele a Presidência e os nossos aplausos! *(Palmas.)*

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos!

Prometo ser breve. Antes, porém, faço uma saudação a todos os aposentados e pensionistas do Brasil: vivam os aposentados do Brasil! *(Palmas.)*

Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo convite. E nós enaltecemos a iniciativa dos autores: o senhor, Geraldo Mesquita, Alvaro Dias, Inácio Arruda e Augusto Botelho. Agradeço também ao companheiro Warley

o convite para participar desta sessão solene em homenagem a todos os aposentados e pensionistas e idosos do nosso País. Saúdo os companheiros Calixto, Presidente da Nova Central Sindical do Trabalhadores e Presidente da CNTI; o Edison, da Mosap.

O Senador Mão Santa deixou aqui uma frase que fiz questão de anotar, companheiros e companheiras: "Busquem os mais velhos, pois eles ajudarão a levantar o povo". E isso ou não é? *(Palmas.)*

Então, vamos buscar os mais velhos! É o apelo que nós fazemos, lá na Câmara, para que isso seja votado.

As minhas palavras, aqui, Senador Paulo Paim... Saúdo a companheira Dalva Nascimento – estava esquecendo –, o Senador José Nery, grande aliado e amigo aqui na Casa.

A palavra aqui, Mão Santa, é "encaminhamento". Acho que tudo: "reajuste", "bilhões", "é deficitário", "não é" etc., eu acho que é "encaminhar". Eu acho que o papel do movimento sindical, inclusive nesta sessão, é fazer o encaminhamento aqui agora. O que nós vamos fazer, não é? O que nós vamos fazer daqui para frente? Continuar o quê? A pressão dentro da Câmara dos Deputados, companheiros, para que esse projeto seja definitivamente apreciado e votado. Não cabe a nós colocar a culpa neste ou naquele, porque a coisa mais fácil que tem é atirar pedra, não é Miguel, não é Marcílio? A coisa mais fácil é atirar pedra: "Não, é culpado, é culpado, é culpado". Quer dizer, como se fôssemos verdadeiros magistrados, juízes. Nós precisamos confiar na nossa força, companheiros e companheiras! E o Movimento Sindical tem a identidade definida e também precisa ser solidário definitivamente a esse movimento.

Para comparecer a esta solenidade fui convidado – inclusive, vários Presidentes de centrais me ligaram – para representar o conjunto do Movimento Sindical brasileiro aqui. E devemos também lembrar, Paulo Paim, as deliberações feitas no dia 13 de maio de 2008, que contaram com a sua presença, bem como de Geraldo Mesquita e tantos outros Parlamentares, na Academia de Tênis aqui em Brasília, no encontro nacional do Fórum, que reuniu 3.500 dirigentes sindicais de todo o País. Ouviu, Senador Mão Santa? E lá nós tiramos um encaminhamento que, devido à exiguidade de tempo, não vai dar para ler. Mas, como estou pegando um pouco a prática aqui da Casa – não é, Senador Paulo Paim? –, e vou entregar para a Mesa como se já tivesse sido lido – não é, Calixto? –, para eu ganhar meu tempo aqui. Mas são deliberações em favor dos aposentados naquele 13 de maio de 2008, quando, na verdade, se estava iniciando esse processo de pressão no Senado.

Então, para finalizar, tenho que dar um informe também importante: acho que não podemos perder esta mobilização aqui e agora no Senado. Temos uma orientação do Presidente de vocês, companheiro Warley: sairmos todos juntos, não dispersarmos – porque a gente estava percebendo que estava saindo um ou outro –, no final desta sessão, em direção a onde, pessoal? À rua? (Pausa.) Para onde vamos? Vamos para dentro da Câmara dos Deputados! E vou pedir a esta Mesa, na pessoa dos Senador Nery, Mão Santa e Paim, que, por favor, não nos agridam lá, Paim! Porque esses velhinhos aqui têm que ser respeitados. Poderiam ser nossos pais ou nossos avós. *(Palmas.)* Velhinhos e com todo o respeito. Quero pedir para a Segurança facilitar a entrada. É um movimento ordeiro, pacífico. Ninguém vai quebrar nada, viu, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão? Vamos para lá pacificamente, exigir, fazer nosso papel de cidadão.

São direitos trabalhistas, evidentemente democráticos, dentro de uma conduta que seja em defesa intransigente dos trabalhadores e que sejam sinceros junto ao nosso representado. Este, o papel fundamental do movimento sindical brasileiro. Tanto é, Calixto, que a gente aplaude a sua atitude e a de Wagner Gomes, que, naquela oportunidade, foram os dois que não aceitaram aquilo que estava sendo feito, aquele acordo. Você, inclusive, fez esta declaração aqui, hoje, de que temos que aplaudir a nova central por aquela coragem inicial, que depois se reverteu, não é, Calixto? Foi o contrário: as quatro que não estavam compondo o acordo – as dos trabalhadores – vieram ao nosso encontro.

Hoje, temos, através do Fórum Sindical dos Trabalhadores, 15 confederações nacionais dos trabalhadores afiliadas, temos cinco centrais sindicais e, com muito orgulho também, nossa querida e aguerrida Cobap, que representa todos vocês no Brasil.

Concluindo, quero colocar que esse sempre foi um sonho também e um desejo muito grande de todo o movimento sindical brasileiro... Eu fiz questão de escrever, senão vou correr o risco de esquecer, Senador Paulo Paim, porque não é sempre que a gente tem esta oportunidade. Quero louvar também a iniciativa, Senador Mão Santa, do Presidente José Sarney de ceder esse espaço para nós, porque, antes, pelo Regimento Interno, a gente não podia se expressar; só os parlamentares podiam falar. Então, está de parabéns a Casa. Aí, sim, é fato histórico, para a história do Senado a presença do Movimento Social aqui, expressando-se para todo o Brasil e para este Plenário lindo e maravilhoso.(*Palmas.*)

Ou seja, nosso sonho é ter uma pauta aqui, dentro do Congresso Nacional, não apenas construída pelas centrais, confederações, federações e sindicatos, mas que houvesse comprometimento e cumplicidade por parte dos parlamentares e do próprio Executivo, que tem sua força, gestão política e influência, que sempre

esteve junto ao Congresso Nacional, para conseguirmos nossas principais reivindicações, tanto da classe trabalhadora quanto dos aposentados e pensionistas do Brasil.

O Calixto citou aqui, e vou reforçar: uma delas é a regulamentação da profissão dos comerciários, a profissão mais antiga do mundo; inclusive sou Secretário-Geral da nossa CNTC. Estamos lutando aqui, no Senado, com o apoio dos Senadores – Rosalba, Paulo Paim e Inácio Arruda –, para que a gente consiga também aprovar a regulamentação da profissão dos comerciários. Conselho Federal da minha categoria. Sou homem de prevenção de acidentes. Segurança e saúde no trabalho é uma necessidade emergencial para o País, porque existem aproximadamente 385 a 400 mil mortes causadas por acidentes de trabalho. Isso também é um ataque muito grande à democracia e ao bem social dos trabalhadores deste País.

Quero citar o Projeto nº 248, do Senador Paulo Paim, e o nº 177. O primeiro, da contribuição assistencial para a sustentação financeira do Sindicato; e o nº 177, para parar com as demissões em massa que estão acontecendo em cima dos membros do Conselho Fiscal, eleitos legitimamente no processo eleitoral dos sindicatos. E esses três de vocês, aposentados, principalmente o PL nº 1 e o fim do famigerado fator previdenciário.

Onde teremos dificuldade, pessoal? Temos que continuar com essa pressão. Inclusive...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – (...) amanhã, para quem ficar em Brasília, eu gostaria de fazer um convite a vocês, porque estamos lutando também por um outro projeto, de iniciativa do Senador Paulo Paim e do companheiro Senador Inácio Arruda, que é a redução das 44 horas semanais para 40 horas, da época em que os Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim eram Deputados.

Amanhã, virão companheiros de várias localidades do Brasil para continuarem com essa pressão na Câmara dos Deputados pela redução da jornada de trabalho. Vocês também têm que ser solidários. Se o movimento sindical é solidário a essas bandeiras de vocês, companheiros, inclusive os aposentados bancários, também precisamos da força, da compreensão e da solidariedade de vocês nessa luta também pela redução da jornada de trabalho no Brasil.

Muito obrigado, pessoal, e boa sorte! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, deixem que eu, primeiro, antes de cumprimentar a Mesa, possa fazer um cumprimento a cada um de vocês. Sem sombra de dúvida, vocês vieram de quase todos os Estados. Deslocaram-se muitos de ônibus, alguns de carro, outros de avião, mas estão aqui.

Quando propus a sessão, Warley, algumas pessoas me disseram: "Mas, Paim, numa segunda-feira, às 11 horas da manhã, tu achas que vai lotar o plenário do Senado?". Quebraram a cara, o plenário está lotado, nas galerias, nos corredores, no cafezinho, demonstrando que os aposentados e pensionistas estão vivos, muito vivos, e sabem muito bem o que querem. (*Palmas.*)

Permitam-me, vocês: eu tinha preparado, no início da minha fala, uma homenagem a um ex-Deputado, hoje aposentado, que foi quem criou a lei que estabelece o dia 24 de janeiro como o Dia Nacional dos Aposentados. Mas me parece que ele teve que se retirar. Assim mesmo, eu queria que déssemos uma grande salva de palmas ao Benedito Marcílio, ex-Deputado, aposentado, líder dos aposentados. (*Palmas.*)

Se ele estivesse aqui, eu o convidaria a compor a Mesa, e ele faria, inclusive, uma saudação. Infelizmente, ele teve que se retirar, mas eu tinha combinado com o Warley, e não o tinha avisado. Teria que ter combinado com ele também, não é, Warley?

Mas, Marcílio, sei que você teve que se retirar, mas aceite um abraço forte de todos nós.

Eu queria também, neste momento, dar, se eu pudesse, um grande abraço nela. Pela distância, vou pegar na mão dela. Que todas as aposentadas e pensionistas vejam na minha fala, porque ela pediu que eu falasse por ela, a Dona Dalva do Nascimento. (*Palmas.*)

Noventa e dois anos! Ela não falta a uma atividade de mobilização dos aposentados e pensionistas, mostrando a luta e quão guerreiras são as mulheres do nosso País! (*Palmas.*)

Eu queria também... permitam-me, rapidamente, pois me pediram que eu falasse das bancadas. Posso falar de todas as bancadas, e o equívoco é deixar de fora uma ou outra entidade. Então, eu diria o seguinte, rapidamente: algumas bancadas me pediram para registrar a presença, com todas as suas entidades. Vou começar por ela, não sei por quê: bancada do Rio Grande do Sul. Uma grande salva de palmas a toda a bancada do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

À bancada de São Paulo. (*Palmas.*)

À bancada do Rio. (*Palmas.*)

À bancada de Goiás. (*Palmas.*)

À bancada de Brasília. (*Palmas.*)

À bancada do Piauí. (*Palmas.*)

À bancada da Paraíba. (*Palmas.*)

Enfim, de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Do Paraná. (*Palmas.*)

Do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

De Minas Gerais. (*Palmas*.)

Do Ceará. (*Palmas*.)

De Sergipe. (*Palmas*.)

Do Pará. (*Palmas*.)

De Mato Grosso. (*Palmas*.)

De Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*)

Enfim, sintam-se como se todos tivessem sido abraçados e cumprimentados.

Confesso a vocês que, pelo carinho e respeito que tenho por cada um, quando venho a um ato como este, minha assessoria me fornece dados e números que quero resumir no seguinte: quem fala que a Previdência está falida está mentindo. É uma farsa! Peguem os dados, se quiserem, aqui. Não preciso ler todos os dados. Mas ficam à disposição. Vão ficar aqui e quem quiser cópias que as pegue. (*Palmas.*)

Eu só queria dizer para vocês que o Brasil está num momento muito bonito, muito bonito, no campo econômico. Que bom! Que bom! Eu acho que é o melhor momento dos últimos 50 anos.

Eu só vou dar alguns dados importantes. Há dez anos, as reservas internacionais do Brasil não chegavam a 50 bi, 49,3 bilhões. Hoje, são 239 bilhões de reserva! Que bom! Então, dá para pagar os aposentados. (*Palmas*.)

Quero dizer para vocês que, há mais ou menos dez anos, o número de trabalhadores com carteira assinada, neste País, que estavam pagando à Previdência, era de 29,5 milhões. Que bom a gente poder dizer que, hoje, temos exatamente 41 milhões – 11,5 milhões a mais – com carteira assinada! É dinheiro na conta da Previdência! É dinheiro na conta da Previdência! Que bom a gente poder dizer isso. (*Palmas*.)

Eu tive um incômodo quando eu era Deputado, porque eu quis derrubar um projeto que queria flexibilizar o direito dos trabalhadores. Nós o derrubamos quando eu cheguei ao Senado. Agora, recebo dados – não estou inventando os dados, esses dados estão na parte de economia do *Correio Braziliense* – que dizem o seguinte: nos países do mundo que flexibilizaram o direito dos trabalhadores, aumentou o desemprego e, nos países como o Brasil, em que derrotamos, há sete anos, o projeto que queria flexibilizar, aumentou o número de empregos.

Só vou dar alguns dados. O desemprego no Brasil, de 2002 até hoje, diminuiu para 6,8%. Na época, o desemprego era de 10,5%. Hoje, diminuiu para 6,8%. De 10,5%, nós caímos para 6%.

Outros países: na Espanha, depois que flexibilizou, o desemprego, que era de 8,5, hoje é de 19,4; nos Estados Unidos, o desemprego era de 4,6 e, depois que flexibilizou, é de 10%; na França, era de 9,3 e, depois que flexibilizou, é de 10%; na Irlanda, era de 4,4, agora, 12,9; na Itália, 6,8 e, hoje, 8,3. Está aqui, no *Correio Braziliense,* o que significa que, no Brasil, nós estamos acertando – 11,5 milhões de pessoas a mais com carteira assinada, pagando a Previdência –, porque aqui nós não flexibilizamos. Nós queremos, sim, é mais gente com carteira assinada e pagando a nossa Previdência. É isso que nós queremos. Isso tudo é positivo. (*Palmas*.)

O Brasil foi o último País a entrar na crise e o primeiro a sair. O Brasil, do Grupo G20, foi o único País em que os trabalhadores tiveram aumentos reais de salários, na faixa de 4,5. Que bom! E por que não dizer? De todos vocês, aposentados e pensionistas que estão aqui, à Mesa e nas galerias, e que estão assistindo à TV Senado, quem não participou de caminhadas, dizendo "Fora! Fora o FMI"? Quantas vezes nós dissemos isso? Hoje, o Brasil se dá ao direito de ser credor de US$15 bilhões junto ao FMI! *(Palmas.)*

É sinal de que a economia está dando certo. Isso tudo é positivo. Que bom! Que bom, porque isso mostra... O que mostra? Mostra que estamos certos, que tem dinheiro, sim, para pagar os aposentados e pensionistas.

Viva o PL nº 1, o fim do fator previdenciário! (*Palmas*).

Temos de mostrar o que é bom e não ficar só no negativo. Que mostrem o que é bom, o que mostra que temos razão. Ninguém, aqui, é inconsequente, ninguém é irresponsável. Se a economia estivesse ruim, nós íamos dizer: "Tudo bem. Mais uma vez, o trabalhador e o aposentado têm de pagar a conta". Mas, graças a Deus, a economia está bem. E, aí, é a hora de olhar aqueles que produziram, que construíram este País. Por isso, tem-se, sim, que dar aumento real para os aposentados e pensionistas. Viva o PL nº 1! (*Palmas*.)

É claro que eu não poderia deixar de dizer para vocês... eu, que briguei tanto, junto com outros companheiros, eu que eu falava num salário-mínimo de US$100 – fizemos greve de fome na Câmara dos Deputados – e, hoje, o salário-mínimo vale em torno de US$270. Que bom! Só que quero isso também para os aposentados e para os pensionistas! (*Palmas*.)

Isso é bom, mas também para os aposentados. (*Palmas*.)

Eu podia falar, aqui, de inúmeros investimentos importantes e dizer que é um momento bonito. Por isso, não estamos errados.

Tenho tomado nota, aqui, e permitam-me que eu diga isso a vocês: eu fiquei muito feliz, porque eu falava há um tempo atrás... Eu gostaria de pegar os jornais de outros países, como o *Le Monde*, que é francês, ou o *El Pais*, por exemplo, que é espanhol, e ler o que está escrito. Diz o jornal francês *Le Monde*: "Lula é a personalidade do ano". E ele diz, na justificativa: "A economia do País avança". Diz, também, o jornal espanhol *El Pais,* e isso eu vou ler para vocês:

"*O Brasil foi o primeiro país a sair da recessão provocada pela crise econômica. Os índices de crescimento são superiores às últimas duas décadas anteriores. Saiu da extrema pobreza, em torno de 35%, para 24%. O Presidente Lula fecha esse período com taça e medalha de ouro.*"

Daí, a frase, que é minha: com taça e medalha de ouro se atender, também, à reivindicação dos aposentados e dos pensionistas! *(Palmas.)*

É isso que eu estou fazendo aqui, falando tudo que é bom, mas dizendo que nós temos de atender, também, aos nossos aposentados e pensionistas.

Eu queria dizer para vocês que eu sei que existe uma vontade do Governo de encaminhar para cá um projeto chamado Consolidação das Leis Sociais. Eu já pedi, aqui, que se forme uma comissão mista de 11 Deputados e 11 Senadores, mas eu vou ficar muito triste se nessa Consolidação não tiver, também, uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. (*Palmas.)*

Eu quero essa chamada CLS, mas eu vou ter muito orgulho – porque eu vou estar entre os 11 Senadores – de um dia pegar a CLS e assinar embaixo. E vou assinar com letras garrafais, porque eu quero que, ali dentro, estejam contempladas as mudanças profundas no famigerado fator previdenciário e a garantia de que o aposentado há de receber, sim, reajustes reais, acompanhando o crescimento do salário-mínimo, como propõe o PL nº 1. Isso nós vamos construir juntos, meus amigos e minhas amigas!

Sei que vocês viajaram dos seus Estados. Eu sei que muitos estão cansados, mas podem ter certeza de que a luta de vocês não é em vão. Se nós temos hoje um debate no Congresso Nacional sobre o fim do fator, sobre a recuperação de perdas e, também, o reajuste real para os aposentados, é porque vocês se mobilizaram, é porque vocês fizeram vigília. Eu, que viajo tanto por este País, Estado por Estado – a Paraíba sabe, a Bahia sabe, Minas sabe, Goiás sabe, enfim, os Estados sabem, pois a quase todos eu já fui –, o que mais ouço? "Paim, acho que estamos fazendo um grande Governo, mas vocês não responderam, ainda, à questão dos aposentados e pensionistas."

Nós queremos responder a essa questão, aprovando os projetos de vocês. É isso o que temos de assumir aqui! (*Palmas.*)

Vou encerrar a minha fala, dizendo que o Warley e os companheiros do movimento sindical estiveram comigo, hoje, e me pediram que eu marcasse uma reunião com o Presidente Lula. Neste momento, em que o Senador Mão Santa me passou a Presidência – ele, que foi Relator do fim do fator –, Senador José Nery, quero assumir que vou fazer todos os esforços para que tenhamos uma reunião com o Presidente Lula para discutir, especificamente, a questão do reajuste dos aposentados e pensionistas. Fica o compromisso assumido aqui, nesta reunião, com a presença das entidades! (*Palmas.*)

Permitam-me que eu diga que canso de ouvir as pessoas dizerem o seguinte: "Não, mas não dá para votar porque o Senado aprovou; se a Câmara votar, pode ser vetado". Meus amigos, isso é a democracia. Nós temos é que, neste momento, de forma tática e estratégica, dizer: Senhores Deputados e Deputadas, votem, façam a sua parte, depois a gente vai conversar com o Executivo! É isso que os Deputados têm que fazer.

Deputado, repito aqui, agora: Presidente Michel Temer, coloque as matérias em votação. Votem! Votem como o Senado votou, e os Deputados e Senadores terão cumprido a sua parte. Se vai ser vetado ou não, nós vamos dialogar.

Concluo dizendo a todos vocês: não joguem a toalha, não esmoreçam, não se entreguem por ser ou não ano eleitoral. Essa mobilização que vocês fizeram aqui, com 800 ou 900 pessoas, em Brasília, no dia de hoje, é um marco, mais uma vez, na história e apenas mais um passo na mobilização.

Essa mobilização vai continuar. Vocês podem ter certeza: eu, que fui autor dos três projetos – muitos Senadores aqui foram relatores –, mais que ninguém, tenho o mesmo sonho de cada um de vocês. O meu sonho é ver esse famigerado fator previdenciário cair e poder dizer que, no governo de que participei, nós garantimos os reajustes reais para os aposentados e pensionistas.

O que depender deste parlamentar, tenham certeza vocês, e de tantos outros Senadores e Deputados comprometidos, isso vai acontecer. É ano eleitoral. Que seja ano eleitoral! E que bom que é ano eleitoral! Faz parte do processo democrático. Vamos todos continuar pressionando até que se resolva de forma definitiva esse – permitam que eu diga – fator previdenciário, que considero o maior crime cometido contra os trabalhadores do nosso País.

Muitos que não estão aqui, que ficaram nas suas casas e estão assistindo à minha fala têm de entender que estes homens e mulheres de cabelos brancos aqui estão lutando por vocês, que serão os aposentados de amanhã. Quando vocês se aposentarem, vão perder de 40% a 50%, como vai ser o caso da mulher professora celetista, que perde até 51%. Então, esta luta destes homens e mulheres heroicamente aqui é para defender a juventude, é para defender aqueles que estão hoje nas atividades na fábrica, no banco, no comércio ou na área rural, como trabalhadores. É a vocês que queremos assegurar o mesmo direito que têm o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário. Esses não têm fator previdenciário, e seu limite de aposentadoria chega a R$27 mil. Quanto a vocês, a grande parte não se aposenta com mais de R$2 mil, R$3 mil. Eu diria

que 90% ficam com um a três salários-mínimos. O que estamos pensando é uma questão de isonomia. Se o Executivo não tem fator, o Legislativo – de que faço parte – não tem, nem o Judiciário, por que somente o trabalhador que ganha pouco tem de ter? Abaixo esse fator previdenciário! (*Palmas.)*

Direitos iguais para todos!

No Senado, fizemos a nossa parte. Agora, é na Câmara. Os Deputados têm de assumir sua responsabilidade. Não há essa de dizer: "Não. Mas é orientação de sicrano ou de beltrano". Cada Deputado é senhor da sua vontade e, na hora de pedir o voto, pede individualmente. Então, não existe essa de dizer que é orientação de Pedro ou de Paulo. Cada um vota com sua consciência. Como, no Senado, todos os Senadores, de todos os partidos, votaram pelo fim do fator, pela reposição das perdas e também pelo PL nº 1, que é a garantia igual para os aposentados? Ora, qual é o problema? Não há um parlamentar mais valente do que outro. Todos são iguais. Então, assumam a responsabilidade e votem! E vamos conversar depois dessa etapa vencida.

Enfim, meus amigos, o que posso dizer ao encerrar esta sessão é a frase que repito sempre: minha vida é a luta em defesa dos trabalhadores da área pública e da área privada, dos aposentados e de todos os discriminados. Essa luta está no meu sangue, na minha alma e no meu coração. Contem com a gente hoje e sempre!

Vivam os aposentados e pensionistas do nosso País! Um abraço a todos vocês! (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAPLÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a sessão especial que realizamos a partir de agora é em homenagem aos aposentados brasileiros que tem sua data máxima no dia 24 de janeiro, considerado o Dia Nacional do Aposentado.

Esta sessão está sendo realizada, neste dia 8 de fevereiro, porque em janeiro estávamos em recesso. Ela coincide com o início das votações no Congresso Nacional. Queremos reafirmar aqui e agora, que a melhor forma de homenagear os nossos "cabeças prateadas"é aprovarmos os três projetos que beneficiam toda a categoria: o PL 3399/2008, que acaba com o fator previdenciário; o PL 4434/2008, que recompõe o valor das aposentadorias e pensões; e o PL 01/2007, que reajusta as aposentadorias e pensões com a mesma política de valorização do salário mínimo. Esses três projetos já foram aprovados, por unanimidade, no Senado, e estão prontos para votação na Câmara dos Deputados.

Senhoras e Senhores, o Brasil vive o seu momento mais importante dos últimos 50 anos. O verdadeiro espírito republicano e federativo foi resgatado. E isto foi uma decisão política e de governo que nasceu no ano de 2003.

Creio ser de suma importância citar alguns dados, para exemplificar, sobre o atual momento do nosso país, tanto econômico como social:

Crise Mundial

– A média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,1%, mesmo com a crise econômica mundial (obs.: Entre 1995 e 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, este percentual foi de 2,3%)

– No final do governo anterior as reservas internacionais eram de US$ 49,3 bilhões e em 2009 alcançaram a marca de US$ 232,9 bilhões.

– Saltamos de 29,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada em 2003, para 41 milhões este ano. Ou seja, foram gerados 11,5 milhões de novos empregos.

– O desemprego no Brasil, em dezembro 2002, era de 10,5%, em dezembro de 2009 caiu para 6,8%. Enquanto que em países que flexibilizaram a legislação trabalhista, como a Espanha, que saiu de 8,5% para 19,4%; EUA, de 4,6% para 10%, França de 9,3% para 10%; Irlanda 4,4% para 12,9%; Itália 6,8% para 8,3%.

– O Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair, confirmando a "marolinha"!

– No grupo do G20 o Brasil foi o único país em que os trabalhadores tiveram aumento real durante a crise, segundo DIEESE um aumento real de 4,5%.

– Cansamos de exigir a saída do FMI daqui, hoje somos credores do FMI de mais de 15 bilhões de dólares.

Salário Mínimo

– Salário mínimo recebeu um reajuste nominal de 133%, o que correspondeu a um percentual de 64% acima da inflação

– Em relação ao dólar o salário mínimo hoje é 4,8 vezes maior que o de 2003.

– Em 2003 o salário mínimo representava US$ 56 e hoje (2010) com o salário mínimo de R$ 510,00 representa US$ 270.

Luz Para Todos

– Ligação de mais de 2,1 milhões novos pontos elétricos beneficiando mais de 10,7 milhões de brasileiros que passaram a ter energia elétrica em suas casas

Habitação

– Os investimentos em habitação saltaram de R$ 7,9 bilhões em 2003 para R$ 43,2 bilhões em 2008 e já beneficiaram 4,6 milhões de famílias, sem considerar o Programa Minha Casa, Minha Vida que entrou em vigor em 2009.

Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)

– O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência.

– O Pronasci é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade.

– Nós aprovamos no Orçamento do governo federal para 2010 o valor de R$ 1,4 bilhão para o Pronasci, sem cortes no programa.

Aposentados

– Apesar das perdas das aposentadorias em relação ao salário mínimo houve aumento real.

– O Presidente Lula deu reposição da inflação integral para os aposentados e pensionistas.

– Este ano o reajuste de 5,92% representou a inflação mais 50% do crescimento do PIB.

– A média dos reajustes das aposentadorias de 2003 a 2010 foi de 12%; enquanto que a média da inflação no mesmo período ficou em 5,7% pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)

– Este ano o Orçamento Geral da União garantiu R$ 3,5 bilhões para o reajuste das aposentadorias para quem ganha acima de 1 salário mínimo.

– Se a cada 1% que é dado de aumento para os aposentados significa 1 bi, então, precisamos de mais 2 bi, para chegarmos aos 100% do PIB.

Previdência Social

– A nossa Previdência não é quebrada e muito menos deficitária. Quando se fala em déficit só é usada a contribuição de empregado e empregador. Esquecem das contribuições, PIS PASEP, jogos lotéricos, Confins, tributação sobre lucro e faturamento, entre outros.

Fator

Estamos travando um bom debate no Congresso Nacional para acabar com o Fator Previdenciário, obra do governo anterior que retira até 41% do salário do trabalhador no ato da aposentadoria.

Escolas Técnicas

O que a elite não fez em 100 anos, o presidente Lula fez em 8 anos. Crise Mundial. Até o final do ano, o país terá 380 escolas técnicas com mais de meio milhão de vagas disponíveis.

Centrais Sindicais

– Neste governo legalizamos as Centrais Sindicas e eu fui o relator do projeto no Senado Federal.

Estatuto do Idoso

– O Estatuto do Idoso ficou engavetado 7 anos.

– Aprovamos a lei no Governo lula e no 6º ano da sua aprovação ele atende a 26 milhões de brasileiros.

Bolsa Família

– Este programa beneficia mais de 12 milhões de famílias.

Consolidação das Leis Sociais

– Estou muito entusiasmado com a proposta do governo Lula que visa consolidar em um único documento todos os programas sociais do seu governo. No intuito de acelerar a votação da proposta do governo apresentei no Congresso Nacional, requerimento de criação de uma Comissão Mista.

O meu sonho é fazer com que a política de recuperação dos salários dos aposentados e pensionistas esteja na Consolidação das Leis Sociais.

Senhoras e Senhores,

Segundo o jornal francês Le Monde e o espanhol El Pais, Lula é a personalidade do ano...

...Dizem eles para justificar tal homenagem que Lula acordou o Brasil que parecia como diz o hino de nossa pátria, ser um gigante adormecido. Hoje o Brasil olha para longe, para uma imensidão e para o mundo.

"O Brasil foi o primeiro país a sair da recessão provocada pela crise econômica mundial. Os índices de crescimento são superiores aos das duas décadas anteriores e a pobreza extrema caiu de 35% em 2001 para 24,1% em 2008".

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode fechar este período de 8 anos com taça e medalha de ouro. Basta sancionar os projetos que beneficiam os trabalhadores, aposentados e pensionistas que serão, se Deus quiser, aprovados pela Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Roberto Cavalcanti enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Em primeiro lugar, quero me congratular com o incansável Senador Paulo Paim, pela proposição desta Sessão Especial, destinada a homenagear os aposentados pelo transcurso do Dia Nacional do Aposentado.

Quando eu digo que o Senador Paulo Paim é incansável, quero com isso homenagear o seu trabalho diuturno em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas. O Senador Paim não tem medido esforços, ao longo da sua vida parlamentar – e disso todos nós aqui somos testemunhas –, na luta pelas causas dos aposentados e pensionistas deste País.

O Dia Nacional do Aposentado foi instituído pela Lei nº 6.926, de 30 de junho de 1981, proposta pelo então deputado federal Benedito Marcílio. A data escolhida foi a da assinatura da Lei Eloy Chaves, um dos primeiros e mais importantes marcos da instituição do sistema previdenciário no Brasil. Não é por outra razão que, nessa mesma data, comemora-se o Dia da Previdência Social.

A Lei Eloy Chaves iniciou a criação de um sistema previdenciário que, a despeito de todos os aperfeiçoamentos por que

passou, ainda deixa muito a desejar. Isso ocorre não apenas por suas falhas intrínsecas, como também pelo aumento da expectativa de vida da população no Brasil, com o conseqüente crescimento do contingente de aposentados e pensionistas e a extensão do tempo pelo qual usufruem os direitos da aposentadoria.

O Brasil tem, hoje, mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que vivem sob a égide do Regime Geral da Previdência, ou seja, são pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse número representa algo como 14% da população brasileira e 27% da população economicamente ativa.

Estima-se que a primeira folha de benefícios paga a esse contingente de aposentados e pensionistas na vigência do novo salário mínimo tenha chegado a 17,1 bilhões de reais, um número realmente impressionante.

Contudo – e aqui vamos tratar do que talvez seja o problema mais sério que eles enfrentam –, aposentados e pensionistas vêm perdendo poder aquisitivo. Segundo dados da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, divulgados pelo Senador Paim através da Agência Senado, nos últimos 15 anos quatro milhões e meio de aposentados e pensionistas do INSS, que recebiam mais de um salário mínimo, passaram a receber apenas o piso. Com isso, 18,3 milhões de aposentados e pensionistas no País recebem, hoje, apenas o salário mínimo.

Trata-se, portanto, de questão relevante da vida nacional equacionar o sistema previdenciário, de modo que as pessoas possam ter aposentadoria digna. Ademais, é crucial procurar assegurar aos atuais aposentados e pensionistas a manutenção de seu poder de compra, já que é na idade mais avançada que se precisa de mais recursos para, por exemplo, tratar da saúde. E, como se sabe, pessoas de idade não têm a mesma condição de trabalho que os mais jovens, o que as torna menos aptas a complementar renda.

Além desse, há muitos outros problemas a serem adequadamente solucionados. Mas não pretendo me alongar no seu exame. Desejo apenas, para encerrar, cumprimentar os aposentados e pensionistas de todo o Brasil pelo dia de hoje.

Quero também reafirmar meu compromisso com todas as iniciativas que objetivem resolver os problemas que eles enfrentam, não apenas pelo seu bem, mas, igualmente, pelo bem do País. É certo que o tratamento dispensado aos aposentados espelha bem a condição de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Se lograrmos êxito nessa tarefa, estaremos, com certeza, conseguindo construir um Brasil mais rico, mais justo e mais fraterno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 24 minutos.)

Ata da 6ª Sessão não Deliberativa em 08 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Sadi Cassol.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos, e encerra-se às horas e 18 e 49 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, 14h4. Esta é a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado da República do Brasil.

A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 10 do corrente, quarta-feira, será destinado a marcar a mobilização e as atividades do primeiro dia e I Semana Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, nos termos do Requerimento nº 35, de 2010.

Declaramos aberta a sessão do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos desta sessão de segunda-feira, 8 de fevereiro.

Esta sessão é não deliberativa.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 9, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007 (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **VALTER PEREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 358, de 2007 (nº 206, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Tucunaré Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 358, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio*

Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 358 de 2007.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 358 de 2007 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA (SUPLENTE)
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP SEM VOTO	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 358 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: Q/

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 10, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008 (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **VALTER PEREIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 75, de 2008 (nº 489, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Difusora Colíder Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 75, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Difusora Colíder Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV.– DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 75 de 2008.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 75 de 2008 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA** RELATOR
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP SEM VOTO	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 75 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 11, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009 (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 329, de 2009 (nº 1.219, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Comunidade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos artigos 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 329, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 329, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa,

opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Comunidade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

Senador Marco Maciel, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 329 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 328 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL** RELATOR
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 329 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 12, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009 (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 586, de 2009 (nº 1.428, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Rio Acimense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 586, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 586, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Rio Acimense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator AD HOC

Senador Wellington Salgado

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 586 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 586 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA Ad Hoc	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE** Relator
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 586 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LÔBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Publicado no **DSF**, de 9/2/2010.

PARECER
Nº 13, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009 (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ACITOL – Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

RELATOR "AD HOC": Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 607, de 2009 (nº 99, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *ACITOL - Associação Comunitária Independente de Toledo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 607, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 607, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *ACITOL* -

Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, **3 de fevereiro de 2010.**

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

RELATOR AD HOC
SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 607 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro 2010

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 607 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS** Relator
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI Relator AD HOC	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 607 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 14, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009 (nº 1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 633, de 2009 (nº 1.523, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 633, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 633, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator Ad hoc

Senador Wellington Salgado de Oliveira

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 633 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 633 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA AD AOE	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE** RELATOR
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 633 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 15, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009 (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 655, de 2009 (nº 1.197, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 655, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 655, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

(Senador Wellington Salgado de Oliveira, relator ad hoc)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 655 de 2009.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 655 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 655 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 16, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009 (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à RCI – Rádio Comunitária de Iaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

RELATOR "AD HOC": Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 732, de 2009 (nº 1.609, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *RCI - Rádio Comunitária de Iaciara* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal e aos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 732, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 732, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, voto pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *RCI - Rádio Comunitária de Iaciara* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

Ad hoc.

Sen. Lobão Filho

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 732 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 732 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senadora Lúcia Vânia)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 732 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 17, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009 (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR "AD HOC": Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 802, de 2009 (nº 1.543, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 802, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Depreende-se dos autos (fls. 165 a 172) que as entidades concorrentes vencidas no processo de seleção pediram explicações ao Ministério das Comunicações sobre os critérios adotados para sua desclassificação. Infere-se que propuseram à vencedora um acordo de associação, não tendo encontrado receptividade, uma vez que ela contava com expressiva superioridade no quesito de representatividade junto à comunidade, evidenciada pelas cartas de apoio apresentadas quando do processo licitatório.

Diante do desinteresse da vencedora em associar-se às demais, foram seus processos arquivados no Ministério das Comunicações.

Consta ainda ofício em que o Ministério responde à concorrente *Instituto de Programação Social, Cult. e Relig. São Francisco de Assis*, informando que sua prévia inabilitação se deu com base no art. 4°, inciso IV c/c art. 11, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que disciplina o serviço de radiodifusão comunitária. A causa da inabilitação foi, de acordo com o ofício em comento, o fato de a entidade "manter fortes vínculos de subordinação e orientação à Paróquia São Francisco", manifestando relações religiosas com a Igreja Católica Apostólica Romana, vínculos esses patenteados em artigos do Estatuto Social da entidade.

Tais fatos, entretanto, não foram objeto de questionamentos ou denúncias posteriores, nem à Câmara dos Deputados nem ao Senado Federal, inexistindo razão, portanto, para questionamento das decisões tomadas pelo legítimo Poder Concedente.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 802, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Salada da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Renato Casagrande)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 802 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 802 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE (ad hoc)	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 802 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 18, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009 (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

RELATOR "AD HOC": Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 809, de 2009 (nº 1.725, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Moradores de Palestina de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição e aos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 809, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 809, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opino pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Moradores de Palestina de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator Ad Hoc.

Senador Lobão Filho

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 809 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 809 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO (ad hoc)	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES RELATOR	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 809 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 02 / 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 19, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009 (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 822, de 2009 (nº 1.712, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 822, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 822, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 822 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 822 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (RELATOR)	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 822 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
ELEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR ELEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 20, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 823, de 2009 (nº 1.714, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 823, DE 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 823, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 823 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 823 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Sen. Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI Relator	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊ. _ .IA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNI _ .ÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL *PDS Nº 823 de 2009.*

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 21, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009 (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 829, de 2009 (nº 996, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária a Voz do Povo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons

e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 829, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 829, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária a Voz do Povo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 829 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS nº 828 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO (RELATOR)	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 829 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 22, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009 (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte _ MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 830, de 2009 (nº 997, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 830, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 830, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 830 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 830 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO RELATOR.	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 830 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 23, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009 (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 831, de 2009 (nº 1.002, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 831, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 831, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 831 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 831 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 831 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X			
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO	X			
GERSON CAMATA	X			
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA	X			
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS				
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO				
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES (Licença)				
LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER				
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL	X			
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: O/

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 24, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009 (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 832, de 2009 (nº 1.014, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Habitacional de Alfenas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos *da Constituição Federal*.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 832, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 832, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Habitacional de Alfenas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 832 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 832 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 832, 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 25, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009 (1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 833, de 2009 (nº 1.097, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas - APACNOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo *sob exame*, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 833, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 833, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas - APACNOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 833 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 833 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 833 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 26, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009 (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à AMCAR – Associação dos Moradores do Canto do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 835, de 2009 (nº 1.243, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *AMCAR - Associação dos Moradores do Canto do Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 835, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 835, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *AMCAR - Associação dos Moradores do Canto do Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA,
RELATOR AD HOC.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 835 de 2009.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 835 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR AD HOC	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊ[illegible]A, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNI[illegible]ÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 835 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 27, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009 (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 856, de 2009 (nº 1.597, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons

e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 856, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 856, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA,
RELATOR AD HOC.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 856 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 856 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR AD HOC	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊ[illegible]A, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNI[illegible]ÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 856 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 28, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009 (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **EFRAIM MORAIS**

RELATOR "AD HOC": Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 859, de 2009 (nº 1.636, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Centro Social de Monte Grave* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 859, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 859, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Centro Social de Monte Grave* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

RELATOR "AD HOC": Senador **CÍCERO LUCENA**

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 859 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 859 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS RELATOR	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 859 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 29, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009 (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 878, de 2009 (nº 1.687, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 878, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 878, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 878 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 878 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 878 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

OTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 30, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009 (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 881, de 2009 (nº 1.699, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos artigos. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 881, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 881, de 2009, não evidenciou violação da

legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

Senador Marco Maciel, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 881 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 881 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL** RELATOR
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 881 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 31, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009 (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 885, de 2009 (nº 1.719, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 885, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 885, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator AD HOC

J - Senador Valdir Raupp

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 885 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 885 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Heráclito Fortes)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP Ad Hoc	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 885 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 32, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009 (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 886, de 2009 (nº 1.732, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 886, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 886, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

Senador **JOÃO RIBEIRO** , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 886 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 886 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 996 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 02 / 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 33, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009 (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 888, de 2009 (nº 1.760, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 888, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 888, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 888 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 888 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE RELATOR	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊ. .IA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNI .ÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 888 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 34, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009 (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

RELATOR "AD HOC": Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 891, de 2009 (nº 1.767, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *TV Gazeta Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 891, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *TV Gazeta Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Roberto Cavalcanti).

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 891 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 891 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI (Ad Hoc)	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER (Renato)
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 891 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 35, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009 (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 892, de 2009 (nº 1.771, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Exitus Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 892, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Exitus Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Wellington Salgado de Oliveira)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 892 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 892 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (Ad Hoc)	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO** (Pelo PSDB)
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 892 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 36, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009 (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga – Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 897, de 2009 (nº 1.783, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 897, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 897, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

(Eduardo Lobão Filho)
Vice - Presidente, no exercício da Presidência

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 897 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 897/2009 NA REUNIÃO DE 03/02/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: (Sen. Lobão Filho)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO (Vice Presidente, no exercício da Presidência)	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO RELATOR	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
CIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

[illegible]CIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMU[illegible]CAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 897 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X			
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA	X			
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA	X			
FLEXA RIBEIRO	X			
PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS				
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO				
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES (Licença)				
LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER				
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL	X			
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 02 / 2010

SENADOR LOBÃO FILHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

PARECER
Nº 37, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009 (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 898, de 2009 (nº 1.787, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Fundação Saraiva Leão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 898, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 898, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Fundação Saraiva Leão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 898 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 898 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Sen. Flexa Ribeiro	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI RELATOR	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
PDS n.º 898 de 2009
Fls. 135

COMISSÃO DE CIÊ. .IA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUN. .AÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 898 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO.
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 38, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009 (nº 1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 903, de 2009 (nº 1.694, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o///

referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 903, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010

(Sen. Lobão Filho)
Vice-Presidente, no Exercício da Presidência

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 903 de 2009.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 903/2009 NA REUNIÃO DE 03/02/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:	Senador Lobão Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO (Vice-Presidente, no exercício da Presidência)	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO RELATOR	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 903 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 **SIM:** 10 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 02 / 2010

SENADOR LOBÃO FILHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

PARECER
Nº 39, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009 (1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 908, de 2009 (nº 1.726, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 908, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 908, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 908 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 908 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 908 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X			
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO	X			
GERSON CAMATA	X			
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA	X			
FLEXA RIBEIRO				
PAULO PAES				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS				
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES (Licença)				
LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER				
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL	X			
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 40, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009 (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **SERGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 922, de 2009 (nº 1.722, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 922, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 922, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 922 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 922 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 922 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X			
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO	X			
GERSON CAMATA	X			
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA	X			
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS				
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES (Licença)				
LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER				
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL	X			
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Publicado no **DSF**, de 09/2/2010.

PARECER
Nº 41, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009 (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Pardo. Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 932, de 2009 (nº 1.254, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Arco-Íris FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 932, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Arco-Íris FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 932 de 2009.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 932 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (RELATOR)	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 932 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 42, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009 (1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 933, de 2009 (nº 1.318, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *EZR Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 933, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *EZR Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 933 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 933 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Eleto Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (RELATOR)	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊ[illegible]IA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNI[illegible]ÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 933 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 43, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009 (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 934, de 2009 (nº 1.633, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem

sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 934, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 934, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 934 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 934 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Fleury Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊ. .A, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNI. .ÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 934 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 44, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009 (nº 1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

1 – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 941, de 2009 (nº 1.747, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Rádio e Cultura* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Como, ainda, de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 941, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 941, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Rádio e Cultura* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 941 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 941 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE RELATOR	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 941 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 45, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009 (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 945, de 2009 (nº 1.310, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 945, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 945, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 945 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 945 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (Renato)	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 945 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X			
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO	X			
GERSON CAMATA	X			
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA	X			
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS				
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO				
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES (Licença)				
LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER				
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU	X			
EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 46, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009 (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica. Com Marketing Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 946, de 2009 (nº 1.329, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 946, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 946 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 946 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES (Licença)**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (RELATOR)	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 946 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2010**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 358, de 2007; 75, de 2008; 329, 586, 607, 633, 655, 732, 802, 809, 822, 823, 829, 830, 831, 832, 833, 835, 856, 859, 878, 881, 885, 886, 888, 891, 892, 897, 898, 903, 908, 922, 932, 933, 934, 941, 945 e 946, de 2009**.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 3/2010 – CCT

Brasília, 3 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs: 358, de 2007; 75 de 2008; 329, 586, 607, 633, 655, 732, 802, 809, 822, 823, 829, 830, 831, 832, 833, 835, 856, 859, 878, 881, 885, 886, 888, 891, 892, 897, 898, 903, 908, 922, 932, 933, 934, 941, 945 e 946 de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 37, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2009, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Papaléo Paes.**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 8, de 2010** (nº 1/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do processo TC 000.239/2008-1, sobre pedido de reexame interposto pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande – MS, em razão do Acórdão nº 908, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8).

Foi encaminhada cópia do Aviso nº 8 de 2010, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Aviso nº 8, de 2010, vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Marco Maciel.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador José Nery, que falou com muita contundência na reunião, que acaba de encerrar, em defesa dos aposentados do Brasil, já que é a sua data. E ele foi mais além: fez uma advertência contra o trabalho escravo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É para solicitar a minha inscrição para falar em nome da liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Drª Cláudia Lyra está fazendo a sua inscrição.

Então, convidamos o Senador inscrito, Senador Marco Maciel. Ele é do DEM, do Estado de Pernambuco. Uma das carreiras de maior brilho na história da política e da democracia de nosso País. Ele, sozinho, já dá muita grandeza ao Senado da República do Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa.

Sr. Senador José Nery, Senador Papaléo Paes, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há um provérbio latino que diz que *historia est magistra vitae*, ou seja, a história é a mestra da vida. Nenhuma civilização, a meu ver, conseguirá sobreviver se não buscar construir sua própria identidade.

Faço essas observações por insistir num fato que considero significativo para o Brasil, que é a cir-

cunstância de celebrarmos, em 2022, a passagem do bicentenário de nossa independência.

Apresentei sobre esse assunto Projeto de Resolução para que constituíssemos uma Comissão – Senado Federal e Câmara dos Deputados – para celebrarmos conjuntamente a passagem de data tão marcante para a busca da nossa identidade. Apresentada em 2004 e aprovada no Senado ano passado, foi a proposição encaminhada à Câmara. Espero que aquela Casa, em breve espaço de tempo, aprove-a e possamos começar a preparar uma série de eventos que deverão ser realizados para que o bicentenário de nosso País não passe desapercebido por parte do seu povo e de sua gente.

As efemérides são muito importantes para a vida dos nossos povos. Ao celebrar uma efeméride, é forma de refletir sobre nossas identidades através da preservação da nossa memória. No Brasil, infelizmente, não temos o hábito de trabalhar com a devida antecedência a programação desses eventos de significação, de grande potencial histórico, diferentemente do que ocorre em outros países do mundo.

Recordo-me de que, quando os Estados Unidos completaram os seus 200 anos de existência, fizeram grandes celebrações. E poderia citar outros exemplos.

Quando ocorreram no Brasil a passagem dos 100 anos da Republicam e também dos 100 anos da primeira Constituição republicana, de 1891, a celebração dos 500 anos do nosso descobrimento ou desse encontro de culturas, para dizermos talvez melhor, a passagem desses 500 anos do nosso descobrimento, não houve a repercussão que deveria ter. E acho que deveríamos trabalhar, para recuperar o tempo perdido e tratar de avançar nessa programação.

É lógico que quando me refiro a celebrações, a festejos, isso não quer dizer que devam ser apenas eventos festivos; pelo contrário, diria que deverão ter um caráter de reflexão crítica sobre a nossa evolução histórica e representar também uma forma de fazer com que a sociedade deles possa tirar lições importantes para o nosso evoluir histórico.

Essas celebrações, de alguma forma, representam um exercício de pedagogia cívica, e considero que, para esse fim, o tempo já está ficando curto.

Agora, já estamos vendo que países, alguns dos quais nossos vizinhos, estão prestes a celebrar os 200 anos de emancipação. E eles já começaram a trabalhar de forma concreta e com um roteiro previamente estabelecido.

Vou-me referir aqui ao que acontece no que diz respeito aos 200 anos do fim do império espanhol na América, que estão sendo comemorados ao todo por dez países, que, na melhor da tradição ibérica, elaboraram um extenso calendário oficial, com 18 anos de festejos, de 2009 a 2026, e um número interminável de comissões para coordená-los.

Desses 10 países, apenas o Peru não criou comissão. Mas todos os demais estão trabalhando programas sobre a passagem do bicentenário relativo ao fim do império espanhol na América.

A Espanha está associada a esses países. São dez países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Equador, El Salvador, Venezuela, México e Peru.

O título desses encontros é "Somos todos negros", querendo com isso a Espanha e – por que não dizer – os países que se associaram mostrar que se busca a identidade, inclusive ultrapassando-se políticas colonialistas que foram adotadas por nações que tinham certo protagonismo na história desses 200 anos que estamos celebrando.

A matéria publicada no caderno *Prosa & Verso*, do jornal *O Globo*, de 16 de janeiro passado, de Miguel Conde, diz, referindo-se à Espanha, que é desejo desses países, na celebração de sua independência:

> "...coincidindo com o nascimento e a difusão das ideias do liberalismo. Esperamos que a data signifique um novo impulso na comunidade iberoamericana em direção a governos democráticos, à coesão social e ao acesso ao conhecimento – diz a primeira vice-presidente de Governo [da Espanha], María Teresa Fernández de la Vega, que preside a Comissão Nacional para a Comemoração dos Bicentenários."

E acrescenta Miguel Conde:

> *"Dentro do próprio Governo espanhol, porém, há visões diferentes. Em Madri, o Museu Rainha Sofia se prepara para receber o seminário 'Todos somos negros', cuja intenção é 'impugnar a noção dominante das comemorações'[...]". O historiador brasileiro e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Francisco Carlos Teixeira lembra que as visões sobre o passado colonial se alteram de país para país e o pesquisador Walter Miolo diz que os indígenas do continente ainda lutam pelo protagonismo político", [ou seja, pela sua total emancipação enquanto Estado nacional].*

Devo salientar, por oportuno, que o título "Somos todos negros" faz referência ao art. 14 da Constituição haitiana, de 1805 – "Todos os cidadãos, de aqui por diante, serão conhecidos pela denominação genérica de negros, para lembrar que as independências na

América Latina começaram antes de 1809, com reivindicações de liberação racial".

Feitas essas observações, Sr. Presidente, volto, então, a falar sobre os problemas que dizem respeito aos objetivos traçados pela Comissão que, instalada no Congresso Nacional, venha a fazer com que o Brasil se prepare, oportuna e adequadamente, para refletir sobre os 200 anos de sua Independência, e, aproveitando a ocasião, pense sobre o passado que venha a iluminar o futuro, revisitando a nossa história, fazendo uma avaliação daquilo que constitui fatores positivos em nosso processo de integração nacional e, ao mesmo tempo, criando condições para que possamos corrigir rumos com relação ao futuro.

Concedo o aparte ao Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Marco Maciel, sem dúvida, para me somar a essa importante preocupação que V. Exª manifesta, quando faz referência à necessidade de nos prepararmos adequadamente na elaboração e na realização da programação para celebrar os 200 anos da Independência do nosso País. E, quando V. Exª fala em revisitar a nossa história, sobretudo a história política, econômica, social, que os desafios que vencemos e enfrentamos ao longo dos 200 anos da Independência nos possam servir – a cada um e a cada uma dos quase 200 milhões de brasileiros e brasileiras – como uma oportunidade ímpar, para refletirmos sobre o significado desse período em que vivenciamos a possibilidade de uma maior participação política da sociedade, em que convivemos com graves problemas que ainda hoje se reproduzem, em pleno século XXI. Eu faria menção a uma questão à qual me tenho dedicado e que é parte constitutiva da nossa história: a luta contra a escravidão em nosso País, que, em pleno século XXI, ainda estamos a tratar. Cento e vinte e dois anos após o fim oficial da escravidão, que serão completados no dia 13 de maio de 2010, no entanto, nós, o Parlamento, o Governo brasileiro ainda estamos, junto com a sociedade brasileira e suas organizações, discutindo formas de enfrentamento dessa chaga social. Também é uma oportunidade para reafirmar, nas comemorações dos duzentos anos de independência, os feitos da sociedade brasileira, os avanços também que conseguimos e, sobretudo, o comprometimento a trabalhar, a cada dia, com a construção da cidadania, de um futuro de felicidade para todos os brasileiros e brasileiras, onde ninguém seja discriminado, onde ninguém deixe de ter acesso aos bens fundamentais para garantir uma vida digna. Portanto, essa preocupação e esse empenho que V. Exª manifesta para que possamos elaborar uma programação que tenha um cunho festivo, cívico e civilizatório, justamente no sentido de fazer os grandes debates, que possam ser realizados, da universidade às instituições da sociedade civil, nos parlamentos em todas as esferas, para que justamente possamos encontrar, revisitando a nossa história, como V. Exª bem mencionou, os melhores caminhos que afirmem todos aqueles princípios pelos quais lutamos, de justiça, de dignidade, de bem-estar de todos, que é o que motiva a nossa luta permanentemente em prol de um Brasil mais justo. Portanto, quero cumprimentar V. Exª por essas preocupações e pelo empenho para que a comissão organizadora, nas tarefas que couber ao Executivo, ao Legislativo e às diversas organizações da sociedade brasileira possam ser vitoriosas no sentido de fazer esse encontro de cada brasileiro e brasileira com a nossa história e com o nosso destino, que, esperamos, seja cada vez mais um destino de felicidade, de bem-estar para todos e todas. Parabéns a V. Exª por essa preocupação permanente. Desejo me incorporar, de alguma maneira, a esse debate, a essas proposições, no sentido de podermos comemorar, celebrar os 200 anos da independência do Brasil. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador José Nery, líder do PSOL no Senado Federal, gostaria de manifestar minha total adesão às palavras que V. Exª acaba de proferir com relação à necessidade de iniciarmos, o quanto antes, os preparativos para celebrar essas efemérides.

Volto a lembrar que, quando ocorreram os 500 anos do "nosso descobrimento" – entre aspas – de nossa afirmação como Nação, enfim, como sociedade que se integrava ao mundo novo que surgia, observei que as celebrações foram pouco significativas. O mesmo se repetiu, podemos dizer, com relação à celebração dos 100 anos da vida republicana, da proclamação da República. Foram feitas algumas publicações, reconhecemos, inclusive a reedição do livro de João Barbalho Uchoa Cavalcanti sobre a Constituição de 1891, nossa primeira Constituição após a proclamação da República, e poucas outras providências foram tomadas com o objetivo de pensar o futuro do Brasil a partir do seu passado, mesmo porque o futuro tem sempre um coração antigo.

Estamos nos aproximando de 2022 e alguns eventos já passaram sem uma merecida reflexão. Talvez o único que ressaltou nesse calendário foi o que dizia respeito à vinda da família real para o Brasil. De fato, saíram alguns livros em 2008 sobre o significado da transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e quanto isso precipitou o processo de nossa emancipação.

Todos os historiadores brasileiros, com pouquíssimas exceções – talvez apenas um que conheço que firmou bem sua posição; aliás, um historiador pernambucano Oliveira Lima, que divergiu desse ponto de

vista –, entendem que a vinda da Família Real para o Brasil precipitou nosso processo de independência e, consequentemente, da afirmação nacional.

Sabemos que muitos outros eventos estão ocorrendo. Inclusive, louvei-me num trabalho de Rio Branco, as chamadas "Efemérides Brasileiras". Rio Branco fez um trabalho muito interessante, destacando, em nosso valor histórico, os fatos mais importantes. É lógico que ele morreu antes de concluir seu trabalho – "Efemérides Brasileiras" –, concluído, por indicação de Capistrano de Abreu, sobretudo por Rodolfo Garcia, também um grande historiador. Rio Branco deu uma contribuição para que fizéssemos um levantamento daquilo que foi nossa evolução histórica.

Acredito que, com relação agora ao bicentenário da nossa Independência, razão maior talvez exige que pensemos nele. Portanto, considero decisivo que instalemos logo essa comissão e possamos refletir sobre nossa história.

Desse modo, Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, faria um apelo à Câmara dos Deputados para que aprove a proposta já acolhida no Senado para que possamos, a partir de então, começar a trabalhar para que esses eventos não ocorram sem uma reflexão crítica da sociedade brasileira, sobretudo num momento em que o Brasil se prepara para ter uma inserção cada vez maior na comunidade internacional.

Desejamos que isso aconteça – creio que isso é um sonho possível. Certamente, muito vai depender de esforço que fizermos por meio de comissão dessa natureza que venha a suscitar um debate vivo e palpitante sobre as grandes questões do nosso passado, que nos ajudam, portanto, na construção do futuro.

Muito obrigado a V. Exª, Sr. Senador Mão Santa, que preside a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse é o Senador Marco Maciel, que representa Pernambuco e o DEM.

Estamos alternando, e há um Líder inscrito. Depois, sou eu, mas vou ceder meu lugar para Papaléo Paes. Como Líder, está inscrito José Nery, que há pouco fez brilhante e contundente pronunciamento em defesa dos aposentados.

E foi muito além: ele advertiu que há no Brasil o trabalho escravo.

Quero adverti-lo, ainda, para outra coisa, na nossa visão. Além disso, Papaléo, a mais grave escravização da vida moderna é a dívida, aquela na qual Abraham Lincoln, Martin Luther King e a nossa Princesa Isabel avançaram. A pior dívida hoje, a moderna, a que nos preocupa, que escraviza o povo, é a dívida. Ensinou-se o brasileiro a dever. O Governo foi muito bom para os pobres, disse que foi pai dos pobres. Deu o Bolsa Família, mas foi mãe dos banqueiros, ouviu, José Nery? Está todo mundo endividado com esse empréstimo consignado. Enganaram os velhinhos com esses contratos. Então, V. Exª tem de incluir também esta escravatura da vida moderna: a dívida.

Com a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, inicialmente quero agradecer a referência de V. Exª à sessão que realizamos nesta manhã em homenagem ao Dia do Aposentado, que contou com a participação expressiva de aposentados e pensionistas de todo o País e com a representação de todas as organizações que lutam em defesa do direito dos aposentados e pensionistas do nosso o País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em especial os que se encontram no plenário, neste momento, os Senadores Papaléo Paes, Marco Maciel e Alvaro Dias.

Na semana passada, o Ministério do Meio Ambiente divulgou os novos dados sobre o desmatamento na Amazônia relativos aos meses de outubro e novembro de 2009. A divulgação desses dados recebeu uma repercussão muito positiva junto à opinião pública, sobretudo na grande imprensa, que registrou, com animação, a diminuição do desmatamento em cerca de 70% em todo o País em comparação com os mesmos meses do ano anterior.

De minha parte, me somo àqueles e àquelas que analisam as ações oficiais como resposta direta à crescente cobrança dos movimentos sociais da região e de combativos membros do Ministério Público Federal, no sentido de reduzir o desmatamento e a utilização predatória dos recursos naturais de toda espécie na região amazônica.

Cabe destaque ainda a relação entre a queda nos índices de desmatamento e a ação do Ministério Público Federal, MPF, no que garantiu o boicote comercial à carne produzida em áreas de desmatamento a partir de exitosa articulação dos procuradores federais e da organização não governamental Greenpeace.

Contudo, não podemos nos deixar levar pela euforia. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, foram desmatados 247,6km², apenas na região amazônica.

São números ainda alarmantes, principalmente quando verificamos que o Estado do Pará como o líder de desmatamento na região, respondendo por 40km² de desmatamento, segundo os dados divulgados na semana passada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Além disso, preocupa-me que, entre os 10 Municípios mais devastados da região, cinco sejam do meu

Estado do Pará, bem como a constatação de que a região sul do Amazonas, que era considerado como um Estado ainda relativamente intacto, também apareça na lista com 15km² de desmatamento. Além do Pará, apresentaram altos índices de desmatamento os Estados do Maranhão e Mato Grosso.

Mesmo com a aplicação de R$170 milhões em multas e um embargo de 50 mil hectares em áreas com desmates ilegais ou onde se impedia a regeneração natural da floresta, os criminosos seguem explorando de forma predatória os recursos naturais da Amazônia e colocando em risco o sustento de milhares de famílias que vivem daquilo que a floresta lhes oferece.

Como registrei recentemente neste plenário, estive presente acompanhando, no final do ano passado, a Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas, organizada pela ONU, em Copenhague, onde o aquecimento global foi tratado nos seus mais variados aspectos, incluindo o papel do desmatamento nesse processo. É importante registrar que o nosso País se comprometeu com a redução de 80% do desmatamento na Amazônia até 2020, algo que está definido, Senador Mão Santa, no âmbito da política nacional de mudanças climáticas, inclusive aprovada pelo Congresso Nacional.

Na Amazônia, vivem e se reproduzem mais de um terço das espécies existentes no Planeta. Ela é um gigante tropical de 4,1 milhões de quilômetros quadrados. Porém, apesar dessa riqueza local, o ecossistema local é muito frágil. A floresta vive do seu próprio material orgânico, em meio a um ambiente úmido, com chuvas abundantes. É bom lembrar que nos últimos anos, apesar das chuvas sempre abundantes, elas começam a escassear, tendo algumas regiões da Amazônia, especialmente nos Estados do Amazonas e do Pará, começado a conviver com um período de seca que tem levado ao desespero milhares de amazônidas, vítimas também da seca, fruto de todo um conjunto de ações que têm levado as mais completas implicações a esse ecossistema frágil, no qual, infelizmente, não temos tido as ações necessárias para combater os efeitos dessas mudanças climáticas.

É bom dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a menor imprudência pode causar danos irreversíveis ao equilibro do nosso ecossistema amazônico.

Assim, aclamado como o país de maior diversidade biológica do mundo, o Brasil tem sua riqueza natural sob constante ameaça. Ameaças que vão do desmatamento, passando por queimadas, conversão de terras para a agricultura e a pecuária, com novos assentamentos feitos em áreas ainda preservadas, além de obras viárias e outras de grande porte, como barragens e usinas, que causam profundo impacto ambiental na região.

O Governo, em relatório elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligada à Presidência da República, reconhece que 80% da produção madeireira da Amazônia provêm da exploração ilegal. Existem 22 madeireiras estrangeiras conhecidas em operação na região. E há fiscalização, só que ainda ineficiente para acompanhar a produção e a exploração das áreas preservadas e que acabam sendo vítimas do descontrole desse processo de desmatamento.

Embora o Brasil tenha uma das mais modernas legislações ambientais do mundo, ela não tem sido suficiente para bloquear a devastação da floresta.

Os problemas mais graves são a insuficiência de pessoal dedicado à fiscalização, as dificuldades em monitorar extensas áreas de difícil acesso, a fraca administração das áreas protegidas e a falta de envolvimento das populações locais. Solucionar essa situação depende da forma pela qual os fatores político, econômico, social e ambiental serão articulados. É esse o legado extraordinário de décadas de luta popular, que se encontra no presente momento sob risco de desmantelamento por parte das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.

Na condição de Senador pelo Estado do Pará, gostaria de utilizar esta tribuna para registrar a minha preocupação com essa situação, já que, até o momento, não foram encontradas soluções capazes de enfrentar a questão do desmatamento com vistas a preservar nossas riquezas naturais e, ao mesmo tempo, garantir o bem-estar e a qualidade de vida para todos os povos da Amazônia, com real distribuição de renda e efetiva justiça social em equilíbrio com a natureza.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é preciso estarmos alertas...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador José Nery, V. Exª me concede um brevíssimo aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Com satisfação, concedo aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante). – Gostaria de em um brevíssimo aparte me solidarizar com a manifestação de V. Exª. De fato, a questão ambiental brasileira continua a nos preocupar. Os dados não são positivos. Pelo contrário, diria que não avançamos o que esperávamos em uma política ambiental que viesse a preservar os nossos biomas, através de políticas ambientais adequadas. Devo também acrescentar que algo que contribuiu para um certo pessimismo com relação ao nosso futuro nesse tema foi o Encontro de Copenhague, que, a meu ver, não alcançou nenhum avanço. Isso frustrou a expectativa de todos quantos esperavam, sobretudo o Brasil, que pudéssemos ter políticas adequadas a preservar os

nossos diferentes biomas, alguns ainda expostos ao desaparecimento. Citaria dois que são, para mim, muito importantes: um, a caatinga, que é o único bioma existente no mundo e se situa no semiárido nordestino; o outro, o cerrado. Já aprovamos aqui, em primeiro turno, a emenda constitucional, cujo primeiro subscritor é o Senador Demóstenes Torres, que contempla a inclusão desses dois biomas, dentre os que deveriam merecer a proteção da nossa Constituição, portanto, do Estado brasileiro. Ainda não concluímos o segundo turno dessa PEC. Subscrevi-a também com muitos outros colegas que aqui estão. É hora de darmos um enfoque maior à questão ambiental, para que o Brasil possa desempenhar o papel que lhe está assegurado pela História, de ser uma Nação que terá uma presença cada vez maior na sociedade internacional. Portanto, os meus cumprimentos a V. Exª. Exorto-o a que continue nesta luta, posto que é algo de interesse genuinamente nacional.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Meus agradecimentos ao Senador Marco Maciel pela intervenção, que incorporo com enorme satisfação ao meu pronunciamento e aproveito como deixa para brevemente me pronunciar sobre os resultados da conferência da ONU realizada em Copenhague.

Infelizmente vimos ali, mais uma vez, as nações mais ricas fazerem valer seus interesses no sentido de impedir um acordo que permitisse a obtenção de compromissos em caráter planetário, mundial, quanto a uma questão fundamental, que diz respeito à sobrevivência de todas as espécies de vida no planeta.

Impressionou a atuação de nações ricas – particularmente os Estados Unidos, parte da Europa e, em alguma medida, a China – no sentido de dificultar um acordo que possibilitasse o compromisso, por parte de todas as nações, de, nos próximos vinte anos, reduzir os índices de emissão de gases que comprometem a vida no planeta, gases que produzem o efeito estufa, muito estudado pela comunidade científica internacional.

Os estudos realizados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas foram um trabalho brilhante. Inclusive, quando da realização da Conferência de Copenhague, esse painel formado pelos mais renomados cientistas do planeta, pela maldade de alguns que continuam insistindo na devastação e na poluição, teve questionada a qualidade dos estudos apresentados, que mostram que os governos, os cidadãos e os países têm de se comprometer com a política de mudanças climáticas, de adaptação e, ao mesmo tempo, de mitigação dos efeitos dessas mudanças que vivenciamos hoje – aliás, podemos comprovar essas mudanças mesmo no território nacional: são enchentes, vendavais, destruição de toda forma. Parece que não se faz ecoar o clamor que vem da própria natureza, Senador Mão Santa, para que todos nós adotemos atitudes e compromissos para enfrentar esse grave problema, que não é apenas ambiental, mas de toda a civilização humana.

Portanto, devemos trabalhar para que a próxima conferência sobre mudanças climáticas, que ocorrerá no México, seja preparada no sentido de ali obtermos o acordo que não foi possível em Copenhague.

No entanto, Senador Marco Maciel, eu quero assinalar um aspecto da Conferência de Copenhague que, a meu ver, representa uma contribuição qualitativa da sociedade civil de todo o mundo que ali se fez presente em um encontro paralelo à conferência oficial e realizou importantes debates e manifestações. Ressalto, Senador Mão Santa, manifestação pelas ruas de Copenhague que contou com mais de 150 mil pessoas, evento que não teve a devida repercussão no mundo, a não ser pelas prisões de mais de setecentos participantes daquele evento.

Esse encontro de Copenhague que registramos como um fracasso, motivou, porém, a participação expressiva de governos e da sociedade. O encontro oficial teve mais de 35 mil participantes e o encontro paralelo teve quase dez mil participantes. Portanto, o tema desperta a atenção de vários segmentos em vários cantos do planeta, de modo que a próxima conferência, a se realizar no México em 2010, deverá acontecer sob vigilância ainda maior porque o debate de Copenhague permitiu que o tema fosse mais amplamente difundido em todos os países, porque o debate de Copenhague permitiu que o tema fosse mais amplamente difundido em todos os países, fazendo com que essa preocupação deixe de ser apenas uma preocupação dos governos, dos parlamentos, das instituições públicas, da academia, do cientista, e passasse efetivamente a ser uma preocupação de todos seres humanos em qualquer lugar que estejam.

Portanto, a Conferência do México se realizará, sem dúvida, no âmbito de um processo global de mobilizações sociais e de cobranças, para que os governos assumam os seus compromissos, especialmente os países ricos, que devem, sim, financiar as políticas de adaptação às mudanças climáticas, porque sem esses recursos, recursos que devem ser de alguns bilhões de dólares como forma de compromisso de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, perceptíveis em qualquer lugar... O Brasil, que teve um papel importante em Copenhague – era a maior delegação entre os diversos países participantes –, tem o compromisso de continuar essa mobilização em prol da vida, em prol de um futuro digno, justo, ambientalmente equilibrado, para todas as pessoas, em todos os cantos do Planeta.

Assim, Sr. Presidente, ao lutar contra o desmatamento na Amazônia, ao lutar contra a poluição dos nossos rios, ao lutar contra os grandes projetos que se implantam em nossa região

sem nenhuma preocupação com os efeitos danosos ao meio ambiente e à sociedade que é atingida por esses projetos, precisam...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... precisam continuar organizados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª está fazendo um pronunciamento tão forte que nem o Al Gore. O tempo encerrou e V. Exª conseguiu se igualar em preocupações ao Al Gore.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, a sua generosidade é tão grande que V. Exª faz comparações, às vezes, que deixam os oradores e seus colegas meio encabulados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Al Gore perdeu a Presidência para o Bush, e V. Exª poderá ganhar facilmente da Dilma.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Mais uma vez V. Exª se supera em suas comparações, porque não almejo a disputa da Presidência, e V. Exª, que há pouco, quando eu comentei que poderíamos apear do poder aqui na Presidência do Senado, disse:

– Não, eu prefiro que seja em outro Poder, um Poder maior, a Presidência da República.

Então...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Seria bom para o seu Partido e para o País, Brasil. Eu colocaria o povo para estudar e trabalhar...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – O senhor pode ainda...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Se for para lançar a minha candidatura, eu dou mais tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, V. Exª ainda pode se inscrever, representando o seu novo Partido, o PSC, para a eleição presidencial. V. Exª é conhecido em todo o País e aqui defende causas de interesse do povo brasileiro.

Então, seria um fato que colocaria mais novidade nesse processo da disputa presidencial, mais debate, para evitar aquilo que alguns estão querendo: uma disputa nas eleições de 2010, uma disputa plebiscitária entre o ontem e o hoje. O Brasil merece muito mais do que isso. O Brasil merece respeito e a nossa democracia também. Por isso, vejo como alvissareiro o fato de outros partidos, entre os quais o PSC e o meu Partido, o PSOL, lançarem candidatos à Presidência da República para trabalhar, para apresentar alternativas à sociedade brasileira que, a meu ver, se encontra muito empobrecida em termos de visões, compromissos e programas que representem efetivamente a possibilidade da realização do sonho da garantia das condições básicas de sobrevivência, de cidadania de cada brasileiro e brasileira.

Senador Mão Santa, não é porque estou fazendo esse comentário sobre a tarefa que V. Exª pode cumprir nesse debate presidencial, não é por isso que quero mais dois minutos da parte de V. Exª, mas é porque acho...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... que V. Exª pode oferecer essa colaboração e essa contribuição à disputa democrática de 2010, quando o Brasil estará escolhendo os seus rumos ao eleger o novo ou nova Presidente da República, porque há homens e mulheres disputando essa grandiosa tarefa de melhorar os rumos do nosso País, em direção ao verdadeiro modelo de desenvolvimento que garanta que nenhum brasileiro tem que morrer de fome, que nenhum brasileiro será escravizado por conta do trabalho indecente, do trabalho escravo, que nenhuma criança ficará fora da escola, que nenhum aposentado deixará de ter os seus direitos fundamentais.

Sendo assim, se V. Exª se dispuser a essa tarefa, o debate democrático e a democracia brasileira agradecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante discurso de José Nery, que representa o PSOL de Heloísa Helena...

José Nery, está valendo a proposta: se V. Exª conseguir que a Heloísa Helena componha uma chapa comigo, nós ganharíamos a eleição.

Convidamos para usar da palavra agora, por permuta, o Senador Papaléo Paes, que, desde cedo, está aqui e brilhantemente saudou dando esperança aos aposentados. A uma certa altura, ele citou que já tivemos os caras-pintadas, agora temos os caras-enrugadas, que são os velhinhos aposentados sofrendo para a recuperação de seus salários.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, tivemos realmente uma reunião muito importante hoje de manhã, com a presença de um grupo enorme de aposentados e pensionistas. Quero parabenizar V. Exª pela condução dos trabalhos, o Senador Paulo Paim pelo requerimento que fez e que gerou a nossa reunião, logicamente, e o resultado político disso tudo foi a marcação deste dia como um dia que possa fazer com que todos

aqueles que estão envolvidos no processo de resgate dos direitos dos aposentados e pensionistas realmente sejam sensibilizados para não se esconderem da realidade, que é exatamente resolver essas questões. Estou me dirigindo especificamente ou mais claramente à Câmara dos Deputados, que está emperrando um projeto já aprovado no Senado por unanimidade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já era minha intenção, neste início de ano legislativo, fazer um pronunciamento sobre a importância do Tribunal de Contas da União no controle e na fiscalização dos recursos públicos.

Propunha-me a isso, Sr. Presidente, porque estou absolutamente convencido de que os enormes benefícios que a atuação daquele Tribunal traz para a sociedade brasileira não são, via de regra, devidamente reconhecidos e valorizados.

Pois bem, os recentes acontecimentos – e estou falando, evidentemente, do veto presidencial a artigos da Lei Orçamentária de 2010 para retirar várias obras da lista de projetos com indícios de irregularidades – fazem com que a defesa da entidade se torne ainda mais necessária e urgente.

A que ponto chegamos, Srªs e Srs. Senadores! O Tribunal de Contas, que zela pela correta aplicação dos recursos públicos em nosso País, chega à conclusão de que nas obras A, B e C existem irregularidades muito graves, tão graves que justificam a sua paralisação. É obrigação e dever do Tribunal de Contas.

E o que faz o Governo, Senador Mozarildo? Em vez de dar graças a Deus por ter à sua disposição um aliado deste nível, um aliado que, sem dúvida alguma, pode ajudá-lo a investir melhor o suado dinheiro dos contribuintes, o que faz o Governo? Joga as recomendações do Tribunal de Contas da União no lixo, dizendo que as obras terão continuidade independentemente dos problemas constatados.

Na prática, Srªs e Srs. Senadores, isso significa um sinal verde para a corrupção. Ignorar as valiosíssimas informações coletadas e processadas pelos 2.500 técnicos daquela instituição e, criteriosamente, avaliadas por seus Ministros é a mesma coisa que dizer aos corruptos que eles não têm o que temer, que podem seguir atuando com total liberdade.

Ainda agora, Senador Marco Maciel, no último mês de janeiro, uma reportagem publicada pela revista *Veja* ilustrou muito bem o tipo de trabalho que faz o Tribunal de Contas da União no combate ao desvio dos recursos públicos, um trabalho, volto a dizer, que não é suficientemente enaltecido.

Das milhares de obras fiscalizadas pelo Tribunal, Sr. Presidente, a reportagem selecionou quinze obras cujos contratos somam nada mais, nada menos que R$7,65 bilhões. Sabem, as Srªs e os Srs. Senadores, o tamanho do sobrepreço identificado somente nessas quinze obras de R$7,65 bilhões? É de R$1,35 milhões, um valor que representa 17,6% no total contratado.

É dinheiro público, dinheiro do povo, desviado das mais diversas maneiras, com os mais diversos truques. Truques como a elaboração malfeita do projeto executivo básico, que dá desculpas para a elevação do valor contratado. Truques como os indefectíveis adiantamentos de recursos que aumentam o valor total da obra. Truques como as fraudes nos processos licitatórios. Truques como a apresentação de um orçamento irreal, que é questionado pela própria empreiteira depois da vitória na concorrência. Truques como as medições inexatas. Truques, enfim, que embora surrados, embora desprovidos de qualquer imaginação, são aceitos pelos representantes do poder público por conta de incompetência ou mais provavelmente de má-fé.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, V. Exª aborda um assunto que deveria ser tratado todos os dias tanto no Senado quanto na Câmara: a ameaça que o Presidente da República faz ao Tribunal de Contas da União. O autoritarismo, Senador Papaléo, é um verdadeiro veneno para a democracia. E esse autoritarismo geralmente surge quando algum líder, especialmente os dirigentes das nações, no caso do nosso Presidente da República, atinge patamares de popularidade muito altos. Eles começam realmente a ficar cegos ou a enxergar demais e começam a usar os mecanismos da própria democracia para liquidar com a democracia. O Presidente da República já fez declarações do tipo que precisava abrir a "caixa preta" do Poder Judiciário. Várias vezes fez comentários jocosos e até ofensivos ao Poder Judiciário. Ao Poder Legislativo nem se fala. Já vem da origem dele, quando foi Deputado Federal, e disse que na Câmara havia 300 picaretas. Com o Poder Legislativo ele faz o que para dominar? Usa as medidas provisórias quando quer aprovar algo que tenha alguma resistência aqui e, do outro lado, manipula as emendas e os cargos que ele oferece a partidos aliados para poder manter uma maioria. Portanto, mantém o Poder Legislativo submisso. E aí quando ele encontra um obstáculo de um órgão independente, como é o Tribunal de Contas da União, ao qual ele deveria dar o maior apoio e exigir, inclusive, que ele fosse até mais ágil, para que, como bom representante do povo, eleito pelo povo para presidir o País, não gastasse dinheiro do povo à toa, ou melhor, não deixasse que roubassem o dinheiro do povo... Mas não, quando o Tribunal fiscaliza e encontra indícios ou comprovações de irregularidades nas obras que são executadas pelo

Governo Federal, pelo Presidente da República – as estatais, como a Petrobras e outras –, ele começa a atacar sistematicamente. São várias e várias declarações do Presidente da República e agora esse ato concreto de vetar o Orçamento, no que tange a essa questão das obras irregulares da Petrobras. Então, nós estamos no limite de um momento em que se pode realmente sair da democracia para uma democracia adjetivada, porque democracia adjetivada nós temos na Venezuela, em Cuba, tivemos no passado na Alemanha, com Hitler, na Itália, com Mussolini e, lá na Rússia, com Stalin. Então, nós não podemos ter democracia adjetivada. A democracia pressupõe primeiro, respeito às leis; segundo, alternância do poder. E o que nós estamos vendo é que, na verdade, existe um projeto de – não sei nem como dar um nome – um regime que, com certeza, não é democracia. Isso porque, quando passa uma pessoa só, no caso do Presidente da República, a ser o dono da verdade, uma espécie de colega de Deus e a não aceitar qualquer tipo de crítica ou de ações que possam atrapalhar os seus sonhos e os seus planos, mesmo que seja dizendo "Presidente, estão roubando ali", ele fica muito bravo. Não precisa ir nem longe. Basta ver o que está acontecendo com a reforma do Palácio do Planalto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Um absurdo!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Mais de R$200 milhões, está passando de R$300 milhões. Reforma feita com uma série de irregularidades, e que o Presidente não dá bola. Realmente chegou a esse ponto. Porque tem muita aprovação popular, ele acha que pode passar por cima da lei. Eu acho que é chegado o momento em que, como V. Exª está dizendo hoje, houvesse todos os dias a defesa do Tribunal de Contas da União.

E aqueles que pensam, alguns até de boa fé, pensam que o Tribunal de Contas possa ter atitudes politizadas, é bom que entendam que lá existem profissionais de carreira, lá está o Ministério Público representado, auditores treinados, portanto, bastante especializados e que não fazem um trabalho talvez mais célere porque lhes falta melhores estruturas, tanto de pessoal quanto de equipamentos. Mas na verdade é um trabalho louvável que vem sendo feito. Eu quero me aliar às palavras de V. Exª e, portanto, dizer que nós temos que defender de maneira fervorosa o Tribunal de Contas. É aquela história: já falou mal do Poder Judiciário, trata o Poder Legislativo como se não existisse, não dá bola para partidos porque ele coopta todos; quer dizer, compra de qualquer maneira, de uma forma ou de outra. Então nós estamos naquele ponto em que no primeiro dia engolimos uma coisa, depois engolimos outra. Isso fica igual àquele poema que diz assim: No primeiro dia eles vêm, pisam a grama do nosso jardim, e não dizemos nada. No segundo dia, vêm e roubam a rosa do nosso jardim, e não dizemos nada. No terceiro dia, eles vêm, matam o nosso cão, e não dizemos nada. E, no outro dia, eles vêm, cortam a nossa garganta, e não podemos mais dizer nada.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Nada!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então é preciso, portanto, que nós reajamos enquanto podemos dizer o que podemos ver e principalmente ver o que está acontecendo de errado neste País.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo, e em cima do que chama a atenção, nós temos que ter muito cuidado. Exatamente essas últimas frases que V. Exª colocou é aquilo que realmente eu penso. Eu distingo o Hugo Chávez do Lula, porque o Hugo Chávez é pela truculência e o Lula pela malícia, até de certa forma pela irresponsabilidade como age como age, de maneira a tentar desmoralizar os Poderes. E, no caso, esse autoritarismo que ele tenta impor ao Tribunal de Contas da União, nunca vi isso na minha vida! É um crime gravíssimo, porque é um crime que alimenta a corrupção, e nós não podemos deixar isso acontecer.

Quando vejo ele se deleitar nos oitenta e tantos por cento de popularidade... Assim, poder-se-ia até fazer uma comparação: ele aceita que Deus criou o mundo, mas sob a orientação dele. Então, isso está dando uma falsa expectativa de que ele está acima do bem e do mal.

Não sei como é que pode a Justiça Eleitoral não enxergar algo como isso! Vou eu ao Amapá, participar de alguma atividade pré-eleitoral, e vou ser cassado, impugnado. E o Presidente da República põe a Srª Primeira Ministra lá, debaixo do braço, e sai fazendo propagandas explícitas, agressivas a todos os brasileiros, contrariando o processo democrático de igualdade de condições nas disputas eleitorais. Isso é muito grave, Senador Mozarildo!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Posso complementar um raciocínio?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – É bom que o Presidente Lula também se lembre que maiorias ocasionais não significam a verdade verdadeira. A maioria que estava lá, no julgamento de Cristo, frente a Pôncio Pilatos, – a maioria, quase a unanimidade, não me lembro de constar que alguém se insubordinou –,

a maioria toda votou pela crucificação de Cristo e pela absolvição de Barrabás. E era maioria. Isso nem sempre quer dizer que maioria represente a verdade

verdadeira. Então, é preciso que o Presidente Lula aprenda e até agradeça o fato de ter hoje a aprovação da maioria e saiba ler exatamente o que isso significa para o País. Ele está acabando o mandato dele. Ele precisa deixar o País nos trilhos, e não deixar o País completamente desnorteado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre e estimado Senador Papaléo Paes, eu gostaria, inicialmente, de dizer que V. Exª faz um discurso extremamente oportuno sobre a realidade política que estamos vivendo. E vou mais além: quando se adjetiva a democracia, é sinal de que ela desapareceu. A democracia é, a democracia prescinde de adjetivos. Ou o regime é democrático, ou não o é. O Presidente Geisel, certa feita, disse, reconhecendo, que, na época do regime militar, o Brasil vivia sob uma democracia relativa. Ele mesmo reconheceu que isso não significava uma democracia plena. Então, o que estamos vendo no Brasil é, de alguma forma, o desconhecimento da democracia em sua inteireza conceitual, em sua definição doutrinária. Entre os pressupostos de uma definição de democracia está não somente a rotatividade, mas também a alternância do poder, que é algo distinto, diferente da mera rotatividade.

E, por isso, penso que devemos estar cada vez mais atentos à necessidade de que continuemos como estamos, praticando desde a eleição de Tancredo Neves o aperfeiçoamento democrático. Isso é uma tarefa de todos, e não devemos abrir espaço para que esse processo de vertebração institucional se interrompa através da adoção de políticas que não correspondem, que não redundarão no fortalecimento da democracia. Por isso, cumprimento V. Exª pela atualidade do seu discurso e acho que ele será, certamente, ouvido pelos brasileiros responsáveis e interessados no nosso processo de afirmação institucional.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Exª, Senador Marco Maciel. Com o conhecimento, com a cultura, com a experiência que V. Exª tem neste País, incorporo seu aparte ao meu pronunciamento com muita honra. Tenho certeza absoluta de que ele virá, sim, a fortalecer o pensamento que estamos expondo agora.

Ainda vou conceder um aparte, daqui a pouco, ao Senador Antonio Carlos Valadares, porque quero citar alguns dados a V. Exª, alguns números, ainda da revista *Veja.* Chamo a atenção pela exuberância e pela desfaçatez da notícia.

Na construção da BR 163, no Estado do Pará, Sr. Presidente, numa obra contratada por R$ 664 milhões, o sobrepreço detectado, Senador, pelo Tribunal de Contas da União foi de R$ 334 milhões. Ou seja, a metade da obra foi, de uma forma ou de outra, desviada para alguma outra finalidade que não a da obra.

No metrô de Salvador – contrato de R$ 401 milhões –, o sobrepreço, quer dizer, o valor acima do que deveria ser gasto, foi de 100 milhões. Ou seja, 25% a mais. São dois governos do Partido dos Trabalhadores.

Na terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, obra contratada por R$ 429 milhões, o sobrepreço foi de 94 milhões, equivalente a 22% do valor total.

E por aí vai. A certeza da impunidade parece tão grande que, em alguns itens, a distorção entre o que o Governo aceita pagar e os valores de mercado chega às raias do absurdo.

Voltemos às três obras citadas. Na primeira delas – construção do trecho paraense da BR 163 –, a escavação e movimentação de terra foi paga à base de R$ 5,3 por metro cúbico, e o preço médio de mercado é de 0,76 centavos por metro cúbico. Ou seja, sete vezes menos! A obra foi paga sete vezes mais por metro cúbico.

No metrô de Salvador, cada metro cúbico de brita foi adquirido por R$ 180, embora o preço médio de mercado seja de R$ 25. Já na Refinaria Abreu e Lima, impressiona o valor pago pela drenagem...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ...de areia.

Minha prorrogação regimental, parece-me, são de 2 ou 5 minutos, em sessão não deliberativa, para completar, Sr. Presidente. É regimental. Fora a amizade, só o Regimento!

No metrô de Salvador, cada metro cúbico de brita foi adquirido por R$ 180, embora o preço médio de mercado esteja na faixa dos R$ 25. Já na Refinaria Abreu e Lima, impressiona o valor pago pela drenagem de areia: R$ 176 por metro cúbico, quando o preço médio de mercado não passa de R$ 42.

São distorções como essas, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas da União identifica e denuncia, para que os recursos públicos mal despendidos sejam recuperados e, principalmente, para que se feche a torneira do desperdício, evitando que ainda mais verbas continuem a ser despejadas...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. *Fora do microfone.*) – ...em obras irregulares.

Mesmo assim, Sr. Presidente, vejam só que o trabalho do Tribunal de Contas da União vem sendo questionado, certamente porque mexe com alguns interesses poderosos, impedindo a obtenção de lucros que mal podemos imaginar. Um bom exemplo desse trabalho são as ações que levam ao Acórdão 2101, de 2008, de Plenário, referente aos dispêndios feitos pela União para a realização dos Jogos Pan-Americanos. O acórdão, Sr. Presidente, é um calhamaço de mais de 100 páginas, que poderia muito bem servir como um compêndio de todas as irregularidades passíveis de serem cometidas em obras públicas.

Sr. Presidente, eu teria duas laudas para ler, mas quero obedecer ao Regimento. Lamento muito não poder ler o complemento do meu discurso, que é realmente extremamente importante para o País...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... principalmente por se tratar de desperdícios de recursos públicos em cima, aí, dessa sigla que o Governo criou como se fosse a salvação da lavoura, que é o tal PAC, que nada mais é que obras normais que o Governo trata de executar no seu dia a dia.

Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Papaléo Paes, V. Exª, como legislador, como Senador, cumpre o seu papel, que é o de manifestar uma determinada preocupação em razão dos vetos que foram feitos, apostos à Lei Orçamentária pelo Presidente da República, de acordo com a Constituição. Pelo relato de V. Exª, nós estamos vendo que as instituições estão funcionando a contento em nosso País: o Tribunal de Contas está evidenciando irregularidades que foram apontadas durante auditorias que foram realizadas em órgãos do Governo. O Presidente da República, que tem a responsabilidade de dirigir e de comandar a administração, tem uma preocupação que nós temos de levar em conta. Determinadas obras não podem sofrer qualquer paradeiro, de vez que algumas delas, 90%, já foram consolidadas, concretizadas do ponto de vista físico, e estão aí o Tribunal de Contas, o Ministério Público e todos os demais órgãos do nosso País, inclusive o Congresso Nacional, para identificar alguma responsabilidade que possa ter causado prejuízo ao nosso País.O veto é uma ação política do Presidente da República, é um direito constitucional que é garantido. Também, a apreciação do veto é uma obrigação, um dever e uma atribuição específica do Congresso Nacional. O veto presidencial será objeto de tramitação nesta Casa – já está sendo objeto de tramitação nesta Casa. Possivelmente, teremos um resultado e os debates irão demonstrar, de forma cabal, que o Presidente da República cumpre o seu papel e que sempre agiu com a maior honestidade, o maior critério. É um homem que não se lhe aponta nenhum deslize, sob o ponto de vista moral, ético e de cumprimento dos deveres de um Presidente da República, que deve zelar pelos interesses da Nação sem comprometer a ética e a decência. Portanto, acho que esse é um episódio em que todos merecem atenção e respeito: o Tribunal de Contas da União, o Presidente da República, V. Exª, que está cumprindo o seu papel, e o Congresso Nacional. Vamos, então, apreciar esses vetos com a lupa da democracia, com a transparência de que se deve revestir essa nossa decisão a partir de amanhã. Agradeço a V. Exª pelo aparte.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Valadares. Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, não pretendo abusar do tempo e do Regimento, mas queria cumprimentá-lo. Esse assunto é oportuno e V. Exª o traz à tribuna com muita competência. Ao final, fazia referência às irregularidades ocorridas durante a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. A indagação que fica no ar: qual foi a atitude do Presidente da República? Qual foi a providência do Governo? O Tribunal de Contas comprova todas as irregularidades. Elas são gritantes. Elas extrapolam os limites do admissível em matéria de aplicação dos recursos públicos, e não há nenhuma providência, não há nenhuma resposta. Se o Congresso Nacional não reagir a esses vetos do Presidente da República, estará compactuando com esse comportamento de complacência com a corrupção. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador. Eu tive a oportunidade de denunciar todas as irregularidades do Pan e eu não chamo aquilo de...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não chamo de desvio do dinheiro público, eu chamo de uma verdadeira roubalheira do dinheiro público. O que se caracterizou na execução das obras do Pan, Senador Mozarildo, foi uma roubalheira generalizada. E aqui vem.

Eu sou criador de raposas. O Senador Mozarildo é meu vizinho e é criador de galinhas. Se eu solto as minhas raposas para comer as galinhas do meu vizi-

nho, eu tenho culpa nisso. Eu tenho de cuidar direitinho das minhas raposas.

Então, o Senhor Presidente não pode olhar isso como sendo... Ele é o Presidente da República.

Se está vendo que o dinheiro que ele administra está sendo desviado, roubado, ele tem obrigação absoluta de tomar as providências, porque no exemplo...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... de falta de providências, Senador Mozarildo, o povo é que é punido.

No meu Estado, o nosso aeroporto, hoje, está funcionando precariamente. É terrível, dá vergonha vermos o nosso aeroporto. Estava sendo construído um aeroporto novo quando detectaram desvio do dinheiro público. Estamos há cinco anos com as obras paradas.

Então, o que o Presidente da República deveria fazer? Punir, rigorosamente, os ladrões e não punir o povo com a obra parada.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o Papaléo Paes, que usou a palavra na minha inscrição, consultando a lista de oradores inscritos, está na vez de Mozarildo Cavalcanti.

Cumprimentamos Papaléo Paes pelo papel de fiscalizador aqui. O Tribunal de Contas foi uma criação de Rui Barbosa. Então, é triste aquela inspiração de Rui Barbosa, aceita por todos os Presidentes da República que estudaram. Por isso é que se tem de estudar, e eu acredito em quem estuda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A administração tem de planejar, designar, orientar, coordenar e ter o controle de Henri Fayol. Esse é o controle.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, eu só pergunto a V. Exª se eu sou o próximo orador inscrito ou devo-me inscrever pela Liderança do PSDB, porque pretendo analisar o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nome do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode-se inscrever pela Liderança, porque o próximo sou eu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não, pela Liderança será o próximo, porque está alternando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, ele está como orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Peço a minha inscrição.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. *Fora do microfone*.) – E a minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A sua inscrição, aqui, é a número nove, mas é a décima, na realidade, a nota do povo do Distrito Federal.

Mozarildo Cavalcanti é o legítimo continuador de Getúlio Vargas no seu PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores e senhoras telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Sr. Presidente, se tem uma coisa que creio que um representante de um Estado no Senado faz com desprazer, com desconforto, é trazer notícia ruim do seu Estado. Em mais de 90% das vezes que vim à tribuna, o fiz para defender o meu Estado, para reclamar dos maus tratos que o meu Estado tem recebido do Governo Federal, para cobrar providências e para apresentar e defender projetos em favor do meu Estado. Mas também faz parte do trabalho do Parlamentar fiscalizar, denunciar e cobrar providências a respeito dos interesses do povo do seu Estado.

Eu leio hoje, com tristeza, no jornal *Folha de Boa Vista*, que *o* Tribunal de Contas do Estado – isso é a manchete – suspendeu licitações do Estado por suspeita de irregularidades. E aí tem, na manchete menor: "Empréstimo da Companhia Energética de Roraima".

Diz o jornal que o Tribunal suspendeu a licitação, considerando uma representação feita ao Tribunal de Contas pelo Deputado Flamarion Portela, que alegou possíveis irregularidades nos Editais de Concorrência Pública nºs 34 e 35, no ano passado, abertos pela Secretaria de Infraestrutura. As obras em questão são a revitalização das linhas de transmissão de energia elétrica no trecho Boa Vista a Caracaraí e da Hidrelétrica de Jatapu, com recursos oriundos de empréstimo contraído junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da ordem de R$114 milhões.

É isso, Sr. Presidente, o que realmente me deixa indignado. Quer dizer, o Governo do Estado está contraindo empréstimo para o povo de Roraima pagar. Quando se fala que o Governo vai pagar, vai pagar com o dinheiro do imposto que recolhe da população. Então, vai pagar R$114 milhões de empréstimo ao BNDES, e já há suspeita nas licitações feitas.

O Tribunal de Contas do Estado, em boa hora, determinou a suspensão das licitações porque, conforme o parecer do Conselheiro Marcus Hollanda, havia claramente indícios muito veementes de irregularidades.

Dias atrás, Sr. Presidente, eu fiz um expediente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para saber quais empréstimos já tinham sido feitos ao Governo do Estado de Roraima e recebi a resposta de que nenhum, nenhum. Agora, vejo aqui que o Tribunal de Contas do Estado suspende a licitação que visa aplicar recursos de empréstimos do BNDES, portanto recursos federais, em revitalização da rede de energia elétrica. Aí eu pergunto: onde está a verdade?

Por isso mesmo, pretendo não só reforçar junto ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências para que isso se esclareça, mas junto à direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e ao Tribunal de Contas da União – porque é recurso federal. Portanto, se já existe, no início, suspeitas de irregularidades, isto é, de desvio do dinheiro, é preciso que se apure com muita clareza. Assim, sem afirmar ou negar, eu vou querer investigar esta questão.

Existem muitos sintomas no Governo do Estado que me deixam preocupado, e por isso mesmo venho acompanhando-o no dia a dia. Agora mesmo, no recesso, fiquei lá quarenta dias direto, passei meu recesso no meu Estado, ouvindo as pessoas, as entidades, e comecei a fazer uma análise de todas as coisas que vêm acontecendo desde a posse do atual Governador José de Anchieta Júnior, no dia 14 de dezembro de 2007, que, portanto, está no terceiro ano de Governo.

Há uma sucessão de coisas que vêm me preocupando, Senador Marco Maciel: greve dos policiais militares; greve dos trabalhadores da educação; greve de aluno das escolas públicas; obrigatoriedade, por parte do Governo, de que os funcionários abram conta só no Banco do Brasil. Eles só podem receber dinheiro no Banco do Brasil porque o Governo teria contraído empréstimo no Banco do Brasil e estaria pagando, portanto, à custa da movimentação das contas dos funcionários públicos, com isso, causando um transtorno horrível aos funcionários que têm compromissos em outros bancos pelos quais recebiam.

Então, é um contrassenso. Há atraso no pagamento de fornecedores, do funcionalismo público, do décimo terceiro salário. E aí vejo que, além disso tudo, ainda há dinheiro público, R$114 milhões, do BNDES, sob suspeita para obras de revitalização da rede de energia elétrica do meu Estado.

Não posso, evidentemente, ficar aqui calado, fazendo-me de surdo e agindo como mudo, diante das evidências que estou vendo e ouvindo. Por isso mesmo, vou acionar os órgãos competentes, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado, que já está analisando. Vou também pedir ao Ministério Público, tanto Federal quanto Estadual, que faça um acompanhamento bem eficiente, como é do seu costume, para que amanhã... Um Estado que em dezembro de 2007 tinha dinheiro em caixa é hoje um Estado endividado. Não temos notícia de nenhuma obra estruturante e importante que tenha sido realizada no Estado. Esse desequilíbrio financeiro no Estado, hoje, afeta as famílias ao ponto, Senador Marco Maciel, até de haver atraso no pagamento dos fornecedores do equivalente ao Bolsa Família lá no Estado, que é o Vale Solidário.

Então é realmente uma situação preocupante. Vemos que isso só tende a se agravar em um ano eleitoral. Aí é que está o papel importante desses órgãos de fiscalização como o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União. Repito: são recursos federais que estão injetados lá. E pior, através de empréstimos e também do descontrole completo das finanças no que tange à questão dos policiais, dos trabalhadores em educação, dessa coisa não muito bem explicada de obrigar o funcionalismo a ter conta só no Banco do Brasil.

Quero realmente ter o esclarecimento de tudo isso, Senador Mão Santa, porque essa também é uma função do parlamentar que tem realmente compromisso com o Estado que representa. Sou um Senador da República, mas um Senador que é sobretudo de Roraima. Portanto, não posso, mesmo constrangido, deixar que essas coisas não fiquem aqui registradas, para que amanhã alguém não diga: "Não, ele era Senador e não falou nada sobre isso, não tomou nenhuma providência, deixou isso passar em branco por conveniência dessa ou daquela ordem." Não. Estou aqui fazendo este registro e informando que vou tomar providências junto a esses órgãos que mencionei.

Não é possível, Senador Marco Maciel, que após tantos anos – foram quatro décadas e meia como território federal – em que tivemos uma sucessão de governadores mandados para lá por acordo... Um período por um acordo político com o Senador Vitorino Freire, do Maranhão, que é quem indicava os Governadores daquele então Território Federal. Depois, no período militar, os três Territórios foram divididos pelas três Forças Armadas. Em Roraima, quem indicava era a Aeronáutica. E não quero dizer que essas pessoas indicadas tenham sido nocivas ao Estado de Roraima não. Não quero dizer nada disso não. Mas posso dizer que a exceção foram justamente aqueles que se dedicaram a pensar no desenvolvimento de Roraima. São a exceção, a grande exceção. A grande maioria encarava aquela nomeação não como uma espécie de premiação, mas de castigo ou de missão a cumprir. E, na verdade, eu acho que governar

uma população é não só uma missão, mas, acima de tudo, uma honra que a pessoa deve sentir.

E, depois dos 45 anos de território, conseguimos transformar Roraima em Estado na Constituinte. O primeiro Governador foi Otomar Pinto, que já tinha sido Governador do Território. Ele fez um trabalho estruturante, como Governador do Território, para justamente ter condições de ser Estado. Depois, como Governador, implantou as instituições todas do Estado. Foi novamente Governador do Estado em outro momento e reeleito em 2006. Infelizmente, tomou posse no dia 1º de janeiro de 2007 e faleceu no dia 14 de dezembro de 2007, porque já estava realmente bastante enfermo. Mas deixou, Senador Marco Maciel, Senador Mão Santa, um plano de Governo completo para realmente tirar Roraima daquela situação em que vinha patinando, um plano que incluiu – e ele fez ainda em vida – a criação e instalação da Universidade Estadual de Roraima, quer dizer, a Universidade do Estado, a Universidade Virtual do Estado de Roraima. Poucos Estados da Federação têm uma universidade virtual, e Roraima tem, atendendo a todos os Municípios do Estado.

Estava, como eu já disse, batalhando para a construção da Hidrelétrica do Cotingo, logo no início do seu mandato, quando ele assumiu, devido ao afastamento do Governador Flamarion, porque ele antevia que nós não podíamos ficar dependentes da energia da Venezuela, que hoje está atravessando apagão pela estiagem e pela falta de manutenção das turbinas.

Eu tenho inclusive aqui o registro de um documento em que o Governo brasileiro está tentando ajudar a Venezuela a resolver a questão do apagão. Inclusive já foi lá um grupo da Eletronorte, da Eletrobrás, reuniu-se com o pessoal da Venezuela, e depois um grupo da Venezuela, uma delegação, veio ao Brasil.

Inclusive o título é o seguinte: "Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado. Delegação venezuelana se atrasa por falta de vaga em vôos, e reunião é remarcada para hoje...". O jornal é de sexta-feira, dia 5. Portanto, espero que tenha acontecido.

Inclusive ele diz aqui:

> *"A ajuda técnica brasileira foi acertada em Caracas [a ajuda técnica brasileira; portanto, não é por causa do apagão] pela comitiva liderada pelo assessor internacional do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, conforme a Folha revelou no último sábado. A assessoria de Garcia diz que a intenção não foi prestar apoio político ao presidente Hugo Chávez, mas oferecer auxílio disponível para qualquer vizinho sul-americano nas mesmas circunstâncias.*
>
> *A Venezuela adotou medidas de racionamento de eletricidade desde dezembro. Devido à má repercussão política, previsões de cortes de luz na capital foram canceladas, e um novo plano de racionamento anunciado.*
>
> *A causa imediata da escassez foi a falta de chuvas devido ao fenômeno El Niño, que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas, mas foram apontados problemas de falta de investimento e de gerência.*
>
> *O próprio Garcia disse [nosso ilustre assessor do Presidente Lula para assuntos internacionais, que dispensa o Itamaraty], depois da reunião com os venezuelanos, que "o sistema está um pouco deteriorado" [está um pouco deteriorado]. "Há muita coisa que pode ser resolvida exclusivamente com operações de manutenção".*

Quer dizer, o próprio assessor do Presidente Lula reconhece que o Presidente Hugo Chávez não vem cuidando, porque vem dando prioridade a outras coisas que não é manter a Venezuela em pé.

"A Venezuela exporta energia para Roraima em parte do ano." Aqui, a história está furada. A Venezuela exporta energia para Roraima o ano todo, todo dia. É a única fonte que nós temos, infelizmente, porque durante todo esse Governo do Sr. José de Anchieta não foi tomada uma providência para nós termos uma alternativa interna.

E quando o Presidente Lula foi a Roraima, foi anunciar que vai construir uma usina hidrelétrica na Guiana, outro país vizinho. Quer dizer, Roraima realmente não está na agenda do Presidente Lula.

E aí, para concluir aqui a notícia, diz o seguinte – repetindo, embora esteja equivocada –:

> *"A Venezuela exporta energia para Roraima em parte do ano [não é, é todo o ano], e, na semana passada, a cidade fronteiriça de Pacaraima também chegou a ficar sem luz em virtude da crise enérgica do país vizinho."*

Então, veja que o meu Estado está em uma situação deplorável. Por um lado, o Governo Federal, que trata realmente Roraima como se fosse o quintal do País, como se lá existissem apenas cidadãos e cidadãs de terceira categoria, porque, como são apenas 250 mil eleitores, não adianta nada... Nem adiantou para a eleição dele. Em nenhuma das campanhas dele, nem no primeiro mandato, nem no segundo mandato, ele foi lá pedir voto. Agora, ele foi lá, com a Ministra Dilma, anunciar isto: que ia construir uma usina na Guiana e reinaugurar...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...inaugurar, pela terceira vez, uma ponte que une justamente o Brasil à Guiana, sobre o rio Tacutu, no Município de Bonfim.

Então, Sr. Presidente, quero, ao terminar, para não repetir o que já disse, dizer que vou tomar providências quanto a essa questão das licitações que o Tribunal de Contas do Estado mandou suspender e também sobre esses outros pontos em relação aos quais vou me dirigir aos órgãos competentes (Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, e também ao BNDES), porque esse dinheiro do BNDES não é dos diretores do BNDES, é dinheiro recolhido de impostos que cada cidadão e cidadã pagou. Portanto, dizer que é dinheiro federal é apenas uma questão de técnica, mas é dinheiro do povo. Como é dinheiro do povo, também é do Estado de Roraima.

Portanto, Sr. Presidente, ao terminar, solicito a transcrição das duas matérias que aqui mencionei como parte integrante do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal Folha de Boa Vista

FOLHA WEB

Boa Vista, 08 de fevereiro de 2010

FOLHA DE BOA VISTA

Edição 5577 Um Jornal Necessário Boa Vista – RR, segunda/08 de fevereiro de 2010

Política

EMPRÉSTIMO DA CERR

TCE suspende licitações do Estado por suspeita de irregularidades

Fonte: a A A A

Em decisão monocrática, o conselheiro Marcus Holanda, suspendeu temporariamente dois processos licitatórios da secretaria estadual da Infraestrutura e da Companhia Energética de Roraima (Cerr). A determinação considerou uma representação feita ao Tribunal de Contas pelo deputado Flamarion Portela (PTC) que alegou possíveis irregularidades nos editais das concorrências públicas 34 e 35, do ano passado, abertos pela Seinf. As obras em questão são a revitalização das linhas de transmissão de energia elétrica no trecho Boa Vista a Caracaraí e da Hidrelétrica de Jatapú, com recursos oriundos de empréstimo contraído junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da ordem de R$ 114 milhões.

Marcus Holanda: "Medida visa evitar possível malversação do dinheiro público"

Conforme o relatório do conselheiro, que cuida das contas das duas instituições, após uma análise minuciosa a equipe técnica do Tribunal, foi constatado que os editais possuem vícios capazes de prejudicar o certame. Um dos tópicos citados diz respeito ao fato dos editais não contemplarem no projeto básico a composição dos custos unitários das obras, nem exigirem a discriminação dos participantes do certame, em desobediência ao que estabelece a Lei de Licitações.

Além disso, ele comentou também que durante uma inspeção feita pela Cerr entre os meses de outubro e novembro do ano passado, nas linhas de transmissão do trecho Boa Vista–Caracaraí, acompanhada inclusive por analistas fiscais do TCE, que no trecho entre Boa Vista e Mucajaí, parte da rede encontra-se comprometida devido a furtos, mas que daí até Caracaraí a rede foi considerada em bom estado, necessitando, apenas, de limpeza e conservação.

Na opinião de Marcus Holanda, devido à ausência de detalhamento do projeto básico, não foi possível efetuar uma aferição minuciosa da pretensa revitalização da linha e, por fim, da destinação do recurso. "Assim, a evitar possível malversação do dinheiro público, quiçá até tentativa de fraude, especificamente a par da possibilidade de justificar o gasto com realização de obra que encontra-se praticamente finalizada e, ainda, considerando a impressionante cifra do montante previsto na realização das obras, que ultrapassa R$ 100 milhões, outra solução não resta senão a atuação desta Casa", diz o texto.

Entre as determinações do conselheiro está a de que os responsáveis pelas licitações retifiquem os editais em até dez dias, formulando a planilha de custos do projeto básico nos termos determinados pela Lei de Licitações, e apresentação de justificativas em torno das irregularidades apontadas. O andamento dos processos fica condicionado as alterações e será fiscalizado in loco pelo Tribunal.

OUTRO LADO – Procurado pela equipe de reportagem da Folha, o Governo do Estado disse por meio da secretaria de Comunicação que a Procuradoria Geral se pronunciaria. A Folha contatou o procurador geral, Chagas Batista, que informou estar em uma reunião, mas que retornaria a ligação. Até o fechamento dessa edição, não houve retorno.

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado

Delegação venezuelana se atrasa por falta de vaga em voos, e reunião é remarcada para hoje em Brasília

DA SUCURSAL DO RIO

A Venezuela atrasou o envio da equipe que discutirá com especialistas brasileiros do Ministério de Minas e Energia possíveis ações para conter a crise energética que o país atravessa desde dezembro.

A reunião, prevista inicialmente para quarta, será realizada hoje de manhã, informou a assessoria do ministério. O secretário-executivo da pasta, Márcio Zimmermann, que foi a Caracas na semana passada, tinha viagem marcada e não estará presente.

Será um encontro de técnicos -além de pessoal do ministério, foram convocados especialistas do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Do lado venezuelano, serão cinco representantes.

De acordo com o Itamaraty, que mediou o encontro, o motivo apresentado pelos venezuelanos para o atraso foram problemas de lotação nos voos entre as duas capitais.

A ajuda técnica brasileira foi acertada em Caracas pela comitiva liderada pelo assessor internacional do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, conforme a **Folha** revelou no último sábado.

A assessoria de Garcia diz que a intenção não foi prestar apoio político ao presidente Hugo Chávez, mas oferecer auxílio disponível para qualquer vizinho sul-americano nas mesmas circunstâncias.

A Venezuela adotou medidas de racionamento de eletricidade desde dezembro.
Devido à má repercussão política, previsões de cortes de luz na capital foram canceladas, e um novo plano de racionamento anunciado.
A causa imediata da escassez foi a falta de chuvas devido ao fenômeno El Niño, que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas, mas foram apontados problemas de falta de investimento e de gerência.
O próprio Garcia disse, depois da reunião com os venezuelanos, que "o sistema está um pouco deteriorado": "Há muita coisa que pode ser resolvida exclusivamente com operações de manutenção".
A Venezuela exporta energia para Roraima em parte do ano, e, na semana passada, a cidade fronteiriça de Pacaraima também chegou a ficar sem luz em virtude da crise energética no país vizinho.
(CLAUDIA ANTUNES)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, será atendido de acordo com o Regimento.

Agora, está aqui inscrito, como Líder do PSDB, Alvaro Dias, na ausência do grande Líder Arthur Virgílio. V. Exª é o vice-Líder. Um partido que tem um vice-Líder da sua altura é um partido rico e forte. Aliás, eu acho que nesse imbróglio ali não deveria ser nem São Paulo, nem Minas. Esse negócio de café com leite já passou. Deveria sair candidato Alvaro Dias. Eu seria seu vice-Presidente, e nós ganharíamos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Srs. Senadores, primeiramente, quero aplaudir o Senador Mão Santa, que lidera todas as pesquisas no seu Estado do Piauí para o Senado Federal. Eu creio que é um prêmio à sua atuação, à sua presença, à sua dedicação e à sua importância no Senado Federal.

Meus parabéns a V. Exª. E certamente será homenageado com uma vitória expressiva nas urnas no seu Estado do Piauí.

Mas, hoje, Sr. Presidente, tenho o dever de repercutir da tribuna do Senado Federal – e faço em nome do meu Partido, o PSDB – o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Antes de tudo, eu gostaria de dizer que incluo Fernando Henrique Cardoso no seleto clube dos estadistas de todo o mundo. Com defeitos e muitos acertos, mais acertos do que erros, o Presidente mudou o Brasil. Com a estabilização da economia e com a responsabilidade fiscal plantou os pressupostos básicos indispensáveis para que o País pudesse avançar.

Eu vou fazer a leitura deste artigo e comentar. Mas, antes, dizer que o que motivou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a escrever este artigo foi exatamente a insistência com que se procura, há tanto tempo, desconstruir a fantástica imagem que deixou ao governar o País.

Ora, o Presidente não poderia ficar passivamente assistindo os ataques a que tem sido submetido, muitas vezes, por uma irresponsabilidade retórica sem precedentes neste País.

Não é o Presidente Fernando Henrique Cardoso quem provoca esse debate. Ele foi convocado a esse debate. E como homem de conceito intelectual inquestionável, não poderia deixar de dar a devida resposta a todos os questionamentos a que tem sido submetido, mesmo sem desejar.

Mas, antes de iniciar a leitura deste artigo, eu, com prazer, concedo o aparte a quem pode, com muita autoridade, falar sobre Fernando Henrique Cardoso, que é o Senador Marco Maciel, que foi o seu leal vice-Presidente durante as duas gestões à frente do Governo deste País. E é uma figura que honra o Senado Federal, pela sua dignidade, pela sua cultura e pela sua honestidade.

Por isso, com muito prazer, concedo, inicialmente, o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Estimado Senador Álvaro Dias, Srªs e Srs Senadores, pedi de plano o aparte posto que gostaria, secundando as palavras de V.Exª, exaltar a obra do Senador Fernando Henrique Cardoso, nos 8 anos em que, com muita lisura, espírito público e visão de estadista, governou o nosso País. Foi graças ao governo Fernando Henrique Cardoso que o Brasil realizou o mais bem sucedido plano de estabilidade fiscal que o País conheceu. Nada se compara com os planos adotados durante o Império, inclusive durante o período inicial da República. Nada se compara ao Plano Real. Ele realmente criou condições, para que o País pudesse livrar-se da inflação e, mais que isso, adotar providências que permitiram fazer com que o Brasil começasse a ter um processo de crescimento continuado, sem sobressaltos. É um acervo tal, que, em poucas palavras, não poderíamos dizer tudo que foi feito. Gostaria de lembrar que, entre muitas providências adotadas, há a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vem assegurando ao País a continuidade desse esforço, que é muito mais do que um programa de estabilidade fiscal, visto que atua no campo social, econômico e também da política externa. Por outro lado, é bom notar que o Proer, editado em um momento difícil que atravessava o País, ofereceu resultados que estão bem à mostra de todo o povo brasileiro. Na realidade, o Proer deu ao País um sistema bancário sólido, que hoje está interagindo com instituições financeiras do exterior. Isso tem permitido fazer com que o Brasil assegure, em que pesem muitas vicissitudes, a continuidade do seu processo de crescimento econômico. Não poderia esquecer que foi no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que se deu fim à chamada indexação da economia. A indexação da economia, que gerava inflação e perturbava o processo econômico, foi outro passo que não podemos deixar de mencionar. Além disso, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso mencionou no seu artigo extremamente oportuno e igualmente muito bem escrito, as medidas que adotou com relação ao Banco do Brasil, que ficou capitalizado com mais de R$6 bilhões, e também a recuperação da Caixa Econômica Federal. Não podemos deixar de recordar tudo isso. Também, não posso deixar de mencionar o que se fez numa área extremamente estratégica que foi no campo da privatização. A privatização da Telebrás, à época, nos assegurou cerca de US$23 bilhões e nosso Sistema

de Telecomunicações é um dos mais bem sucedidos do mundo. O Brasil já tem uma integração feita por esse Sistema de Telecomunicações, sem contar o fato de que, cada vez mais, nós avançamos no sentido de melhorar as nossas comunicações. É importante lembrar que, além da privatização da Telebrás, outra privatização muito importante foi a da Vale do Rio Doce. Não esqueço que Presidente Roger Agnelli, o atual presidente da Companhia do Vale do Rio Doce, disse uma frase, para mim emblemática, quando chegou à Bolsa de Valores de Nova Iorque: a Vale está na Bolsa de Valores de Nova Iorque porque no Brasil houve a privatização. Sem ela, a Vale não teria dado esse salto e, mais, certamente teria perdido o protagonismo que ela exerce em setores estratégicos da economia. Os avanços no campo político, tanto no campo da lei partidária quanto na lei eleitoral quanto na busca também de uma maior estabilidade institucional para o país, são dignos de nota. Isso se deve ao fato de gozar Fernando Henrique Cardoso de um grande conceito no exterior por ser um intelectual acatado, um homem público respeitado e por sua dedicação ao desenvolvimento do país e de suas instituições. Por isso, digo ao Senador Alvaro Dias que em nome do PSDB, que, aliás, é o Partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assoma à tribuna para fazer considerações que certamente vão deixar mais uma vez claro o papel decisivo do octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujos resultados foram tão expressivos que asseguram ao país um status privilegiado, com grande reconhecimento da comunidade internacional. Por isso, Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Exª pela oportuna intervenção que está fazendo da tribuna do Senado Federal e que espero que as palavras de V. Exª possam servir para um debate que venha o Brasil a responder, de forma consistente e articulada, às grandes demandas da sociedade brasileira. Não fora o período dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso à frente da Presidência da República, o Brasil não estaria nos patamares que se encontra hoje e, portanto, felicitamo-nos por esse período áureo do Governo de Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Parabéns a V. Exª, nobre Senador Alvaro Dias, que tão bem representa o PSDB, no Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

V. Exª sintetiza a obra que a história haverá de reconhecer. O Presidente Fernando Henrique tem sido injustiçado, mas, certamente, a história reconhecerá a sua obra administrativa, que proporcionou profundas mudanças no País. V. Exª sintetizou, com competência, que essa obra significa a estabilização da economia, a responsabilidade fiscal, a sustentabilidade financeira e a recuperação da competitividade da economia nacional – uma obra que temos de reconhecer, sob pena de praticarmos um ato de desonestidade intelectual.

Faço a leitura e comento, em alguns momentos, o artigo intitulado "Sem medo do passado", escrito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Diz ele:

> *"O presidente Lula passa por momentos de euforia que o levam a inventar inimigos e enunciar inverdades. Para ganhar sua guerra imaginária, distorce o ocorrido no governo do antecessor, autoglorifica-se na comparação e sugere que, se a oposição ganhar, será o caos.*
>
> *Por trás dessas bravatas está o personalismo e o fantasma da intolerância: só eu e os meus somos capazes de tanta glória. Houve quem dissesse "o Estado sou eu". Lula dirá: "o Brasil sou eu! Ecos de um autoritarismo mais chegado à direita.*
>
> *Lamento que Lula se deixe contaminar por impulsos tão toscos e perigosos. Ele possui méritos de sobra para defender a candidatura que queira. Deu passos adiante no que fora plantado por seus antecessores. Para que, então, baixar o nível da política à dissimulação e à mentira?*
>
> *A estratégia do petismo-lulista é simples: desconstruir o inimigo principal, o PSDB e FHC (muita honra para um pobre marquês...). Por que seríamos o inimigo principal? Porque podemos ganhar as eleições. Como desconstruir o inimigo? Negando o que de bom foi feito e apossando-se de tudo que dele herdaram como se deles sempre tivesse sido. Onde está a política mais consciente e benéfica para todos? No ralo."*

Comento, Sr. Presidente.

Há, sim, uma ignorância absoluta em relação aos feitos dos seus antecessores. Na verdade, valem-se dos feitos dos que os antecederam e desdenham deles. Combateram as inovações propostas pelos governos que os antecederam e foram derrotados. Hoje tentam apropriar-se indebitamente daquilo que outros fizeram.

Não há dúvida de que os avanços alcançados no atual Governo, que o sucesso do Presidente Lula só ocorreu porque antes dele houve um governo da competência do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Por que ignorar esse passado? Por que desprezar esse feitos? Por que tentar apropriar-se deles? Isto é

honestidade intelectual? Isto é respeito à sociedade que preside?

E prossegue Fernando Henrique:

Na campanha haverá um mote – o governo do PSDB foi "neoliberal" – e dois alvos principais: a privatização das estatais e a suposta inação na área social.

Ora, agora pergunto eu, Senador Mão Santa: se foi neoliberal o Governo Fernando Henrique Cardoso, o que é o atual Governo? Afinal, o atual Governo não manteve a mesma política econômica? E os programas sociais? Quais são os programas sociais do atual Governo? São os mesmos programas administrados pelo governo passado, idealizados e administrados.

Ora, a única inovação conhecida do atual Governo, em matéria de programa social, chamou-se Fome Zero. O que foi feito do Fome Zero? O Fome Zero morreu, morreu da fome e da incompetência. Ele não se sustentou.

Os programas que estão implementados – e aplausos para o Governo Lula pela implementação desses programas – tiveram origem, praticamente todos eles, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Foi uma herança bendita, recolhida pelo Presidente Lula.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso responde à questão do neoliberalismo, da privatização das estatais e da suposta inação na área social. Diz ele:

> *Os dados dizem outra coisa. Mas os dados, ora os dados... O que conta é repetir a versão conveniente. Há três semanas, Lula disse que recebeu um governo estagnado, sem plano de desenvolvimento. Esqueceu-se da estabilidade da moeda, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da recuperação do BNDES, da modernização da Petrobras, que triplicou a produção depois do fim do monopólio e, premida pela competição e beneficiada pela flexibilidade, chegou à descoberta do pré-sal.*

Esqueceu-se do fortalecimento do Banco do Brasil, capitalizado com mais de R$6 bilhões e, junto com a Caixa Econômica, libertados da politicagem e recuperados para a execução de políticas de Estado. Esqueceu-se dos investimentos do programa Avança Brasil, que, com menos alarde e mais eficiência que o PAC, permitiu concluir um número maior de obras essenciais ao País.

É bom repetir: o PAC não é o Avança Brasil. O PAC é uma sigla para publicidade oficial, e o PAC se transformou em um paraíso da corrupção, com obras superfaturadas em praticamente todos os setores dos investimentos em obras de infraestrutura no País.

Esqueceu-se dos ganhos que a privatização do sistema Telebrás trouxe para o povo brasileiro, com a democratização do acesso à Internet e aos celulares, do fato de que a Vale privatizada paga mais impostos ao Governo do que este jamais recebeu em dividendos quando a empresa era estatal, de que a Embraer, hoje orgulho nacional, só pôde dar o salto que deu depois de privatizada, de que essas empresas continuam em mãos brasileiras, gerando empregos e desenvolvimento no País.

Esqueceu-se de que o País pagou um custo alto por anos de bravata do PT e dele próprio; esqueceu-se de sua responsabilidade e da de seu Partido por temor que tomou conta dos mercados em 2002, quando fomos obrigados a pedir socorro ao FMI – com aval de Lula, diga-se – para que houvesse um colchão de reservas no início do Governo seguinte. Esqueceu-se de que foi esse temor que atiçou a inflação e levou o seu Governo e elevar o superávit primário e os juros às nuvens...

(Interrupção de som)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço condescendência em relação ao tempo, para que possa concluir a leitura do artigo do Presidente.

Esqueceu-se de que foi esse temor que atiçou a inflação e levou o seu governo a elevar o superávit primário e os juros às nuvens em 2003 para comprar a confiança dos mercados, mesmo que à custa de tudo o que haviam pregado, ele e o seu Partido, nos anos anteriores.

Os exemplos são inúmeros para desmontar o espantalho petista sobre o suposto "neoliberalismo" peessedebista. Alguns vêm do próprio campo petista. Vejam o disse o atual Presidente do Partido, José Eduardo Dutra, ex-Presidente da Petrobras, citado por Adriano Pires no Brasil Econômico: "Se eu voltar ao Parlamento e tiver uma emenda propondo a situação anterior (monopólio), voto contra. Quando foi quebrado o monopólio, a Petrobras produzia 600 mil barris por dia e tinha seis milhões de barris de reservas.

Dez anos depois produz 1,8 milhão por dia, tem reservas de 13 bilhões. Venceu a realidade que, muitas vezes, é bem diferente da idealização que a gente faz dela" [disse o atual Presidente do PT].

O outro alvo da distorção petista refere-se à insensibilidade social de quem só se

preocuparia com a economia. Os fatos são diferentes: com o real, a população pobre diminuiu de 35% para 28% do total. A pobreza continuou caindo, com alguma oscilação, até atingir 18% em 2007, fruto do efeito acumulado de políticas sociais e econômicas, entre elas o aumento do salário mínimo.

De 1995 a 2002, houve um aumento real de 47,4%; de 2003 a 2009, de 49,5%. O rendimento médio mensal dos trabalhadores, descontada a inflação, não cresceu espetacularmente no período, salvo entre 1993 e 1997, quando saltou de R$800 para aproximadamente R$1.200. Hoje se encontra abaixo do nível alcançado nos anos iniciais do Plano Real.

Por fim, os programas de transferência direta de renda (hoje Bolsa Família), vendidos como uma exclusividade deste governo. Na verdade, eles começaram em um Município (Campinas) [administrado à época pelo PSDB] e no Distrito Federal [à época administrado pelo Senador Cristovam Buarque], estenderam-se para Estados (Goiás) e ganharam abrangência nacional em meu governo. O Bolsa Escola atingiu cerca de cinco milhões de famílias, às quais o governo atual juntou outras seis milhões, já com o nome de Bolsa Família, englobando em uma só bolsa os programas anteriores.

É mentira, portanto, dizer que o PSDB não olhou para o social. Não apenas olhou como fez e fez muito nessa área. O SUS saiu do papel à realidade; o programa da Aids tornou-se referência mundial; viabilizamos os medicamentos genéricos, sem temor às multinacionais; as equipes de Saúde da Família, pouco mais de 300 em 1994, tornaram-se mais de 16 mil em 2002; o programa Toda Criança na Escola trouxe para o Ensino Fundamental quase 100% das crianças de 7 a 14 anos.

Foi também no Governo do PSDB que se pôs em prática a política que assiste hoje a mais de três milhões de idosos e deficientes (em 1996, eram apenas 300 mil).

Eleições não se ganham com o retrovisor. O eleitor vota em quem confia e lhe abre um horizonte de esperanças. Mas, se o lulismo quiser comparar, sem mentir e sem descontextualizar, a briga é boa. Nada a temer. Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu concedo ao Senador Mão Santa um aparte para depois, Senador Mozarildo, com a gentileza de V. Exª, fazer mais alguns comentários antes de concluir este pronunciamento.

Senador Mão Santa, com satisfação.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Alvaro Dias, desci ali da Presidência, mas nós vamos subir porque vamos apresentar para o Brasil uma verdade. Primeiro, o Presidente Mozarildo ficou no meu lugar. Eu aprendi de um filósofo: quem tem bastante luz não precisa diminuir a luz dos outros para poder brilhar.

Tem-se que fazer uma reflexão sobre isso. Eu era do PMDB e agora estou no Partido de Jesus, o Social Cristão. Mas nem votei no Fernando Henrique. Era do PMDB, dos poucos de vergonha que tinham lá. Votei no Quércia. Poucos votaram. Depois não tiveram mais candidatos, e desde lá não têm mais candidatos. Mas eu quero dizer que governamos juntos; eu, no Piauí, e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. V. Exª começou muito bem. Ele é um estadista, é um estadista, e ele foi mais, Alvaro Dias – do mundo, um grupo muito seleto. Convivi, mas quero dizer o seguinte... Vamos dizer, eu governei o Piauí. Este País era uma zorra, uma zorra, uma zorra! Vocês se esqueceram da inflação? Eu fui Prefeito antes de Fernando Henrique, de Parnaíba – está ouvindo, Alvaro Dias? – prefeitinho. Aquilo era uma loucura. Todo mês, Mozarildo, eu pedia lá ao Dr. Roberto, estatístico, matemático, para atualizar os salários, todo mês. E eu ficava a noite toda ajeitando aqueles pequenos... Era inflação de 80% ao mês! Era uma zorra, era uma zorra. O operário trabalhava e, no fim do mês, se ele ganhasse R$500, como hoje, só valiam R$200. Era capado. Não tem monstro pior do que a inflação.

Aquilo só era bom para quem estava no banco – dinheiro a juros, a correção. E eu vou dizer o seguinte: zorra. Não tem aquele programa de televisão? Eu não gostei não. Foi brabo, foi duro. Olha, este País deve muito ao Ministro Malan. Nunca mais o vi. Ô homem! Rui Barbosa está ali porque foi Ministro da Fazenda. Eu entendo que o melhor Ministro da Fazenda deste País foi o Malan. Eu entendo, entendo bem. Isso era uma zorra. Olha, essa Lei de Responsabilidade Fiscal, vou dizer como funcionava isso. Atentai bem, Alvaro Dias. Tinha uma tal de ARO, Antecipação de Receita Orçamentária. Então, hoje tem 5.564 Municípios. Atentai bem. O Prefeito perdia, Mozarildo, e ia ao banco. E ser banqueiro. Lá no Nordeste era um BIC – já mandava. A gente tirava o dinheiro que queria. Aí ele perdeu a eleição em outubro, ia embora. Antecipação de Receita Orçamentária – deixava hipotecada lá a receita que iria ter. O Prefeito que entrava, todo atolado, enforcado. Esse era o País. ARO, Antecipação de Receita, foi o Malan. E eu quero confessar aqui: eu fui o último

que tirei o ARO do Brasil. E fui dizer para o Fernando Henrique Cardoso. "Mas, Mão Santa, então você está contrariado?" Porque ele deu um mês para acabar. E eu fui lá e tirei US$5 milhões, porque naquele tempo era casado. Aí, bebendo um uisquezinho lá com ele, disse: "Mas, Governador Mão Santa..." Eu digo: "Olha Fernando Henrique, eu fui logo, para depois não haver história; eu tirei mesmo".

Tirei para fazer uma ponte." Hoje, eu quero ensinar aos que estão aí. "Eu tirei, porque Cristo... Você não acredita em Deus, não?" Ele riu, aquela história. "Porque Cristo, Fernando Henrique, falou bem, mas a gente segue Cristo. Ele só ficou líder porque fez obras, não é? Cego ver, aleijado andar, morto falar, surdo... Então, eu estou lascado, porque peguei um Governo sete meses atrasado". Sabe o que é, Mozarildo, pegar sete meses atrasado? E aí, o povo, então... "Quero dar um impacto: vou fazer uma ponte lá na Ilhotas, no Poty. Tirei o dinheiro e vou fazer." Não tinha mais jeito. Já tinha tirado. Eram US$5 milhões. Terminei a ponte em 87 dias! Esse Governo que está aí há oito anos mexe com uma ponte no mesmo rio. Oito anos! E convidei o Fernando Henrique para bailar. Ele não deu o dinheiro lá, não. E botei o nome do tucano de maior moral que já teve na história desse País, Professor Wall Ferraz. Por isso, eles ganham a capital lá, os tucanos, por essa liderança bem respeitada ainda hoje na história. Mas, em 87 dias. Então, tinha esse ARO. Todo o mundo tirava. Seriam 5564 tirando dinheiro aí. Olha a dívida externa. Esse Malan pegou... E a gente sabia quanto ganhava e fez o cálculo. O Piauí tinha de pagar 11% da dívida. Por isso, está paga. Isso aqui que está dizendo foi a inteligência do Malan e a seriedade. "É o FMI." Ora, sim, fomos nós que assinamos o contrato. A receita do Piauí era 11% para pagar a dívida da zorra e irresponsabilidade que tinha esse Brasil. Essa é a verdade.

Atentai bem. Entendeu como foi? Não é bom pagar não, mas era o jeito. Eles tiraram e os outros governadores – variava de 11% para 13%. Eu me lembro da briga, quando queriam colocar o Piauí em 13%. Aí São Paulo era 11% – eu não assinei. Foi o maior pau do mundo com os tecnocratas. Eu disse: "não dá, o filho não é mais doente, mais deficiente". E eles acederam, o Malan e tudo, para ficar 11%, e fizemos a estrada. Mas isso é o que foi pago; é o povo, a receita por um contrato sério, e nunca abriu não. Às vezes, eu não podia pagar, ia lá, aí eles mexiam assim num canto. "Está certo, daqui a 60 dias." Jogavam para adiante. Não tinha irresponsabilidade. Por isso, quem pagou foi antes, foram governadores como nós – está entendendo? –, que fizemos um contrato e se pagou. Foi o povo, foram os sacrifícios dos Estados. O ARO, ele acabou com esse negócio de ARO. E programa social. Olha, eu quero lhe dizer o seguinte: esse Brasil só tem um santo, não é? O Frei Galvão, não é? Essa Ruth Cardoso é uma santa. Eu não fui do Partido dela não, mas eu governei com ela, Dona Ruth Cardoso. Ela nunca quis foi aparecer. O essencial é invisível aos olhos. Ô Mozarildo, ela fez o programa social melhor deste País: Solidariedade.

Eu sei! Por acaso, eu... O melhor! O resto é demagogia, é mentira. Sabe o que era o Solidariedade? Vou exemplificar aqui. Nunca apareceu não! Ela não queria aparecer não. Ô mulher decente! Resumindo, Mozarildo, sabe o que era? Nas piores cidades do Brasil – e no Piauí havia muitas –, nas que tinham o IDH mais baixo, que tinham o maior número de analfabetos, ela entrava. Sabe qual era a primeira coisa que faziam, Mozarildo? Reformavam, transformavam, modernizavam todas as escolas dos pobres – o Piauí era o que tinha mais cidades pobres –, todas as escolas. Era muito dinheiro, porque mesmo sendo pequenas... Até se provocava ciúme, porque às vezes a vizinha.... E naquelas cidades onde o IDH era baixo, onde as crianças eram analfabetas, todas as escolas era, reformadas, e não era reforma de arapuca, era reforma de moral, com dignidade, modernização. Isso é que é um programa, e ela não fazia demagogia não. Agora, eu digo: é mais fácil você tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Todas – e eram umas quarenta escolas numa cidade –, todas federais. E esse Ministro da Educação? Também não tenho nada com ele não, mas ô pai-d´égua aquele Paulo Renato! Eu conheço isso. Vou dizer como foi que ele fez... Professor Ubiraci, aquela coisa. Olha aqui, não funcionava, não tinha escola, ninguém aprendia. Sabe o que ele fez, Mozarildo?

Foi o seguinte. Aliás, depois eu fiz isso nas escolas do Estado. A primeira experiência foi no Piauí. Eu andei com o Secretário de Educação e com aquele que era secretário dele – foi o de Saúde; hoje é Prefeito de São Paulo... Mozarildo, era dar dinheiro para as diretoras. Então, ele incorporou todas... O que adiantava ser diretora de uma escola se não tinha dez mil réis? Quebrava uma telha, faltava um papel higiênico... Era uma burocracia enorme para vir a Brasília. Ele instituiu isto: transferia diretamente para as diretoras. Aí, esse ensino passou a ter vergonha! Não tinha nada não, eu tinha sido prefeitinho... O que podia fazer uma diretora quando quebrava uma telha, quebrava o banheiro, quebrava um sifão? Vir a Brasília? Então, elas passaram a ter dinheiro. Eu fiz isso nas escolas do Estado. Na época, havia as federais e as do 2º grau eram do Estado – antigamente chamávamos o 1º grau de ensino primário. Todas! Isso é que fez avançar... E o Fundef?

E a universidade? Havia poucas faculdades no Brasil. Foi esse... Eu sou médico, assim como o Mozarildo. O melhor Ministro da Saúde da história deste País foi José Serra. Que besteira, quem está falando aqui sou eu! Ninguém sabe mais de medicina e pode falar mais que eu não! Jatene já passou, eu fui discípulo dele, e ele andou por lá como Ministro. Olha, o José Serra... Aids: nós ensinamos o mundo. Da Aids, há dez anos, todo mundo corria com medo. Os remédios eram caros. Os genéricos...

Eu sou médico e vi a resolubilidade. Havia mutirões de próstata – vai operar hoje lá... – e de catarata. Chegavam no interior e mandavam dinheiro para todos os velhos fazerem. Ainda hoje... De varizes, em mulheres... O Serra foi um extraordinário Ministro da Saúde. Então, foi com o governo Fernando Henrique que se avançou, que isso se consolidou. Digo isso ainda que não seja PSDB. Agora, isto é muito comum: ele plantou, plantou, e o nosso Presidente Luiz Inácio está colhendo. Ele foi duro. Quem quer pagar? Nós pagamos a dívida. Foram os governadores e por isso está aí... Mas foi um arrocho... A visão, a moeda... Esse cruzeiro... A gente ia viajar por aí e ninguém aceitava o cruzeiro para nada. Então, eram essas as nossas palavras, mas eu quero dizer um grande ensinamento – um minuto, só para terminar – sobre a democracia. Eu, aqui, vou dar o testemunho... Aprenda aqui, ô Mozarildo. Eu era do PMDB, nasceu esse negócio de reeleição – e eu lá do Piauí. Um candidato extraordinário do PSDB, homem de bem, engenheiro, Francisco Gerardo, ex-prefeito. Ora, Mozarildo, se ele quisesse usar a máquina, não ganhava a eleição. No Piauí, se ele desse aí como estão dando aloprados...

Comprometendo até TSE, Justiça e TRE... Eu ganhei as eleições do PSDB, fui reeleito – e era um candidato bom, eles tinham a capital –, porque o Fernando Henrique foi digno, foi decente, foi correto, foi um magistrado. Como é que o Piauí poderia resistir? E tinha candidato no partido dele. Esse foi um grande ensinamento para o nosso Presidente Luiz Inácio. Olhem os outros, o comportamento dos outros. O próprio Presidente Sarney teve vontade fazer o Alvaro Dias, que está aí, Presidente. Foi. Muitos candidatos... Ficou como magistrado, como juiz, e os candidatos dele perderam. Quem ganhou foi o adversário, Fernando Collor. Essa foi a beleza desse quadro. Fernando Henrique permitiu porque foi correto, foi decente ...

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) ... respeitou o desejo do povo, a alternância do poder. Então, o Fernando Henrique tem o nosso respeito e a nossa gratidão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Eu até pretendia aparteá-lo, mas V. Exª estava tão empolgado em seu discurso que eu não quis interrompê-lo. Quero agradecer o apoio e a solidariedade de V. Exª.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana, que representa o Distrito Federal nesta Casa.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Alvaro Dias, V. Exª faz hoje, com muita propriedade, uma análise do artigo do Presidente Fernando Henrique publicado no *Estadão*, *O Estado de S. Paulo*, e no *Globo*, análise muito apurada e muito cuidadosa que foi compartilhada pelo Senador Mão Santa em seu discurso. Mas eu não poderia deixar de aparteá-lo para lembrar – V. Exª até já fez referência a isso – que o governo Fernando Henrique teve como um de seus colaboradores importantes uma figura de destaque dos Democratas, o hoje Senador Marco Maciel, que foi Vice de Fernando Henrique por oito anos. Todos os pontos que V. Exª levantou aqui foram, naturalmente, a parte boa desse governo, a continuidade de alguns pontos deixados como herança dos oito anos do governo Fernando Henrique-Marco Maciel. Ressalto também o processo de privatização, que foi feito com muito cuidado, com a criação das agências reguladoras, que eram exatamente os instrumentos que fariam uma grande mediação entre consumidores e empresas privatizadas. Esse projeto teria de ter avançado mais. No entanto, o que se vê é que houve um desvirtuamento das agências reguladoras. Havia a intenção de fazer com que os mandatos de seus dirigentes nem mesmo coincidissem com os mandatos eletivos do Presidente, para que fossem instrumentos efetivos de defesa dos consumidores. Um aspecto a que V. Exª também faz referência é a questão dos medicamentos genéricos. Foi um grande avanço.

Poderia ter avançado mais, naturalmente no Governo subsequente. Faltou uma perna, exatamente a vinculação desses medicamentos com o programa do SUS, para atingir as populações de baixo poder aquisitivo, porque quem não tem trinta também não tem cinco e, às vezes, fica esse turismo de doentes na busca de consultas em cidades-polo. É o que tenho falado sempre aqui: é preciso que avancemos nessa questão dos genéricos e na assistência de medicamentos aos segurados do SUS. Então, são análises que V. Exª traz nesta tarde de um artigo extremamente comentado e que foi também amplamente analisado por Marco Maciel – por Marco Maciel não, por Mão Santa –, o que nos deixa sem fazer mais nenhum complemento. Mas quero parabenizar a V. Exª e dizer que nós, os Democratas, somos felizes inclusive por continuarmos nessa possível coligação do futuro, aliados aos tucanos,

como foi no Governo de Fernando Henrique, na figura de Marco Maciel. Nossos cumprimentos a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Pretendo concluir em mais alguns minutos, Sr. Presidente, porque devo comentar também reações que ocorreram como consequência do oportuno e competente artigo escrito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Ministra Dilma afirma que insistirá em comparações: é o que a imprensa destaca no dia de hoje. A questão não é a comparação. Eu também sou adepto das comparações. Entendo que comparar é preciso até para que a população possa ter noção da realidade.

Agora, não se compara com desonestidade. Não se compara com a manipulação das informações. Não se compara com o desonesto manejo dos números. É preciso se comparar honestamente e se o debate se estabelecer no patamar do respeito à verdade, evidentemente, como diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a briga é boa. Não há por que temer. Aliás, quando se compara também não se apropria indevidamente. Comparar somando feitos que a outros pertencem não é honesto. Enfim, essa questão da comparação deve ficar num segundo plano, até porque, eu repito, nada tem o PSDB a temer em relação ao passado, como diz Fernando Henrique Cardoso.

O que diz a candidata do PT é que o nosso caminho é melhor. Mas qual é o caminho? Na verdade, o Governo Lula percorreu os caminhos abertos pelos seus antecessores. Amplas avenidas para que pudessem os governantes de hoje promover avanços que significam a continuidade de programas idealizados e executados pelos seus antecessores e aqui já referidos.

Que caminho novo? Eu não o vejo. O que vejo é um deplorável itinerário de corrupção durante esses últimos sete anos.

Novo foi o mensalão, novo foi o valerioduto, novo foi o escândalo dos cartões corporativos. Novidade foi esta relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, que desmoralizou a instituição parlamentar no Brasil.

Enfim, poderíamos acrescentar outras novidades que não somam favoravelmente ao atual Governo, mas o depreciam, sobretudo porque tem sido um Governo conivente com a corrupção.

As ações comandadas pelo Presidente da República, nos últimos tempos, tiveram o objetivo de amordaçar CPIs para evitar investigação, de limitar a capacidade de fiscalizar do Tribunal de Contas da União, escancarando as portas do Governo à corrupção e à impunidade e transformando o Brasil no paraíso da desonestidade.

São esses os caminhos que querem percorrer? Não! Entendo que o povo brasileiro, nas urnas, haverá de dar importância às questões que, para o atual Presidente, importância não possuem. Afirmou ele que a Oposição perderia tempo com o discurso da ética porque isso não leva a lugar algum.

Não é um bom exemplo, não é uma boa retórica para o Presidente da República, que tem a responsabilidade de corresponder às expectativas da Nação, especialmente porque o seu partido, durante muitos anos, empalmou a bandeira da ética como se fosse o único proprietário dela.

Portanto, Sr. Presidente, não quero abusar da bondade de V. Exª e vou concluir, afirmando: Fernando Henrique Cardoso mudou o Brasil com a estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal, a sustentabilidade financeira e a recuperação da competitividade da nossa economia e plantou os alicerces básicos para a construção de um novo País, que, certamente, o povo brasileiro merece.

Desejamos que, no debate desta campanha eleitoral, prevaleça a agenda de futuro para os brasileiros sobre os deploráveis resquícios de ignorância que atormentam alguns e que fazem com que priorizem o debate mesquinho da retaliação e do desconhecimento do que se passou no País. Espero que a agenda de futuro para o povo brasileiro seja a razão essencial do debate nesta campanha eleitoral e que o projeto de cada um não seja apenas um projeto de poder, mas seja, acima de tudo, um projeto de Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, anuncio a palavra do Senador Mão Santa, do PSC do Piauí.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me informasse quais são os próximos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Estão na ordem, após o Senador Mão Santa, o Senador Adelmir Santana, a Senadora Rosalba Ciarlini, o Senador Paulo Paim e o Senador Antonio Carlos Valadares. Como não estão presentes os que

mencionei após o Senador Adelmir Santana, V. Exª será o próximo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª preside esta reunião de segunda-feira e traduz a grandeza deste Senado. Hoje, fizemos uma sessão especial homenageando – em defesa – os aposentados. Foi uma beleza de sessão. Agora, estamos aqui desde às 14 horas.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senado, nesta nossa democracia... E temos de entender, Senador Antonio Carlos Valadares, que nossas instituições são muito débeis ainda, daí termos conflitos, confrontos. Elas são ainda muito novas. Senador Adelmir Santana,

Elas têm um pouco mais de um século e, mais ainda, esse modelo democrático de divisão de poder, que exige alternância, foi importado da Europa. As instituições, Mozarildo, foram importadas da França, da Inglaterra. Rui Barbosa está aí porque ele foi lá e trouxe-as. Mas são novas, têm pouco mais de cem anos. Então, nós temos que aperfeiçoá-las a cada instante com a nossa vivência, com o nosso sofrimento. Daí esses conflitos, esses confrontos entre poderes, que são muito normais, ouviu, Mozarildo, para aperfeiçoar as instituições para que tenham futuro.

E quero dizer que o objetivo primeiro do Senado é fazer leis boas e justas. O segundo, Adelmir Santana, é fiscalizar seu contrapoder. O terceiro eu vou abordar. Nós é que garantimos a equidade dos Estados. A outra Casa – por isso é bicameral – é diretamente proporcional à população. Quanto mais gente tem mais representantes, os Deputados. Então, bastaria dizer que, se juntassem São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – eles são a maioria –, eles ficariam com todo o Orçamento, com toda a riqueza. Aqui, não. Aqui, a Federação é garantida. Aqui está o nosso Piauí: eu, Heráclito e outro igual, os três representantes. Está aí Roraima hoje, esse bravo Senador Mozarildo, que já esperneou e gritou para não ficar reduzido à pobreza. Então, a gente tem que defender o nosso Estado. Isto eu faço com muito amor: defender o nosso Piauí.

E quis Deus... Está ali o outro bravo companheiro, Heráclito Fortes. Então, democracia é isto mesmo: crença e descrença, esperança e desespero.

Eu mesmo votei, em 1994, no Partido dos Trabalhadores, do Luiz Inácio, e no Governador do Piauí. Foi. Mas eu já pedi perdão ao povo do Piauí, do Brasil, não é? E cheguei até a rezar e a ensinar que três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Mas anuncia-se que Sua Excelência o Presidente da República, Luiz Inácio, vai ao Piauí lançar candidatos. Então, eu aproveito desde já, com um mês de antecedência – dizem que é cinco de março –, para dizer realmente que ele não tem culpa, não. O que faltou foi visão, visão. Ele foi muitas vezes, mandou muito dinheiro para lá, pelo que a gente vê dos jornais, viu, Adelmir Santana? Mas os aloprados de lá não aparecem. Tanto que os índices do Piauí decaíram todos. Quando eu governei aquele Estado, nós passamos todos os índices do Maranhão, alguns da Paraíba, do Rio Grande do Norte.

Então, desde já aqui no meu dever de reivindicar e acreditando ainda que, neste ano, o Presidente possa recuperar aquele sonho de todos nós, piauienses... Realmente, como foi discutido aí, o Governo Fernando Henrique Cardoso foi mais profícuo do que o dele, embora ele não tinha tido culpa. Faltou visão ao Governador.

Mas eu queria lembrar as coisas que poderíamos ainda neste último ano... Último ano não, agora já não temos mais ano não. Nós já estamos em fevereiro, faltando só dez meses. Mas temos tempo e nós mesmos somos médicos, fazemos nascer até uma criança – não é, Mozarildo? –, então vamos ver se nascem essas obras, Antonio Carlos Valadares.

Primeiro, o porto de Luís Correia. O Piauí tem 68 quilômetros de litoral, e eu e o Heráclito fizemos renascer, através de audiência pública, lá na Comissão de infraestrutura, dirigida pelo ex-Presidente Collor, a necessidade desse porto, que é secular.

Antonio Carlos Valadares, ele foi iniciado por Epitácio Pessoa, há quase cem anos. Mas eu, como sou cirurgião, Mozarildo, simplifico as coisas e, às vezes, dá certo. Juscelino Kubitscheck era um médico-cirurgião, como eu, de Santa Casa. E, às vezes, a gente rapidamente... O médico cirurgião é muito rápido.

Enquanto o Henri Fayol ensinou ao mundo os princípios de administração, unidade de direção e unidade de comando – planejar, dar orientação, coordenar e fazer o controle –, o cirurgião resumiu isso em três itens, que é a sua vida. Isso está no livro *Taylor, O Mago da Administração*.

Mozarildo, o pré-operatório, o transoperatório e o pós-operatório. O pré-operatório é o planejamento. O transoperatório é a obra em si. O pós-operatório é o controle. Então, está em cada gesto e na visão de um cirurgião. Por isso que dá certo a administração de muitos cirurgiões.

Mas eu queria dizer e ajudar o Luiz Inácio, que ele esquecesse um pouco os aloprados e nos ouvisse – nós que somos Senadores da República. Primeiro, transporte marítimo é um transporte de carga pesada, para longa distância. Não tem. Porque o Sarney foi Presidente, antes de mim, ele fez logo ali no Maranhão. Se fosse eu, tinha feito no Piauí. E, no Ceará, já vale por dois. Então, o Piauí está no meio, é equidistante.

Mas já está há 100 anos. Então, nós temos que tirar o lucro do prejuízo. Temos que terminar esse porto. Primeiro, é muito fácil ele fazer um terminal de petróleo. Em Paracuru, que é uma cidade perto de Fortaleza – eu fui lá e quando você for, é uma cidade balneária –, rapaz, a obra é muito simples.

São uns canos. O petroleiro fica distante. Entra e reserva de combustível.

Adelmir Santana, então, o petróleo do nosso litoral... Por isso o turismo lá vai mal, a indústria pesqueira... Ele sai de Fortaleza, vai para Teresina, no meio do Estado, e volta para o litoral, para Parnaíba. Ou então sai de São Luiz e vai para Teresina. Então é o mais caro. Os turistas penam. E a indústria do pescado, os barcos pesqueiros... É o petróleo.

Então, com um simples disso aí seria um avanço. No terminal petróleo vinha um porto pesqueiro, um porto misto para levar as cargas para esses portos maiores. Como Itaqui hoje é um dos maiores portos do Brasil, tem uma linha, um transatlântico que vai lá de São Luiz para Holanda, não é? E o Piauí teria uma perspectiva. Em vista disso, ressurgiria a estrada de ferro, acabada.

Alberto Silva foi apoiá-los porque eles prometeram que iria reativar. Dois meses, Parnaíba-Luiz Correa, 14 Km, e Parnaíba-Teresina, em quatro meses. Mentiram... Mentiram... Mentiram... Enganaram o nosso bom velhinho, o nosso Alberto Silva, engenheiro político, como ele dizia, e não trocaram nenhum dormente. Viu, Adelmir Santana? Por isso, o Alberto deu apoio a ele. Ele queria essa oportunidade para o Piauí. Mas ele está lá no céu, Adelmir Santana. Ninguém está livre de ser enganado, não é, Antonio Carlos Valadares?

As ZPEs... Heráclito Fortes, só conversa essa ZPE. Já pedimos juntos, acabou o prazo e eu e o Heráclito, por várias vezes, prorrogamos, mas não tem nem o terraço. Só conversa. Só mentira.

Uma Universidade do Delta, que o Heráclito sabe muito bem que tem um *campus* muito avançado, com estrutura, e que foi construído por João Paulo dos Reis Velloso. O nome é dele. Transformar numa universidade é rápido. E foi aprovado. Eles não fazem porque não querem, porque o projeto foi nosso, ouviu, Heráclito? Foi o Paulo Renato; do Senado, foi o Alvaro Dias, que deu o parecer favorável. Aprovamos aqui e foi para a Câmara; e o PT, lá, com inveja, inveja, inveja, à falta de luz, não faz! E o Paulo Renato – teve Deputados do PT que foram contra – pegou, defendeu e foi aprovado.

Então, defendemos essa Universidade do Delta como uma Faculdade de Medicina Federal, porque as que têm lá, Heráclito, a mensalidade é de R$ 3 mil, essas privadas. Então, quando governei, fiz as universidades do Estado, difundi, porque R$ 3 mil para um estudante nordestino não é mole, para um pai de família, viu, Adelmir Santana? Só a mensalidade. Os livros são muito caros, a manutenção, viu, Mozarildo?

Então, queríamos isso. E está toda aprovada, toda feita, toda legalizada. E foi o Paulo Renato, que é uma figura ímpar, Ministro da Educação do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Então, era isso. Não vá na onda desses aloprados, não, Luiz Inácio! Eu quero é ajudá-lo!

Não tem nada, não. Mas ele fica lá, com os bichos miúdos, com inveja. Aí, não sai!

Pontes! O Heráclito tem ajudado muito essa de Luzilândia. Tem a do sesquicentenário. Era para 150, em Teresina; está em 158. O Heráclito fez uma ponte em 100 dias, no mesmo rio, e eu fiz em 90 dias.

Eles passam anos e anos, e é uma ladroagem! Como é que pode! Nunca vi se roubar tanto na história do mundo! No mesmo rio, fiz uma ponte em 87 dias! É o rio Poty, viu, Adelmir Saltana? Essa está com mais 8 anos.

Luiz Inácio não tem culpa, mas ele tem que saber as verdades.

Outra: voo. A verdade é que estão um caos as linhas aéreas no País. Só um dado, Adelmir Santa. V. Exª é empresário, é o que está ajudando. Havia no Brasil uns 400 aeroportos. Hoje, só há 100 funcionando. Aquelas linhas pequenas que o os americanos chamam de "linhas mamárias", para ligar as pequenas às grandes, subsidiadas pelo grande... Na minha cidade, Parnaíba, que eles dizem ser internacional, não tem nem teco-teco! O Secretário de Cultura de lá, Professor Alcenor, fez um versinho que vou aprender, dizendo que lá só serve para pousar urubu, andorinha, esses bichos.

Em São Raimundo Nonato, só foi construído no computador. Só há no computador uma imagem.

Então, é tão grave, Adelmir Santana! E esse pessoal é despreparado mesmo. Estou aqui querendo ajudar. Isso aqui eu sei mesmo. Adelmir Santa, você, que é de lá – ele está sendo disputado se é piauiense ou maranhense –,

para ir de São Luís a Teresina –, a Medicina de Teresina é muito avançada. Faz-se transplante cardíaco. Coloquei aquele Estado na era dos transplantes.

Então, Adelmir Santana, se ele vai de São Luís para Teresina – olhe o mapa, Adelmir –, ele sai de São Luís, vem para Brasília, passa aí três horas no aeroporto e volta para Teresina. Se é um comerciante, que quer comercializar em São Luís, ele sai de Teresina – olha o voo –, vem de lá para Brasília, fica por aí e vai para São Luís. Antigamente, havia essas linhas mamárias. Isso é fácil. Fortaleza tem uma empresa...

Estou ensinando, quero ajudar, viu, Mozarildo? Como você. Mas eles são despreparados mesmo. Nunca vi! Olhe o tripé: mentira, corrupção e incompetência. Aí, deu no que deu no Piauí: o atraso.

Então, bem aí, em Fortaleza – Fortaleza é do lado, ali –, tem uma empresa: a Transporte Aéreo Fortaleza (TAF), do Ariston. É bom de negócio. Outro dia, eu e o Heráclito conseguimos a Ocean Air, mas o Governador andou, foi lá, usou e não pagou. Aí, o caboclo tirou a linha, Entendeu, Mozarildo? Eles não pagam, não. Os aloprados lá são ruins mesmo! Aí, tirou. Agora, pega essa TAF, que faria uma linha bem ali: Fortaleza-Sobral-Parnaíba, minha encantadora; Teresina-São Luís. Aí, voltava. Fiz isso, quando Governador. Agora, tem que ir lá, tem que ter credibilidade, que eles não têm mais, viu, Luiz Inácio? Por isso, estou fazendo esse apelo ao Governo Federal. Está bem ali a empresa.

É fácil resolver. Eles não têm mais é credibilidade.

Nunca deixou de passar avião na minha cidade. E isso não é só desde o meu Governo, não. Em todos, antes, havia avião. Agora, segundo o Professor Alcenor Candeira, tem um versinho: é só urubu, andorinha, mentira. E diz que é internacional!

A Companhia Energética foi um caos. Foi um caos! Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência mandou que me entregassem, e eu recebi, mas vi que aquilo ia para o caos, porque a roubalheira estava grande. Aí, não tenho nada com esse José Dirceu. Daqui, eu disse: Zé Maligno! No segundo Zé Maligno, ele mandou tirar o meu, mas eu queria era isso. Agradeço a José Dirceu, porque está uma roubalheira tão grande, entrou no caos, acabou, e ninguém nunca viu. É apagão todo dia, e o normal é apagão. Vi porque governei o Estado.

Primeiro, eles não deixavam colocar o negócio do PCPR, dinheiro lá, porque isso é para ONG, para roubarem. Eles não deixavam o homem que botei cobrar dos colégios, dos prédios do Governo. Nunca tirei o ICMS; deixava lá, para fazer subestações e investir na empresa, porque aprendi com Juscelino que governar é energia e transporte.

E eu, vendo que ia dar essa desgraceira, só tinha um jeito: eu tinha colocado um cara, tinha até mesada lá, um rolo. Daqui, fui o primeiro a chamar, quando Zé Dirceu era forte, quando era o "superzé". E eu, daqui: "Zé Maligno!" No segundo Zé Maligno, o Mercadante disse: "Você é doido? O homem vai te tirar." E eu, opa! Quando ele tirou, agradeci, porque, agora, fiquei com minha honra. Todo mundo sabe que com Mão Santa não tem nada disso. Ele botou, mas o Zé Dirceu... Então, tenho é que agradecer.

Luiz Inácio, a companhia energética está falida, está falida. É apagão. Estou falando aqui. Quero o líder do PT. Então, um mês pra isso! Ele nos premia antes de sair. Ele é muito votado, é querido. Votei, em 94, nele.

Outro: o Governador de lá chegou... Sabe por que eu o larguei? Porque, na primeira vez em que fui a uma solenidade, ele disse que ia fazer cinco hidrelétricas – cinco! – no rio Parnaíba. Estava ao meu lado o Presidente do PMDB hoje, Deputado Marcelo Castro. Aí, pensei: rapaz, mentir assim não dá! O Piauí tem uma banda de hidrelétrica. Como é que disse que ia fazer cinco? Cinco! E, depois, para agradar o Alberto Silva, ele disse que ia fazer uma no rio Castelo. Nada! E nós só temos uma banda da hidrelétrica, que serve ao Maranhão e ao Piauí, porque falta eclusa.

Então, Luiz Inácio, vamos terminar essa eclusa! Aí, o rio Parnaíba volta a ser navegável.

Agora, o Governador do Piauí, o "Sr. Mentira", disse que ia fazer cinco hidrelétricas e já está de saída. Uma no rio Parnaíba e uma no Poti, no Ceará.

Então, Presidente, por amor à verdade de Deus, pelo Piauí – você não tem culpa –, vamos ao menos terminar o que tem lá, a eclusa, para o rio ter navegabilidade. Já foi navegável no passado.

Outro: hospital universitário. Rapaz, lutei muito: Trindade. Essa era uma lida boa, era a melhor que tinha. Essa era mulher de vergonha. Ela morreu aqui, de pedir comigo e está lá. Não tem hospital universitário

Aí, enrolaram, fizeram só um ambulatório. É preciso isso, e oncologia. O Magnífico Reitor tem esse projeto.

Estrada do cerrado. O Piauí tem 11 milhões de cerrado, hein, Adelmir Santana? Você é o rei de lá, da região, não é?

Então, os gaúchos foram para lá, os de Santa Catarina, do Paraná, pessoas ricas que tinham tradição de agricultura, e foram os netos, não tinham mais terra, compraram e desenvolveram. Não é verdade, ô Adelmir? Levamos para lá, para Uruçuí, a Bunge, mas as estradas, nada. E os homens já estão voltando.

E outra: o Governador do Piauí, com pouca luz, míope, tem um projeto arrojado, está ouvindo, Adelmir Santana? Não se fala em refinaria, porque o Piauí não... Isso está na Petrobras. Presta atenção, Adelmir, que você entende das coisas, você é de lá.

Paulistana, sabe onde é, não é? Perto de Picos. Então, uma refinaria lá, porque a ferrovia levaria. Por que Paulistana? Porque o petróleo refinado é carente nas capitais do Norte e Nordeste. Então, Paulistana, que é no sul do Piauí, é equidistante de Boa Vista, em Roraima, do Mozarildo, do Botelho, equidistante ...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ... de Belém, equidistante de Manaus.

Vinte e dois. Foi bom, em dois minutos, dá para... Hein? Mas vou ser breve.

É equidistante de São Luís, de Fortaleza, de Teresina, de Natal, de João Pessoa e de Sergipe.

Então, realmente: "Não, mas no porto sai mais barato!" Sai.

Uma capital, em qualquer outro lugar, era mais barato ter ficado em Salvador, no Rio de Janeiro, mas Juscelino teve a ousadia e a visão de gastar mais e construir Brasília no coração do País, que se desenvolveu todo.

Então, isso aqui vindo, ô Luiz Inácio, é esse projeto que nós queremos, ver o time lá da mentira, da corrupção e da incompetência...

E uma fábrica de leite. O Piauí tem uma bacia leiteira considerável. Então, fazia-se uma bacia lá. A bacia do Delta tem uma indústria, tem um projeto. Quando eu era Governador, eram dois milhões. O Governo já tem lei aprovada, daria 40%. O Banco do Nordeste eu não consegui porque tinha problemas, mas isso pode ser resolvido com outra coisa ou com uma nova direção dessa Delta, que agora tem um administrador muito competente, José de Lima e Silva, e nós realizaríamos uma fábrica de pó. Imperatriz do Maranhão, ô Adelmir Santana, tem e beneficiaria a bacia leiteira, porque eles têm de vender logo o leite porque estraga, o leite em pó.

Então, são essas as palavras que nós tínhamos para pedir ao Luiz Inácio, para que veja isso aqui.

Quem é o Líder do PT aqui? Augusto Botelho, está aqui. Eu passo às mãos de V. Exª as reivindicações sérias do Piauí para o PT, para o nosso Luiz Inácio, porque ele vai daqui a um mês. Quero passar a V. Exª. Só diga que ele estude, que mande os técnicos. Aqui não tem nada de aloprado, picaretagem, negócio de corrupção, não.

É o Piauí sério que nós representamos.

Mas para terminar mesmo: Associação Brasileira de Imprensa, Rua Araújo Porto Alegre, Centro, Rio de Janeiro.

Estou com um documento, aqui, que recebi em meu gabinete:

"Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2010.

Caro Zózimo Tavares" – é aquele jornalista, o nosso Carlos Castelo Branco, que escreveu aquele livro que é um sucesso mesmo, *Atentai bem! Assim falou Mão Santa*. Ele recebeu esta carta da Associação Brasileira de Imprensa:

Caro Zózimo Tavares,

Atentai bem!, caro Zózimo, que recebi e agradeço o envio do exemplar de sua preciosa biografia do Senador Mão Santa, feita com rigor de dados e permeada de ponta a ponta pelo bom humor e pela irreverência, talvez, até, por influência do biografado, um dos mais singulares homens públicos do País.

Além de agradecer, quero cumprimentá-lo pela obra, feita, como diria Camões, com engenho e arte.

Abraço afetuoso do

Maurício Azêdo

Presidente [da Associação Brasileira].

Então, aquela obra, Adelmir Santana, eu quis comprar hoje, mas não tem mais no aeroporto. Eu tenho recebido muitos convites para lançá-la em Fortaleza, no Recife, em Mossoró, nas capitais do Nordeste. Aqui, foi um êxito, os Senadores compareceram. Em Teresina, eu tinha compromisso aqui e não fui, mas na minha cidade, Parnaíba, eu sou da Academia de Letras, foi uma festa boa. Em Oeiras, que é a ex-capital do Piauí, foi na Câmara Municipal, e na cidade do Zózimo, que é Água Branca, o Prefeito e o povo promoveram.

Então, nós queremos cumprimentar o jornalista, que, sem dúvida nenhuma, hoje, é um dos *best sellers* da nossa literatura.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Mão Santa, convidamos para fazer uso da palavra o Senador Adelmir Santana, pelo tempo regimental.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Sadi Cassol, Srªs e Srs. Senadores, venho, hoje, falar de um assunto que tem me incomodado bastante nos últimos tempos: o desenvolvimento econômico e social do País.

O Brasil talvez tenha sido o País que mais tarde entrou na crise econômica e está entre os que primeiro saíram dela. Essas são afirmações que ouço, com muita freqüência, de vários analistas. Mas isso significa que estamos prestes a entrar na lista de países em franco desenvolvimento? É a pergunta que faço.

Em artigo publicado neste domingo, no jornal *Folha de S.Paulo*, sob o título "Faltam Trilhos", o Pre-

sidente da Fecomércio de São Paulo, Abram Szajman, tece importante diagnóstico a respeito das evoluções e retrocessos que o Brasil enfrenta. Reproduzo-o em partes, neste momento, e peço que se o inclua, na íntegra, para que fique nos *Anais* da Casa este artigo de Abram Szajman, publicado na *Folha de S.Paulo* do dia 7.

Após comentar a passagem incólume do Brasil pela crise, a previsão de crescimento do PIB brasileiro de 5% ao ano e o prestígio brasileiro que resultou em destaque dos Brics e do G20 na escolha da sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas, em 2016, Abram Szajman diz:

"Em contraste com esse cenário idílico, porém, somos surpreendidos por imagens na televisão que por vezes parecem nos mostrar que 'o Haiti é aqui', como diz a canção de Caetano Veloso. São famílias inteiras soterradas sob os desmoronamentos causados pelas chuvas do verão, enquanto outras carregam, com água pela cintura, eletrodomésticos comprados à prestação e ainda não pagos, em desesperada tentativa de salvar das enchentes um patrimônio que é pequeno, mas fruto de tanto esforço."

Continuando, ainda, Abram Szajman:

"Longe de serem obras do acaso, essas e outras ocorrências – como o blecaute que escureceu vários Estados no ano passado, os constantes atrasos aéreos, as estradas esburacadas, as ferrovias sucateadas e os portos saturados – são heranças de décadas de falta de planejamento, execução e manutenção da infraestrutura urbana, energética e de transportes."

Abram Szajman, meu companheiro da Fecomércio de São Paulo, instituição que também presido aqui no DF, está certo. Estamos estacionados em todos esses itens indispensáveis para garantir o desenvolvimento de um país. As tragédias que nos levam a pensar nessas falhas nos chocam, mobilizam a opinião pública, motivam o Governo a falar em mudanças, melhorias, maiores investimentos, mas quando saem do foco da mídia, os problemas acabam esquecidos. E se repetindo meses depois.

Temos os últimos desastres aéreos, as enchentes em São Paulo, no Paraná, os deslizamentos em Ilha Grande e a seca no Nordeste para comprovar. Como diz Abram, em seu artigo, "já na década de 1940, o previdente líder empresarial Roberto Simonsen advertia que nenhum país cresce e aparece sem uma base que dê sustentação à sua produção e ao seu comércio externo." E nós continuamos como os mesmos gargalos identificados por Simonsen: fornecimento de energia elétrica, organização dos transportes, mobilização de várias fontes de combustíveis e criação de uma indústria de base.

Srªs e Srs. Senadores, ao longo de mais de sete décadas, só conseguimos avançar na indústria de base e no aumento das fontes de combustível.

Nenhum governante investiu em fortalecer o transporte sobre trilhos. Temos centenas de quilômetros de estradas férreas enferrujadas e sendo aos poucos abandonadas em todo o País. As cidades e estradas estão congestionadas, desgastadas pelo excesso de carros, ônibus, caminhões, e pela absoluta falta de planejamento e manutenção.

Ferrovias como a Norte-Sul, a Transnordestina e o trem-bala entre São Paulo e Rio permanecem no planejamento.

Programas como o PAC chamam a atenção porque dão visibilidade eleitoral ao governo, demonstram uma intenção de mudar, mas é preciso fazer muito mais para que nossas cidades tenham adequados serviços públicos; para que a população deixe de estar entregue à própria sorte.

É preciso uma educação de qualidade desde o ensino básico até o final da educação fundamental. É por isso que sou a favor da PEC do ensino integral. Temos, atualmente, três PECs sobre isso tramitando no Congresso Nacional: duas na Câmara dos Deputados, uma aqui no Senado.

Na Câmara dos Deputados, a PEC nº 317, de 2008, do Deputado Felipe Maia (DEM – RN) e a PEC nº 134, de 2007, de Alceni Guerra (DEM – PR), tramitam apensadas, aguardando prazo de emendas na Comissão Especial criada para avaliar a criação do atendimento integral no ensino fundamental.

Atualmente, a Constituição garante a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental, mas não especifica a jornada de estudos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a famosa LDB (Lei nº 9.394, de 1996), estabelece jornada de pelo menos quatro horas em sala de aula para o ensino fundamental, mas prevê que esse ensino seja ministrado progressivamente em tempo integral.

Por isso mesmo, aqui no Senado, o Senador Cristovam Buarque, meu colega aqui da representação do Distrito Federal, tenta dar a sua contribuição, sugerindo uma alteração à Constituição Federal para garantir a nacionalização e a qualidade da educação básica.

Na prática, a PEC 74, de 2005, de autoria do Senador Cristovam, restabelece o atendimento integral para o ensino básico, torna obrigatório o ensino gratuito até o ensino médio, o que engloba brasileiros com até 17 anos, e cria a Poupança Educacional do Brasil.

Tenho a honra de ser o Relator dessa proposta na CCJ. Já apresentei meu relatório favorável com quatro emendas que apenas tentam aperfeiçoar a proposta.

As alterações envolvem diversos aspectos que estão diretamente relacionados à melhoria da qualidade da educação básica em todo o território nacional e a uma maior equalização das oportunidades educacionais entre as diferentes regiões do País.

A educação é luz; ignorância é a escuridão. A quem interessa uma má educação? É incompreensível perceber que ela ainda não é a prioridade dos governos. Somente a educação permite ao cidadão ter a oportunidade de escolha do seu destino, sob todos os aspectos: político, social e econômico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Ás vésperas do evento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, vemos como uma boa educação faz falta. Nossos jovens não estão preparados para recepcionar turistas do mundo todo. Temos uma tarefa inglória: recuperar, em poucos anos, falhas do ensino de décadas.

Em países de menor importância que o Brasil, jovens falam até três idiomas, antes mesmo de entrar na faculdade. É lei no Líbano.

A necessidade de adotar um amplo conjunto de medidas para induzir à melhoria da qualidade da educação básica pública é indiscutível, é urgente.

É por isso que defendo o ensino integral. Com ele, será possível garantir alterações de conteúdo programático, dar maior eficiência ao ensino público, educar o nosso povo. Não devemos implantar a escola integral apenas objetivando manter o aluno no ambiente escolar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – ... mas aproveitar para revolucionar os conteúdos escolares e a própria profissão de professor.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Adelmir Santana...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Se o senhor me permitir, Senador Mão Santa, vou só concluir esse raciocínio e darei a palavra a V. Exª.

É por isso que defendo o ensino integral, como eu disse. A educação formal será complementada por atividades culturais e educacionais desenvolvidas no chamado contraturno, atingindo a maioria dos alunos de baixa renda, que carecem dessa oportunidade.

Precisamos fazer da educação uma das lutas principais do nosso País. Penalizar os educadores que não cumprem suas metas de educação, mas principalmente conscientizá-los da sua importância. Assim, criamos um ciclo virtuoso:

administrador educado e consciente, educação com prioridade e qualidade. Bom para o País e bom para a democracia brasileira!

Outro setor que merece atenção de todos nós é o empreendedorismo. Temos lutado por melhorias para os empreendedores brasileiros. Garantias para impedir a estagnação, diminuir o número de empresas que fecham as portas e para acabar com a informalidade.

Prova disso é o Empreendedor Individual. Uma vitória conquistada em uma das alterações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, da qual eu fui relator aqui no Senado, e que contou com apoio dos Srs. Senadores, Deputados, sociedade civil organizada, as entidades ligadas ao empreendedorismo, como Sebrae, a Fenacon, para citar apenas essas duas.

Juntos, criamos essa nova figura que garante a formalização de todo o trabalhador por conta própria, que, assim, passa a ter a inclusão de auxílio-doença, pensão, enfim, todos os benefícios da Previdência.

Não estou aqui, vejam bem, Srs. Senadores, apresentando nenhuma novidade. Estou falando de algo que já está em funcionamento desde julho do ano passado, mas que hoje, finalmente, alcança o País inteiro, que é a questão do Empreendedor Individual. Depois de muitos gargalos, muitos problemas, conseguimos colocar o novo Portal do Empreendedor no ar e podemos continuar a meta de alcançar um milhão de trabalhadores de maneira formalizada em todo o País, no primeiro ano.

Concedo aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Adelmir Santana, V. Exª faz um pronunciamento muito feliz, porque relembra a necessidade de educação. E nós sabemos que este é um País novo, as instituições são novas.

E nós fomos colonizados pelos portugueses. Só uma elite, para aprender, tinha que ser lá. Ia para Portugal para ser doutor, e depois... É limitada. Enquanto isso, os espanhóis mandaram ali para Lima, em um mil quinhentos e tanto, para V. Exª ter uma noção, a primeira universidade. É lá no Peru, a de São Marcos. E nós somos tão retardatários, tão retardatários... Agora, essa verdade, que é oportuna, a gente tem que levar com seriedade. Porque a Grécia é grandiosa por isto: Péricles, na democracia fez a constituição, na praça, a ágora, com o povo, e lá a constituição dizia que o ensino era obrigatório. E aí você vê que a Grécia é que deu a luz. Foi lá que surgiu o Pai da minha Medicina, o Hipócrates; foi lá que surgiu o Sófocles, o Pai do Meio Ambiente – se hoje nós estamos falando e cobrando, ele já dizia que há muitas maravilhas na natureza, mas a maior maravilhosa é o ser humano –; então, foi lá o da farmácia – e V. Exª é um empresário

brilhante –, o Galeno; foi de lá o Platão, com os fundamentos da política; o Aristóteles, e tudo... Mas é na educação. Então, V. Exª... Rui Barbosa ficou célebre na nossa educação porque ele dizia: oração e trabalho, e V. Exª diz: educação e empreendedorismo. Quer dizer, V. Exª repete, com outras palavras, aquele anseio, aquela inspiração e aquele sonho de Rui Barbosa. Ele foi... Oração e trabalho, ele empregava, ele ensinava. Daí o livro *Oração aos Moços*, que foi um dos últimos discursos que ele fez. V. Exª cria, alerta e revive este sistema básico: educação e empreendedorismo.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte de V. Exª.

Sr. Presidente, queria dois minutos, para concluir.

Falando ainda em empreendedores individuais, o Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação que conseguiu formalizar esses trabalhadores e já alcançamos mais de 75 mil formalizados somente nos Estados que conseguiram entrar no sistema.

Senhoras e Senhores, vejam bem, estou falando de pessoas que são feirantes, costureiras, vendedores, pipoqueiros, centenas de atividades que antes estavam abandonadas, esquecidas pelo Governo Federal. Isso é mudança, isso é luta. É disso que precisamos.

Com bem diz Abram, em seu texto:

> *"O trem do desenvolvimento econômico e social não se move por meio de discursos. Para isso faltam trilhos, tanto no sentido figurado como no sentido literal."*

Vamos construir esses trilhos. Depende de nós, representantes da população no Congresso, desobstruir nossos caminhos para o crescimento, pressionar nossos governantes por políticas públicas mais justas. Os brasileiros precisam de nós.

Portanto, Sr. Presidente, peço que seja incluído nos Anais da Casa, de forma integral, o artigo de Abram Szajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Presidente dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac de São Paulo, Presidente do Conselho Regional do Sebrae de São Paulo, meu companheiro, já que sou também sou Presidente da Confederação do Comércio aqui, do Sesc e do Senac.

Fiquei muito orgulhoso do seu artigo e por isso peço que conste dos Anais da Casa, como integrante do meu discurso nesta tarde.

Não estou aqui, vejam bem, mais uma vez, para alardear desesperos, mas para chamar a atenção para o fato de que é preciso que estejamos focados no processo de inovação, para que o País avance.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADELMIR SANTANA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Faltam trilhos!

ABRAM SZAJMAN

APÓS PASSAR incólume pela crise financeira internacional, o Brasil é apontado pela unanimidade dos analistas como um dos principais líderes na retomada do crescimento da economia mundial.

Internamente, a previsão é de que o PIB volte a crescer em ritmo superior a 5% ao ano, mantendo o processo de redução da pobreza e inclusão de milhões de pessoas nos mercados de trabalho e de consumo.

Por essas conquistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não apenas desfruta de índices inéditos de popularidade entre os brasileiros como também recebe prêmios e homenagens internacionais. Todo o prestígio acumulado pelo país contribuiu para que se destacasse no âmbito dos Brics e do G20 e ainda fosse escolhido como sede da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

Em contraste com esse cenário idílico, porém, somos surpreendidos por imagens na televisão que por vezes parecem nos mostrar que "o Haiti é aqui", como diz a canção de Caetano Veloso. São famílias inteiras soterradas sob os desmoronamentos causados pelas chuvas do verão, enquanto outras carregam, com água pela cintura, eletrodomésticos comprados à prestação e ainda não pagos, em desesperada tentativa de salvar das enchentes um patrimônio que é pequeno, mas fruto de tanto esforço.

Longe de serem obras do acaso, essas e outras ocorrências — como o blecaute que escureceu vários Estados no ano passado, os constantes atrasos aéreos, as estradas esburacadas, as ferrovias sucateadas e os portos saturados — são heranças de décadas de falta de planejamento, execução e manutenção da infraestrutura urbana, energética e de transportes.

Se por um lado já está definido aonde o Brasil pode e quer chegar — ao topo da liderança mundial —, resta saber como iremos até lá

Vez por outra, quando há uma tragédia que apenas evidencia o descalabro, como os grandes desastres aéreos, as autoridades vêm a público anunciar que vão fazer e acontecer para organizar o setor. Passa o tempo, a imprensa esquece o assunto e os passageiros continuam martirizados em bancos estreitos no interior das aeronaves e fora delas, nos poucos e defasados aeroportos que não conseguem atender com qualidade um movimento sempre crescente.

Já na década de 1940, o previdente líder empresarial Roberto Simonsen advertia que nenhum país cresce e aparece sem uma base que dê sustentação à sua produção e ao seu comércio externo. Dos gargalos que ele identificava — fornecimento de energia elétrica, organização dos transportes, mobilização de várias fontes de combustíveis e criação de uma indústria de base —, só os dois últimos foram razoavelmente desobstruídos ao longo de mais de sete décadas.

Na questão dos transportes, tanto urbano como de carga, estamos na situação oposta a que se encontrava o governo de Washington Luís (1926-1930), para quem "governar era abrir estradas".

Naquela época, o país inteiro tinha menos de 100 mil automóveis. Hoje, com nossas cidades e estradas congestionadas pelo transporte sobre pneus, poderíamos dizer que governar é assentar trilhos, sejam de metrô, de trens metropolitanos ou de carga.

Porém, enquanto ferrovias como a Norte-Sul, a Transnordestina e o ansiado trem-bala entre São Paulo e Rio permanecem como miragens, o metrô paulistano avança a passos de cágado, com a implementação de apenas 1,5 km por ano desde o início de sua construção, em 1968.

Inexiste uma ação coordenada entre os três níveis de governo, responsáveis pelas questões de infraestrutura, para o equacionamento dos problemas mais agudos, o que se verifica tanto no episódio das enchentes que assolam o Sul e o Sudeste como na crônica seca do Nordeste.

Para além da visibilidade eleitoral que possam ter programas como o PAC, é preciso fazer muito mais para que nossas cidades — onde efetivamente vivem as pessoas e onde acontecerão os jogos da Copa e da Olimpíada — deixem de parecer acampamentos medievais, sem lei e sem adequados serviços públicos, com a população entregue à própria sorte.

Esse é o debate que precisa prevalecer na campanha eleitoral que se avizinha. Se por um lado já está definido aonde o Brasil pode e quer chegar — ao topo da liderança mundial —, resta saber como iremos até lá. O trem do desenvolvimento econômico e social não se move por meio de discursos. Para isso faltam trilhos, tanto no sentido figurado como no literal.

ABRAM SZAJMAN, 70, empresário, é presidente da Fecomércio-SP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), dos conselhos regionais do Sesc (Serviço Social do Comércio), e do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Adelmir Santa, convidamos para fazer uso do palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo tempo regimental. Logo após, o Senador Augusto Botelho, pela inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, eu cheguei aqui neste Senado no ano de 1995, eleito através de uma coligação de Partidos de esquerda, onde constavam, dentre outros o PT, o PSB, o PDT e o PCdoB.

O nosso candidato, o Presidente Lula, em 94, perdeu as eleições, e quem ganhou foi Fernando Henrique Cardoso. Por isso que, em aqui chegando, mantive a minha coerência, como sempre fiz ao longo da minha vida.

Passei a fazer, neste Senado, uma oposição construtiva, uma oposição destituída de qualquer radicalismo contra o então Presidente Fernando Henrique Cardoso. No Governo, ele aparecia como um Presidente cordial, tendo os seus erros e os seus acertos. Nos erros, ele era tenazmente combatido aqui. Tratava os seus adversários com urbanidade, sem irritação, sem menosprezos. Tanto isso é verdade que durante todo o seu Governo, em oito anos, eu só fui ao Palácio do Planalto uma vez. Eu participava da Mesa do Senado e, ao lado de Ramez Tebet, que era o Presidente desta Casa, fomos fazer uma visita a Fernando Henrique Cardoso, já ao apagar das luzes do seu Governo. Estava ali um Presidente da República que eu havia combatido durante oito anos seguidos e mantive, naquele contato, uma conversa totalmente amistosa. E tive a melhor das impressões sobre a figura ilustre do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas hoje, Sr. Presidente, talvez levado pela emoção de uma prévia eleitoral, o Presidente Fernando Henrique Cardoso saiu das estribeiras, saiu do normal. Perdeu, num determinado instante, a tranquilidade que Sua Excelência sempre transpareceu ao longo da sua carreira política, principalmente respeitando os seus adversários.

Eu li na imprensa, decepcionado e frustrado, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso havia chamado a pré-candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, de boneco e que o Presidente Lula era um verdadeiro ventríloquo, através do qual falava a sua pré-candidata.

Eu acho que isso é uma falta de respeito. E eu não esperava isso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, como eu disse, sempre foi um homem cordial, respeitoso. Mas que emoção o teria levado a esse equívoco? Por que mudou a sua cabeça, de um dia para o outro, e passou a fazer uma agressão intempestiva a uma sua adversária política que o trata com o maior respeito e consideração? O fato de haver uma comparação entre governos?

O fato de haver uma comparação entre governos? Ora, se entre companheiros de um mesmo partido há uma comparação, o que considero salutar, até para melhorar a vida do cidadão, a evolução da sociedade, imagine um comparativo entre governos adversários, entre políticos adversários. Tem de haver. Essa comparação é mais do que democrática, é necessária ao aperfeiçoamento da gestão de governo, à melhoria da qualidade de vida da nossa população e a novas conquistas que precisam ser conseguidas pelos nossos governos. De modo que o fato de que o Presidente Lula, a Dilma Rousseff ou qualquer um de nós venha a fazer comparativos entre o Governo atual e o Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, não constitui nenhum desdouro. Antes, pelo contrário. Quando fazemos um comparativo, estamos também ajudando o adversário naquilo que atacamos como erro que fora cometido no passado.

Por exemplo, é sabido, é público e notório, e aí não vai nenhuma ofensa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ele mergulhou por um caminho que considerei totalmente equivocado. Quando o seu Governo estava já no apagar das luzes do primeiro mandato, ele resolveu empunhar a bandeira da sua própria reeleição.

Esse é um histórico que não podia fazer parte da carreira política de um homem como Fernando Henrique Cardoso. No entanto, todos os meios suasórios possíveis e imagináveis foram utilizados para a obtenção da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, eu sei que foi. O seu segundo mandato, que poderia não ter acontecido, e ele passaria para a história como um Presidente que preservou uma tradição brasileira de quatro ou cinco anos de mandato sem reeleição; hoje ele seria realmente uma figura, do ponto de vista histórico, intocável.

Entretanto, quando ele não mais exerce o mandato, mas é um dos mais lídimos atuantes do PSDB, vem a público, para jogar ofensas a torto e a direito, sem avaliar as consequências e os efeitos de suas palavras, já que se trata de um homem vivido, experimentado e que tinha e tem o respeito de todos nós.

Também S. Exª não vai ofender-se, se nós falarmos que foi durante o seu governo que o Brasil quebrou.

Em 1999, o Brasil atingiu o clímax de sua debacle financeira. Quem não se lembra de que as reservas do Brasil caíram de US$70 bilhões para quase US$30

bilhões? O Brasil só não quebrou mesmo, de verdade, porque, como dizem os brasileiros, Deus é brasileiro.

O Brasil ficou, então, totalmente desguarnecido com a sua economia, sem reservas e com a credibilidade lá embaixo, com os investidores correndo do nosso País. Se compararmos hoje, temos reservas internacionais que atingiram US$240 bilhões, mais de oito vezes as reservas de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República.

Foi durante o seu Governo, Presidente, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que aconteceu um fato inusitado: o Senado Federal aprovou a famosa CPI dos Bancos, porque bilhões de dólares sumiram do Brasil em virtude de

fraudes acontecidas em bancos como o Econômico, o Nacional. E eu propus uma CPI, para apurar aquelas irregularidades, aquelas fraudes. Sabe o que aconteceu? O Sr. Fernando Henrique Cardoso tudo fez para derrubá-la, mas a CPI aqui foi aprovada. Foi aprovada no Plenário, foi instituída, eleito o Presidente, eleito o Vice-Presidente, e o Presidente da República entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, para impedir o funcionamento da CPI. Nós queríamos saber as mazelas que aconteceram com o beneplácito do Banco Central e do Governo Federal com relação aos escândalos financeiros que foram denunciados pela imprensa, por meio dessa CPI.

E o que aconteceu? O Senado perdeu por um voto: Maurício Corrêa. Por um voto, repito, perdeu a realização de uma CPI, para investigar os bancos no Governo Fernando Henrique Cardoso, um equívoco cometido por ele. Quem sabe, a regularização do sistema financeiro do Brasil teria acontecido muito mais rápido, se essa CPI tivesse sido realizada e as investigações feitas na forma da lei e do Regimento Interno do Senado Federal.

Também acho que o Presidente não vai ofender-se, nem chamar mais ninguém de boneco, se eu disser que ele empreendeu um sistema de depredação do patrimônio público nacional. Foi durante o seu Governo que se vendeu a Vale do Rio Doce a preço de banana, uma das maiores companhias do Brasil.

Só não vendeu a Petrobras... Não foi por nada, não, Sr. Presidente. Quase que seria vendida. Quando veio para o Senado a emenda à Constituição da quebra do monopólio, eu apresentei uma emenda à Constituição que foi aprovada pela Comissão de Justiça, e ela já estava no Plenário para ser aprovada, proibindo-se, terminantemente, a venda da Petrobras. Foi então que Fernando Henrique Cardoso, com receio de a própria queda do monopólio ser derrubada aqui no Senado ou mesmo de o projeto voltar para a Câmara dos Deputados, retardando os seus planos de privatização, mandou uma carta para o então Presidente do Senado e para todos os Senadores – inclusive recebi essa carta –, comprometendo-se a não vender a Petrobras, enquanto fosse Presidente da República.

Bem, aí quero fazer justiça: o Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu a palavra, não vendeu a Petrobras, mas ameaçou; teve vontade, mas não conseguiu, assim como fez o governo da Argentina mais ou menos na mesma época.

Eu gostaria também que o Presidente não se ofendesse com o fato de as taxas de juros no Brasil teriam ido para a estratosfera no seu governo, passado de 22% para 34% ou 35%. Não foi no Governo do Presidente Lula; foi no dele.

Isto é, o Brasil, no governo passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi o campeão de juros do mundo inteiro, empunhou a bandeira da quebra de empresas que passaram a encontrar dificuldades no mercado para tomar empréstimos. Em comparação, hoje, as facilidades de crédito são tremendas no BNDES, no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste. O Pronaf funciona a contento, a agricultura familiar. Milhões e milhões de empregos são gerados hoje por meio do quê? Do crédito bancário baixo, ou seja, taxas de juros baixíssimas, uma das menores taxas de juros que o Brasil já obteve. Isso aconteceu no Governo do Presidente Lula.

Portanto, Sr. Presidente, para não tomar o tempo dos oradores que vão falar depois de mim, eu gostaria de dizer aquilo que Senador Alvaro Dias falou: vamos fazer uma campanha equilibrada. E que haja comparações; que ninguém seja proibido de comparar, porque, do contrário, não estaremos vivendo em uma democracia.

É o regime do eu sozinho? Só um lado pode falar? Os predicados estão só de um lado e os defeitos, do outro? Não. Reconhecemos que há falhas no nosso Governo, mas as virtudes superam os defeitos. O Governo que se diz democrático tem de aceitar com galhardia, elogiando, até aplaudindo os seus críticos, porque estes servirão de balizamento para a melhoria das atividades governamentais.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Sadi Cassol, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Antonio Carlos Valadares, de vida política brilhante. Foi ex-Prefeito, ex-Governador e um dos mais brilhantes Senadores da República.

Convidamos, agora, para uma comunicação inadiável, o Senador Augusto Botelho, que representa Roraima e é do Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, na última sexta-feira, o Ministério Público de Roraima chegou à maioridade: completou 18 anos de existência. A comemoração oficial do aniversário acontecerá no dia 26 de fevereiro, em Boa Vista, mas quero aproveitar a sessão de hoje para prestar uma homenagem daqui do Senado ao órgão que tanto contribui para o crescimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, o Ministério Público de Roraima foi criado em 5 de fevereiro de 1992, com o objetivo de atender aos anseios da sociedade roraimense e de todas as classes sociais existentes em nosso Estado, das pessoas que procuram os serviços oferecidos por essa instituição, na defesa dos direitos dos cidadãos.

Sabemos que o Ministério Público, com fundamento na Constituição Federal, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais, individuais e indisponíveis.

Foi graças à Constituição de 1988, que consolidou o regime democrático no Brasil, que a luta pelos direitos humanos passou ser a luta pela efetiva implementação dos direitos adquiridos através da nova Carta.

A partir daí surge um novo perfil no Ministério Público, como importante defensor dos direitos do cidadão. Está lá no art. 127 da Constituição Federal:

> *"O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais indisponíveis".*

Em outras palavras, o Ministério Público é o fiscal da lei e do cumprimento da lei pelo governo, o representante dos cidadãos no Judiciário, a instituição que atua para defender a democracia. E também os interesses sociais e individuais indisponíveis são, por exemplo, o meio ambiente, o patrimônio público, o direito à vida, à educação, à saúde e à educação.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, também de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto, eu quero me associar às palavras de V. Exª, parabenizando o Ministério Público do nosso Estado e quero dizer que, como Constituinte, fiquei muito feliz de ver primeiro a transformação de Roraima em Estado, depois a implantação dos órgãos próprios, como, no caso, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público. Muita gente pode não perceber, mas quem se atentar ao que era Roraima antes como território e vê hoje Roraima como Estado vê a diferença, por exemplo, na atuação do Ministério Público, que é atuante, vigilante e, portanto, defende esses direitos que V. Exª bem especificou, e é indispensável para que, de fato, se faça justiça e se tenha a fiscalização da boa aplicação da lei. Parabéns, portanto, pela iniciativa do pronunciamento. E, por intermédio de V. Exª, quero me associar aos cumprimentos ao Ministério Público do Estado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Nós, que somos de Roraima e sabemos como eram as coisas antes no Estado, vimos a importância do nosso Tribunal de Justiça. A justiça agora chega às pessoas. Ainda estamos lentos. Queremos melhorar a qualidade, a agilidade da justiça, mas está muito diferente. Pode-se dizer que está 10 mil vezes melhor do que era na época em que éramos território.

Com a Carta de 1998, o papel do Ministério Público foi significativamente alterado. A instituição passou a ter vida própria. Ganhou, por exemplo, o direito de propor na Justiça a ação civil pública, que serve para defender os direitos e interesses da coletividade. O MP deixou de ser o advogado do Estado para se tornar o advogado da sociedade.

Também conseguiu independência e autonomia.

Srªs Senadoras, Sr. Senador Mão Santa, Presidente, Senador Mozarildo, Senador Cassol, passados 18 anos, já foram realizados sete concursos públicos para o provimento de cargos de promotores e três para servidores do Ministério Público Estadual de Roraima. No último concurso, realizado em julho de 2008, o MPE empossou sete novos promotores para atuar junto às comarcas de Boa Vista, Caracaraí, São Luiz do Anauá, Mucajaí, Rorainópolis, Alto Alegre e Pacaraima. Hoje o Ministério Público é composto por 41 membros, dentre eles sete procuradores e 34 promotores de Justiça.

Outro grande passo foi a inauguração do novo prédio da Instituição Ministerial denominado "Espaço da Cidadania", criado para abrigar todas as Promotorias de Justiça com demandas tipicamente sociais, entre elas a Promotoria de Defesa da Infância e Juventude, a Promotoria de Defesa do Consumidor e Cidadania, a Promotoria do Meio Ambiente e a Promotoria da Família. Temos também uma promotoria para defender os Portadores de Necessidades Especiais e Idosos e a Promotoria de Defesa do Direito à Educação. Desde que abriu suas portas, foram atendidas no Espaço da Cidadania mais de sete mil pessoas.

Durante todo o ano de 2010 serão promovidas várias atividades alusivas ao aniversário, como: audiências públicas com temáticas relevantes à sociedade, palestras para os acadêmicos e operadores do Direito, eventos de lazer visando à integração do Ministério Público Estadual com a sociedade roraimense. Farão também uma *blitz* educativa e anda uma ação social comunitária no encerramento das comemorações.

Por tudo isso, quero parabenizar o Ministério Público de Roraima pelos seus 18 anos de existência, na figura da atual Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, a doutora Cleonice Andrigo Vieira. Quero parabenizar também todos os servidores e servidoras do Ministério Público Estadual pelos bons serviços prestados à população roraimense – a nossa chefe do Ministério Público é uma procuradora.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, para não deixar passar o dia da maioridade do nosso Ministério Público em branco aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o representante do Estado de Tocantins, do Partido dos Trabalhadores, Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente Mão Santa, demais Senadoras e Senadores, nesta segunda-feira, eu venho à tribuna para fazer um registro de uma festa muito bonita que aconteceu no sábado lá em Palmas. Mas, de um lado, também um pouco triste, porque a festa era destinada à despedida do Primeiro Arcebispo da nossa capital, o Primeiro Arcebispo do Estado de Tocantins, Dom Alberto Taveira Corrêa.

A sociedade toda de Palmas, do Tocantins, vai sentir muito essa transferência pelo trabalho bonito do Dom Alberto. Quando ele chegou, Presidente, em Palmas, há 14 anos, só tinha um padre.

Veja o trabalho de implantar todo um serviço da igreja, da comunidade, onde não tinha a mínima estrutura, não tinha uma igreja sequer – apenas alguns locais se definiam para as orações e a celebração da missa. Dom Alberto chegou como primeiro arcebispo do Tocantins. Em 14 anos, hoje tem mais de 20 paróquias a capital, Palmas, e mais de 50 padres, inclusive com seminários também. Ele foi transferido para Belém do Pará. Vai assumir a diocese de Belém do Pará.

Quero fazer esse registro de agradecimento a Dom Alberto pelo trabalho desenvolvido na nossa capital, no Estado do Tocantins, um trabalho silencioso, muito humilde, muito competente, muito persistente. Ele marcou profundamente a sua estada em nossa capital. Tive oportunidade, há cinco anos, quando era Vereador da capital, de dar um título de cidadão palmense a Dom Alberto pelo trabalho brilhante que vinha e vem desenvolvendo na nossa capital.

Portanto, quero que fique registrado nesta Casa esse nosso reconhecimento, em nome da comunidade tocantinense, pelo brilhante trabalho de Dom Alberto na nossa capital. Desejar a ele todo sucesso possível na nova diocese de Belém do Pará, onde, com certeza, com a mudança de 200 mil habitantes de Palmas para dois milhões em Belém do Pará, terá muito trabalho também. Aquela comunidade, com certeza, vai precisar muito do trabalho de Dom Alberto, porque ele é muito competente, muito operante.

E, com certeza, aquela comunidade também vai sentir o reflexo do bom trabalho que será implantado lá.

Então, quero parabenizar o povo do Pará, especialmente de Belém, por estar recebendo uma figura tão importante da Igreja Católica, mas não só por ser da Igreja Católica, uma figura tão importante para a sociedade lá de Belém e do Pará, que, com certeza absoluta, em pouco tempo irá movimentar aquela sociedade, cada vez mais em benefício da própria comunidade.

Então, os nossos agradecimentos a Dom Alberto por tudo o que fez na nossa capital, no nosso Estado, desejando sucesso e bem-estar na nova missão a que foi conduzido lá em Belém do Pará. Portanto, deixo este registro nesta Casa, para que fique registrado o nosso reconhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há dois oradores inscritos. Peço informação aos secretários executivos aqui, que são muito eficientes, José Roberto e João Pedro. Estão inscritos Valdir Raupp e Heráclito Fortes – se eles pretendem usar da palavra.

Tem algum expediente para lermos enquanto eles chegam?

Este é o Senado da República do Brasil. Esta é a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A Presidência comunica às Srªs e aos Srs Senadores que o período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 10 do corrente, quarta–feira, será destinada a marcar a mobilização e as atividades do primeiro dia e da primeira Semana Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, nos termos do Requerimento nº 35, de 2010.

Hoje, às 11 horas, houve uma sessão especial em que o Senado da República comemorou o Dia Nacional do Aposentado. Às 14 horas, foi iniciada esta sessão não deliberativa, em que usaram da palavra

os seguintes Senadores: Marco Maciel, José Nery, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Alvaro Dias, Mão Santa, Adelmir Santa, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho e Sadi Cassol.

Nada mais havendo a tratar... A não ser que alguém chegue e dê alguma informação, se ainda quiserem usar da palavra os oradores inscritos...

Senador Paulo Paim. Depois de grande esforço de ter feito uma bela reunião, comemorando o Dia do Aposentado, volta ao plenário o Senador Paulo Paim, que representa o Partido dos Trabalhadores. Ele é do Rio Grande do Sul, mas, sem dúvida nenhuma, a sua dedicação fez com que ele não fosse uma figura querida e amada somente pelos gaúchos, mas por todo o Brasil.

Pode usar da palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Cassol, Senadoras e Senadores, de fato, Senador Mão Santa, V. Exª presidiu, hoje pela manhã, uma sessão histórica para uma segunda-feira. Muitas pessoas duvidavam que, numa segunda-feira, os aposentados e pensionistas de todo o Brasil estariam aqui em Brasília. Acho que foi a sessão mais concorrida em matéria de presença dos interessados: galeria lotada, plenário lotado, aqui, o espaço dos convidados, mesmo a tribuna da imprensa, o cafezinho, os corredores.

Eu diria que cerca de novecentos homens e mulheres de cabelos brancos, representando suas respectivas entidades, estiveram aqui: Sindifisco, Anfip, Fenafisp, Centrais Sindicais, Confederações, Sindicatos, Cobap. Muitas delegações vieram de ônibus, outros vieram de carro, alguns são daqui de Brasília, outros vieram em aviões com um único objetivo: demonstrar ao Congresso Nacional que os aposentados e pensionistas reconhecem, meu amigo Senador Cassol, que o Presidente Lula está fazendo um grande Governo.

Eu mesmo, daqui, mostrei dados sobre ações governamentais que sei que eles conhecem e respeitam. Mostrei a importância do Luz para Todos; mostrei a importância do Bolsa-Família, que hoje beneficia mais de doze mil famílias; mostrei que, no campo do emprego, no Governo Lula geramos 11,5 milhões de novos empregos: tínhamos em torno de 29,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada e hoje temos 41 milhões de trabalhadores com carteira assinada; mostrei que, entre os países do G-20, somente o Brasil concedeu aumento real para os trabalhadores, e foi da ordem de 4,5%; mostramos aqui que, no ensino técnico, o que o Presidente Lula fez não foi feito em cem anos pela elite brasileira – saiu de algo em torno cento e poucas escolas técnicas para, até o fim do governo, mais de trezentas escolas técnicas, um crescimento em torno de 100% até o fim do governo em matéria de escola técnica neste País; mostramos aqui o que crescemos no campo das universidades; mostramos aqui os investimentos na área de habitação; mostramos aqui o que vai ser o Minha Casa Minha Vida, um milhão de casas; falei aqui de uma obra cuja inauguração tive a alegria de acompanhar ao lado do Presidente Lula e da Ministra Dilma neste fim de semana lá no Rio Grande do Sul, que é o Ceitec, obra que está concluída – é a maior fábrica, a única fábrica aliás, de *chips* de toda a América Latina, com condição, lá em Porto Alegre, de produzir até cem milhões de *chips* por ano –; falei da importância do investimento na rede de esgoto – participamos de evento na cidade de São Leopoldo; falei aqui também de um grande evento do Dante Baroni com a Ministra Dilma, com o Ministro Tarso e outras personalidades, com a presença de prefeitos, vereadores e sindicalistas, um evento suprapartidário no qual, após a exposição sobre o PAC – o Ministro Tarso falou de seu trabalho no Ministério da Justiça –, a Ministra Dilma foi aplaudida de pé. Falei tudo isso, Senador Cassol e Senador Mão Santa, fiz esses relatos e apresentei os números que aqui descrevi.

No fim, eu disse que avançamos, que demos um pequeno passo na questão dos aposentados. Se aumento correspondente a 50% do aumento registrado no PIB se reflete no salário dos aposentados a partir de 1º de fevereiro, isso foi fruto dessa grande mobilização. Queremos, e naturalmente estamos trabalhando para isso, chegar aos 100% do PIB, queremos mudanças profundas no Fator Previdenciário. O que quis com isso demonstrar é que os aposentados e pensionistas do Brasil reconhecem...

E falei, inclusive, que o jornal *Le Monde* e o *El País*, um da França e outro da Espanha, consideraram o Presidente Lula o homem do ano. Eu terminei dizendo que, resolvendo essa questão ainda encrencada dos aposentados e pensionistas, com o equacionamento da questão do Fator e do não-reajuste integral, o Presidente Lula encerra o seu mandato, na minha avaliação, ganhando taça de ouro, medalha de ouro, com certeza absoluta.

Então, Senador Cassol, é um movimento justo, um movimento que não é contra ninguém e nem desmerece esse belíssimo governo que o Presidente Lula está fazendo junto com a Ministra Dilma. É um justo movimento daqueles homens que já caminham de forma lenta, daqueles homens que gastam o seu salário com remédios – nem o plano de saúde conseguem pagar. É justo o que eles estão reivindicando nesse movimento em nível nacional. Eu me comprometi aqui a tentar uma audiência com o Presidente ou com a Mi-

nistra para buscarmos uma solução que garanta uma política definitiva para os idosos do nosso País.

Antes de passar a palavra para V. Exª, lembro que terminei dizendo que sou um apaixonado pela ideia da consolidação das leis sociais e gostaria muito de aprovar essa consolidação ainda este ano, mas queria que, dentro dessa consolidação das leis sociais, estivesse uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e mudanças profundas no Fator Previdenciário.

Senador Cassol, por favor.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – V. Exª, Senador Paim, é um verdadeiro defensor das classes mais necessitadas do País. O Brasil todo conhece e reconhece o seu trabalho. Eu fico muito feliz em ouvir essas explanações, inclusive porque, na semana passada, eu trouxe alguns números referentes às contas sociais bancárias do Governo Lula a este Senado. Essas contas trazem dignidade a mais um segmento social, um segmento que começa a fazer parte de uma sociedade da qual era excluído até então. Mesmo com o Bolsa-Família, não tinha conta bancária e, consequentemente, tinha de ir ao caixa para sacar o seu dinheiro e, de lá, às vezes eram roubados na rua, logo após a retira do dinheiro. Além disso, muitas vezes – e isso a imprensa já cansou de divulgar, não estamos inventando nada aqui –, mães de família que recebem o benefício do Bolsa-Família chegavam em casa e os maridos lhes tomavam aquele dinheiro e as deixavam sem poder comprar arroz, feijão ou óleo. Com essa conta social bancária, essas mesmas donas de casa vão ao banco, sacam R$10, compram o arroz e deixam R$90 guardados. Então, essa foi mais uma das grandes atitudes do Governo Lula em favor dos mais necessitados que queremos parabenizar. Queremos também nos associar a esse trabalho de V. Exª junto às comunidades mais necessitadas. Parabéns, continue assim Senador, porque, com certeza, o Estado do Rio Grande do Sul, ao qual V. Exª se apresenta novamente como pré-candidato a Senador, vai reconhecer isso sob a forma de uma votação expressiva. Que os gaúchos possam atestar para o resto do Brasil o seu trabalho, dando-lhe uma das maiores votações da história do Rio Grande do Sul. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cassol. V. Exª sabe do carinho e do respeito que tenho por sua história e por sua vida. Ainda que tenha pouco tempo de Senado, V. Exª já conquistou não só os Senadores e Senadoras com suas posições: com certeza, o Estado de Tocantins também está vendo o trabalho que V. Exª está fazendo aqui.

Por isso, uma saudação de sua parte, falando um pouco do nosso trabalho e do trabalho do próprio Presidente Lula, é um momento de muita alegria e de muita satisfação para mim. Muito obrigado pelo aparte, ele vai ser inserido no meu pronunciamento.

Mas, Senador Mão Santa, eu aproveito este momento também para, rapidamente, informar a Casa que esse debate sobre a redução de jornada de 44 para 40 horas está avançando. Eu confesso que vejo com simpatia a posição assumida nos últimos meses pelos trabalhadores e por um setor do empresariado. Eles estão fazendo uma discussão que pode caminhar no sentido de uma vitória.

Eu não vou entrar em detalhes aqui, mas acredito que a redução poderá ser alcançada, ainda que seja de uma hora por ano. E por que digo isso? Estou sendo fiel ao projeto que apresentei na Câmara e no Senado. Na Câmara, junto com o Senador Inácio Arruda, ambos Deputados, apresentamos uma PEC propondo a redução de jornada de 44 para 40 horas semanais. Aqui no Senado, eu apresentei uma outra e nela digo o seguinte: num primeiro momento, de 44 para 40 e, depois, redução de uma hora por ano até se chegar às 36 horas.

O que percebo? Entre o ideal e o possível, há uma distância, mas caminha-se para uma composição das duas PEC, composição que pode significar a redução de uma hora por ano e um limite que pode ser construído mediante entendimento.

Acho que o bom senso está prevalecendo. Claro que eu prefiro a proposta original. Se me perguntassem, 44 para 40 e, daí para frente, reduziria uma hora por ano, sem redução de salário. Espero que se construa um grande entendimento e que isso possa gerar outros milhões de empregos para toda nossa gente.

Ainda hoje eu dizia: quando falo 11,5 milhões de novos postos de trabalho, significa que 11,5 milhões de pessoas passaram a contribuir para a Previdência. Consequentemente, isso aumenta. É aquilo que chamo de superávit da Previdência para garantir um salário decente para os nossos aposentados.

E eu falava aqui: que bom, Senador Mão Santa, que não temos mais nenhuma dívida com o FMI. Eu dizia, hoje pela manhã, que fui daqueles... Completo 60 anos no dia 21 de março. Estão todos convidados. O Senador Mão Santa já confirmou que vai, em Porto Alegre, a um grande evento. O Senador Sadi Cassol está vendo a sua agenda.

Nesses meus longos anos, no mínimo 40 anos, de atividade sindical e política partidária, cansei de andar com as faixas "fora daqui o FMI". Hoje, podemos dizer que o FMI é que nos deve US$15 bilhões. Isso mostra que a economia está bem, que nós estamos avançando.

Quando eu falo de tanta coisa positiva no campo econômico e social, é porque entendo que estamos vivendo, eu diria, o melhor momento dos últimos 50 anos. Por isso, temos que olhar para os nossos queridos aposentados e pensionistas. Temos que olhar mais para o nossos idosos. É claro que temos que olhar para as crianças, para os adolescentes, para os novos postos de trabalho, mas nós temos que olhar também para aqueles que dedicaram a sua vida para este belo momento acontecer.

Se hoje estamos neste momento que aponta que seremos, rapidamente, a quinta maior economia do mundo... Todos os indicadores apontam nesse sentido. Neste momento, nós temos o pré-sal, que, conforme os entendidos, daqui a dez anos, pode gerar em torno de US$15 trilhões para a nossa economia, lucro líquido em torno de US$5 trilhões. Ora, isso mostra que estamos no caminho certo para atender ao conjunto da nossa gente.

Como foi bom eu pegar hoje o *Correio Braziliense*. Pela manhã, eu o mostrei aqui da tribuna, Senador Sadi Cassol. O que diz o *Correio Braziliense*? Nos países que flexibilizaram os direitos dos trabalhadores, o desemprego dobrou. Citei aqui uma série de países. Eu me lembro da Espanha. Eu tinha a tabela comigo. No Brasil, que não flexibilizou, o desemprego diminuiu pela metade. Antes do Governo Lula, a taxa era de 10,5 de desempregados; hoje a taxa é de 6,2. São mais ou menos esses os dados. Mostrei que, nos Estados Unidos, na França, na Espanha, na Itália, enfim, nos países que flexibilizaram os direitos, o desemprego aumentou. Nos países que mantiveram os direitos mínimos...

Eu falei, com orgulho, que, quando eu era Deputado Federal, o dia em que decidi vir para o Senado foi quando, na Câmara, perdi da tribuna. Lembro-me como se fosse hoje. Eu estava na tribuna e disse: "Vocês estão arrancando a Constituição se flexibilizarem os direitos". Puxei e daí, efetivamente, saiu o corpo da Constituição. Daí começou uma guerra no plenário porque acharam que eu estava ferindo a Carta Magna. Eu disse: "Vocês é que estão ferindo, vocês é que estão arrancando os direitos sociais quando estão flexibilizando".

Perdi aquela votação depois de duas horas de pauleira, saí quase no tapa no plenário. Quase não, saí no tapa. Voou Constituição para todos os lados. Eu disse: "Vou ao Senado com o único objetivo de derrubar esse projeto lá". Felizmente, o primeiro projeto que nós derrubamos aqui – e queremos fazer justiça – com a ajuda do Governo eleito, do Presidente Lula... Naquela época, o Ministro do Trabalho era Jacques Wagner. Foi a primeira coisa que a gente fez. Fiz um requerimento e, baseado no requerimento, conseguimos arquivar aquele projeto flexibilizado. Que bom que conseguimos derrubar aquele projeto que iria flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Que bom, Senador Sadi Cassol – e agora vou terminar – que podemos dizer hoje... O Senador Amir Lando, se não me engano, está aqui. Estou olhando, devagar e longe, pela idade. V. Exª, que esteve tanto tempo junto conosco nas sessões, lembra-se também da luta para ultrapassarmos os US$100. Que bom que hoje podemos dizer que o salário mínino ultrapassou os US$270! Que bom! Um crescimento de quase cinco vezes. Na época era em torno de US$56. Este é o momento que estamos vivendo neste País.

Por fim, Senador Mão Santa, os aposentados e pensionistas estão, como disse pela manhã, estão muito, muito vivos. Eles continuarão nessa mobilização. Virão a Brasília quantas vezes forem necessárias. Vão realizar o Congresso dos Aposentados no meu Rio Grande, provavelmente na cidade de Caxias do Sul, um evento que deve reunir em torno de três mil aposentados. Qual o objetivo?

Fazer com que esse evento se repita em todos os Estados, mobilizando os Deputados Federais para que eles votem a favor de um projeto de entendimento que garanta uma política permanente de reposição.

E V. Exª, Senador Mão Santa, que foi Relator do fim do fator, faça com que essa conquista definitivamente seja assegurada para aqueles que vão se aposentar. Porque os que vão se aposentar é que são atingidos com o fator. Alguns se enganam e dizem o seguinte: "Se no cálculo do fator eu não tiver ainda 60 anos de idade, poderei me aposentar com salário integral?" Não, porque ali está vinculado a idade. Porque o fator trabalha com idade, tempo de contribuição e expectativa de vida. Ali está cravado também a idade. E no nosso projeto do fim do fator basta que você tenha o tempo de contribuição para ter direito à aposentadoria integral.

O Senador Valdir Raupp chegou. Eu estava esperando S. Exª chegar para poder concluir minha fala.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu queria relembrar que, hoje, um dos líderes falou sobre as preocupações com a previdência privada. Então, esse tema foi muito importante. Foi um dos líderes. Quero dizer que eu tenho um irmão aqui com uma previdência privada que eu fiz, a Aplub, no seu Rio Grande do Sul. E eu que sou Senador da República... O contrato seria cinco salários mínimos com 25 anos de trabalho e mais. Estou aqui com o documento com

o valor que foi creditado no último dia do mês de abril de 2008: R$161,40. Seria assim: R$161,40.

Atenciosamente.

Fernando Pinto de Rosa,

Então, é contra isso que temos que lutar. E fortalecer a Previdência do nosso País, que, como foi ressaltado hoje aqui, é uma das preocupações que eu considero muito real. Estamos na justiça para ver se eu consigo reaver, mas é muito difícil...

Então, isso é uma das provas de que as preocupações dos líderes sindicais são justas.

Convidamos agora para usar da palavra o Senador Valdir Raupp, brilhante político, que ontem foi eleito Vice-Presidente do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, eu sempre tenho lamentado desta tribuna o fato de o Presidente Mão Santa ter saído do PMDB, das fileiras do nosso grande Partido – mas eu sei que continua no coração –, por uma questão local, uma questão regional. Senão V. Exª estaria ainda no PMDB e seria eleito Governador ou Senador pelo PMDB. Não tenho nenhuma dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu saí de coração partido. E um dos momentos mais felizes da minha vida foi ser o primeiro a assinar a lista para que V. Exª fosse líder do PMDB, que cresceu muito sob sua liderança. Tanto é verdade que, atraído por sua Liderança, adentra aqui o nosso Presidente José Sarney, com certeza para ouvi-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É uma honra muito grande receber, neste momento, para assumir a Presidência do Senado, o Presidente Sarney. Estivemos juntos no sábado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Presidente Sarney cumpre à risca o que o Pe. Antonio Vieira disse: "Palavra sem um exemplo é como um tiro sem bala. O exemplo arrasta". E ele é o maior exemplo de trabalho nesta Casa.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AC) – Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Presidente Sarney é um grande conciliador, um grande democrata, tanto é que fez uma transição serena e tranquila da ditadura para a democracia. E hoje o Brasil experimenta um dos melhores momentos, uma das melhores fases da sua história, com a plena democracia. O Presidente Sarney, com certeza, teve um papel fundamental no comando do País, como Presidente da República, na transição democrática.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – No último sábado, tivemos também mais um exemplo do exercício pleno da democracia, que foi a convenção do PMDB. Foi uma convenção bonita, com um plenário cheio, lotado, com a participação de mais de 80% dos convencionais de todo o Brasil, onde o Presidente Sarney, nosso Líder Renan e tantos outros Senadores e Deputados Federais tiveram um papel fundamental para a unificação do Partido.

E eu, com muita honra, atendendo a um apelo e a um pedido da Bancada, inclusive do Presidente Sarney, aceitei a indicação como Vice-Presidente na chapa do Michel Temer. Então hoje, estou eleito, mas ainda não empossado – será no dia 10 de março a posse da nova diretoria – como Vice-Presidente Nacional do Partido. E quero, junto com Michel Temer e todos os demais quadros do Partido, trabalhar pela unificação cada vez maior do PMDB, para que o PMDB possa também entrar forte nas eleições deste ano.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, queria ainda agradecer a presença do meu 1º suplente, Senador – assim que ele é chamado na região dele e eu faço questão de chamá-lo aqui da tribuna – Tomás Correia. Ele foi prefeito de Porto Velho, Deputado Estadual-Constituinte, Procurador de Justiça já aposentado, mas prestou e continua prestando relevantes serviços ao povo do meu Estado, Rondônia. Muito obrigado, Tomás, pela sua presença.

Também ao seu lado, o Leandro, membro do nosso Diretório Regional e Delegado do Diretório Nacional. Estava há pouco aqui o Senador Amir Lando, que teve que se retirar. Agradeço a presença do Senador Amir Lando.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a oferta de crédito para micro e pequenas empresas tem-se mostrado um instrumento poderoso para estimular o desenvolvimento econômico e social nos países menos industrializados.

No Brasil, devemos destacar, no financiamento de micro e pequenas empresas, o papel desempenhado tanto pelas cooperativas de crédito e outras instituições de microcrédito, quanto pelas empresa estatais. Entre estas, quero referir-me, em especial, à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o BNDES.

Mas também não poderia deixar de citar aqui o papel fundamental do Banco do Brasil, esse orgulho do nosso País, a Caixa Econômica Federal, também orgulho do nosso País, o Banco da Amazônia, o Basa, orgulho da nossa região, que, junto com outras instituições, se tem destacado no financiamento, no crédito para micro e pequenas empresas.

Sr. Presidente, é mais do que notória a importância das micro e pequenas empresas para a vida econômica do País. A participação dos micro e pequenos empreendimentos se traduz em cerca de 25% do PIB e em mais da metade dos empregos de carteira assinada no País. Vale notar que seu papel, quer na geração de empregos, quer nas exportações, vem se ampliando a cada ano.

Isso também se observa com nitidez na Região Norte, onde o crescimento do número de micro e pequenas empresas foi, no período de 2000 a 2004, o maior entre as regiões brasileiras,

ficando, de acordo com o Sebrae, em um crescimento de 29%, ante uma média nacional de 22%.

Por sua capilaridade, por seu dinamismo e sua criatividade, não há dúvida de que o caminho para o desenvolvimento do País passa pelo incentivo, determinado e sistemático, às micro e pequenas empresas.

Houve muita apreensão, Sr. Presidente, relativa à sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras quando se estabeleceu, no final de 2008, a crise econômica global. Observamos, contudo, que os empreendimentos de menor porte foram os que melhor superaram as condições adversas. A ampla oferta de crédito, em condições satisfatórias, teve uma notável influência para que as micro e pequenas empresas pudessem reagir à crise e crescer!

O BNDES, ao comprometer-se, na última década e meia, com o apoio sistemático às micro e pequenas empresas, buscou ampliar o leque de empreendimentos a serem atendidos. Privilegiando o foco em sua sustentabilidade econômica, preocupa-se não só com a garantia de pagamento, mas com o retorno concedido à sociedade na forma de geração durável de renda e emprego.

Os dois mandatos do Presidente Lula assinalaram um crescimento dos mais expressivos tanto no volume de recursos emprestados pelo BNDES para as micro e pequenas empresas, como no número de empresas desse porte contempladas com financiamentos.

A prioridade concedida aos pequenos negócios ficou patente também na criação de novos instrumentos e de novas linhas de crédito.

Se, em 2007, o BNDES aprovou cerca de 86 mil operações de crédito para micro e pequenas empresas, este número pulou, em 2008, para 122 mil operações. Em 2009, que deveria ser um ano de séria crise econômica, de acordo com a maioria das previsões, os desembolsos do BNDES para as micro e pequenas empresas aumentaram em 23%, em relação a 2008, alcançando os R$16,5 bilhões.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Cassol, do Estado do Tocantins.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Senador Valdir, quero também participar de seu pronunciamento, dizer que eu já fui Secretário de Indústria e Comércio, por duas vezes, na capital do Tocantins, Palmas, e...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – ...desde os 20 anos de idade que eu sou empresário. Portanto, sei muito bem como funcionava os financiamentos às pequenas empresas, aos microempresários, em que se tinha que ser muito amigo do gerente do banco e dar umas quatro a cinco vezes a garantia em patrimônio daquilo que se pleiteava, para ter algum tipo de financiamento para a pequena e para a média empresa. Era quase impossível ter uma taxa de juros razoável, porque o pequeno sempre entraria na taxa de risco; por ser pequeno sempre traria risco ao banco. Então, eu conheço muito bem a trajetória disso tudo. E hoje, com a nova política econômica do nosso País, a política do Governo Lula, os pequenos empresários têm o seu cartão de crédito do BNDES e outros grandes bancos, com os juros já pré-estabelecidos para pequenos empresários, como possibilidade de investimento maior. Vai-se no próprio auto-atendimento dos bancos oficiais e faz-se a pré-proposta e quando não, contrata-se lá, sem ter que correr atrás de avalista, garantias e outras dos bancos. Então, quero parabenizar V. Exª por estar levando tema tão importante para a sociedade brasileira e mostrar que é fácil o pequeno empresário ter os seus recursos por meio de financiamentos, coisa que não acontecia há 7, 8, 10 anos. Parabéns pelo tema, é de importância. Os empresários estão usando isso, estão crescendo, estão se desenvolvendo. É uma política moderna do Governo Lula, deixando para trás aquelas tratativas arcaicas do passado, em que o pequeno não tinha vez para nada. Parabéns e obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu agradeço a V. Exª, que é de um Estado novo, o Tocantins, sabe muito bem que as micro e pequenas empresas são as responsáveis pela geração de mais de 80% dos empregos e também da renda do Estado, como é no meu Estado de Rondônia.

Concedo um aparte ao nobre Senador gaúcho, Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valdir Raupp, também quero cumprimentar V. Exª. Eu tenho dito que, nessa crise internacional, a partir da quebradeira do sistema financeiro e imobiliário. Que bom que, aqui, no Brasil, temos a Caixa Econômica Federal! Que bom que, aqui, no Brasil, temos o Banco do Brasil! Digo isso, porque tenho, claro, viajado, principalmente durante o recesso de janeiro, e, por onde

tenho andado, os agricultores, os micros e pequenos, falaram-me: "Paim, pode chegar a Brasília e, na tribuna do Senado [estou aproveitando este aparte a V. Exª], pode dizer que o dinheiro está chegando aqui, à ponta." Graças a esses três bancos, pela forma integrada como estão trabalhando, atendendo principalmente aos pequenos. Eu queria somente dar esse depoimento, cumprimentando V. Exª pelo discurso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

Os bancos regionais, como o Basa e outros bancos espalhados pelo Brasil, são agentes também do BNDES. Como o BNDES só tem escritório em Brasília e no Rio de Janeiro, ele distribui os recursos para que os bancos, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e outros, possam fazer esse trabalho de distribuição dos recursos.

Obrigado pelo aparte, nobre Senador Paim.

Contribuiu de modo decisivo para esse resultado a criação de novas linhas de crédito, como o Programa de Sustentação do Investimento (BNDES–PSI), com foco em exportação, inovação e aquisição de bens de capital, alcançando em apenas seis meses um montante de 37,1 bilhões em sua carteira de empréstimo.

O Cartão BNDES, sobre o qual o nobre Senador Cassol acabou de falar, principal linha de crédito, voltado especificamente para as micros, pequenas e médias empresas, teve desembolsos de R$ 2,47 bilhões, mostrando um crescimento de 193% em relação a 2008.

Podemos atestar, ademais, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o BNDES tem se preocupado em contribuir

para atenuar as desigualdades regionais, concedendo financiamentos para as Regiões Norte e Nordeste, proporcionalmente superiores às respectivas participações no PIB nacional.

Eu pediria mais três minutinhos, Sr. Presidente, para que eu possa concluir.

Muito obrigado.

Exortamos, assim, os micros e pequenos empresários de Rondônia e dos demais Estados do Norte a analisarem com atenção as opções de crédito e financiamento oferecidas pelo BNDES.

No que se refere às cooperativas de crédito, é amplamente conhecida sua atuação no financiamento das empresas de menor porte em nosso Estado. Cerca de 60% dos Municípios de Rondônia têm a presença de cooperativas de crédito numa forma de economia solidária que apresenta notáveis resultados práticos. O cooperativismo de crédito vem dinamizando a economia desses Municípios ao converter o dinheiro movimentado na conta dos cooperados em novos investimentos e na geração de renda e empregos. Também se observou, no Brasil inteiro, um crescimento das cooperativas de crédito diante da crise que abalou o sistema financeiro tradicional. Esse crescimento apresenta perspectivas ainda mais favoráveis de se estabelecer de forma duradoura, com a edição da Lei Complementar nº 130, de abril de 2009, que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, trazendo a segurança jurídica necessária ao desenvolvimento do setor.

Srªs e Srs. Senadores, o País tem amadurecido ao reconhecer, de modo concreto, a importância de suas micros e pequenas empresas para a promoção de um desenvolvimento que alcança as diversas camadas sociais e as diferentes regiões e localidades brasileiras. Viabilizar uma ampla oferta de crédito para essas empresas, em condições que estimulem sua sustentabilidade e seu crescimento, significa construir um caminho que conduzirá ao desenvolvimento almejado para toda a Nação.

Sr. Presidente, esse era o registro que eu queria fazer, enaltecendo aqui o papel das nossas micros e pequenas empresas de todo o Brasil, sobretudo do meu Estado, Rondônia, e o apoio que as instituições financeiras têm dado a esses empreendimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Obrigado a V. Exª. Nossas congratulações pela sua eleição para 1º Vice-Presidente do PMDB.

Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Mão Santa encontra-se no plenário e tem testemunhado o que vem acontecendo no Piauí com relação às famosas caravanas de comemoração dos trinta anos do PT.

Sabem os militantes contrariados com nossas denúncias que não nos move nenhum sentimento nem de inveja, nem do que quer que seja. O que nos move é o sentimento de tristeza, por vermos recursos públicos serem usados em período fora do período eleitoral por militantes do Partido dos Trabalhadores, que, pelo fato de exercerem funções no Governo Estadual ou de serem detentores de mandatos eletivos, acham-se no direito de usar a estrutura do Governo para esses deslocamentos.

Quando eu disse aqui, Senador Mão Santa, semana passada, que o Partido tinha mudado de perfil, de estrutura, e que aqueles carros modestos de an-

tigamente foram transformados em carros de última geração e de alto luxo, isso não significa que sou contra aqueles que adquirem esses veículos com seu esforço próprio e fazem uso dele como bem quiserem. O que protesto é o uso de carros, na sua grande maioria, alugados... Aliás, eu queria solicitar, sugerir ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí que faça um levantamento sobre este item, que é escandaloso no Estado: os famosos aluguéis de carros pelas locadoras; o preço, quantos e a utilização. E não adianta eles estrebucharem porque algumas dessas passeatas foram fotografadas, as carreatas foram fotografadas, as placas estão aí e mostram. É muito fácil se examinar o que se está dizendo. Há denúncias, Mão Santa, inclusive de que algumas dessas placas foram trocadas e são placas frias para dificultar a apuração dos fatos. Mas são fatos graves.

Não sou contra quem usa avião. O uso de avião privado, o uso de avião particular é um direito de cada um. Agora, o que não se pode é usar avião à custa do Erário. É só fazer um levantamento de quanto vem sendo gasto no Piauí, nos últimos dois, três anos, com aluguel de táxi aéreo. Veja-se o preço do quilômetro rodado. É muito fácil, Senador Mão Santa! Vamos inclusive encaminhar um ofício ao Departamento de Aviação Civil para pedir exatamente esse levantamento: as horas de voo, as decolagens, que são feitas em aviões privados de companhias de táxi aéreo, que saem e chegam ao hangar do governador do Estado. É uma maneira, inclusive, de se mascarar o uso. Hoje, eles não pegam mais os aviões nas companhias, não! Eles vão pegá-los lá no hangar do governador, exatamente para se pouparem, para não ter exposição.

O PT precisa entender que a moralidade administrativa que ele tanto pregava quando era oposição precisa ser posta em prática agora. Desse fato que está sendo denunciado aqui, eu assumo a responsabilidade. Não me vou dobrar à bravata de dois ou três prestadores de serviço, desses "trapizumbas" de plantão, que servem a qualquer Governo e que, agora, por ser o PT o partido do Governo, estão a seu serviço. Eu não vou recuar, não. Eu tenho uma vida pública, eu tenho uma história e não me conformo com o que vem sendo feito no Piauí.

Eu fiquei muito satisfeito por ouvir o Procurador da Justiça dizer que vai fazer uma apuração e fiquei atônito quando vi Deputados do Partido dos Trabalhadores contestarem a Justiça, colocarem em dúvida a ação da Justiça, como se a Justiça estivesse perseguindo. Não é, não, Senador Mão Santa. A coisa no Piauí é séria. Se você chegar em qualquer roda, se você chegar em qualquer lugar, os comentários serão esses.

Eu já não falo nem da compra ou da aquisição de imóveis de luxo, apartamentos, casas, terrenos, chácaras, sítios, não falo mais nem disso. Eu estou falando do uso de veículos. Vamos ver, na Junta Comercial, a quantidade de locadoras, Senador Mão Santa, que foram registradas. Agora! Vamos ver quantos carros são alugados por mês. Vamos ver a Secretaria da Saúde, a Emgerpi, quantos carros essas secretarias têm.

No Piauí, parece que a prioridade da Secretaria da Saúde não é o doente, mas o carro. É uma quantidade monstruosa!

Eu quero sugerir que seja feito um levantamento, inclusive, do uso abusivo desses carros. Qualquer coordenador político de campanha que defenda a candidatura de A, B ou C, tem direito ao uso de um carro desse.

Eu nunca vi, Senador Mão Santa, no Piauí, a coisa tão frouxa, tão irresponsável, como estou vendo agora. Eu tenho certeza de que V. Exª, nas suas andanças, recebe, também, esse tipo de observação. São as pessoas do povo: "Fulano, meu amigo, não tinha nada. Entrou neste Governo, agora, e tem carro de luxo, dois carros, um dele e da mulher, outro do filho, mudou de endereço, mudou de..." Não sou contra, pelo contrário, quem melhora de vida. Não. Eu quero que melhore, mas não vamos fazer isso com recurso público e, depois, ficar fazendo pregações moralistas, porque não cola.

V. Exª sabe, melhor do que ninguém, que o Governador prometeu a escolha de candidato dele ao Governo, oficial, a quatro pessoas. Ele terá quatro candidatos. E o Piauí transformou-se, Senador Papaléo, em um balaio de gato. O Governador está com um saco na mão e quatro estão dentro. Ele só pode escolher um.

Quando mete a mão, vem todo mundo com as unhas. Só cabe um! Não sei como ele vai se sair desse imbróglio. E, daí, ele a fazer caravana pelo Estado todo, a prometer candidatura. Em cada lugar, ele promete uma candidatura. É um político hábil, personalista como ele só, que quer se sair bem do episódio. O resto que se lixe, o resto que se dane, mas a gente vê que esse pessoal está começando a ficar nervoso.

Dizem até, Senador Mão Santa, no item aviação, que uma empresa que tem atuação discutida lá no Piauí, com relação à preservação ambiental, adquiriu um avião moderno para atender candidaturas proporcionais, lá no Estado, de pessoas que defendem os seus interesses. Essas coisas precisam vir a claro, para ver se são verdade, para ver se não são. Nós não vamos, tenho certeza de que V. Exª não vai ficar acuado e nem eu também vou ficar acuado com

as bravatas desse pessoal. Nós temos compromissos com o Estado.

Senador Sarney, V. Exª presidiu este País e sabe do peso e da responsabilidade de quem se senta naquela cadeira. Pois bem, na semana passada, um jornalista de Brasília reproduziu uma notícia que recebeu, de que o Presidente Lula estaria empenhado na minha derrota e na do Senador Arthur Virgílio para o Senado, para a reeleição ao Senado. Imagine V. Exª o Presidente Lula se preocupando com o futuro de um Senador do Piauí! Mas estão lá a notícia dada e um alarme danado.

Veja bem, se eu não fosse Senador, se eu não fosse um ser humano e fosse uma multinacional ou uma grande empresa, eu estaria com as ações super valorizadas na Bolsa. Imagine o Presidente da República preocupar-se, Senador Mão Santa, com a minha eleição! Mas está lá, o boato é esse, de que ele não aceita e que deve ter uma lista maior. Eles, agora, estão com essa mania. Estão fazendo como o Figueiredo fazia quando tinha crise: "Eu vou chamar o Pires." Lá no Piauí, dizem que vão chamar o Lula para resolver.

Outro dia, o candidato a Governador deles, Antônio José, disse que recebeu um recado de que o Lula ia mandar ele retirar a candidatura. Ele foi para a televisão e disse: "Olhe, só se ele vier aqui e fizer uma intervenção no Diretório."

Para tudo estão chamando o Lula. Estão usando o nome e a imagem do Presidente à toa. Já bastam as promessas que eles fazem, lá, de construção, em nome do Lula: "O Lula vai fazer barragem. O Lula vai fazer isso. O Lula vai fazer aquilo." E não tem nada. A gente fica com uma inveja danada, porque tudo está sendo feito no Ceará, tudo está sendo feito no Maranhão.

De forma, Senador Papaléo, que é lamentável. É lamentável o que nós estamos vendo, mas é uma amostra do desespero dos que estão governando o Piauí neste momento. Eu quero dizer que não vou me calar. Essa denúncia dessas caravanas às custas do Erário vai ser feita.

Lá, é o seguinte: o Governador não usa o avião do Governo. Ouviu, Senador Mão Santa, preste bem atenção a isto: o Governador do Estado não usa o avião do Governo, um avião Xingu. Usa um avião alugado. Agora, ninguém sabe quando o avião está alugado para os voos do Governo do Estado e ninguém sabe quando o avião está alugado para o Partido dos Trabalhadores. É uma conta única, ao que me parece. Essas coisas precisam ser esclarecidas, o avião mesmo. Essa mistura de contas e de atividades nunca foi boa conselheira.

De forma que eu faço este registro e quero dizer que não vamos recuar, não nos vamos intimidar com as ameaças. Há alguns prestadores de serviço que são contratados, mesmo, para desempenhar funções públicas, até são prestigiados e custam caro aos cofres do Estado, mas que têm de se prestar a esse papel sujo de ficar batendo nos outros. Eu não vou cair nessa. Agora, que vou continuar defendendo o Piauí, isso vou. É minha obrigação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, reunidos na Alemanha na segunda-feira desta semana, os líderes mundiais dedicaram-se a relembrar um dos acontecimentos mais importantes do século 20, a queda do Muro de Berlim, ocorrida há duas décadas, na noite de 9 de novembro de 1989. As celebrações têm um significado que vai além da reunificação de uma cidade dividida.

Os quilômetros de concreto e arame farpado que serpenteavam por Berlim, e que separaram seus cidadãos durante 28 anos, simbolizaram uma demarcação entre dois universos, nos quais prevaleciam concepções radicalmente diferentes de organização econômica e das liberdades individuais.

Vivemos sob o regime da Guerra Fria desde o fim da Segunda Guerra Mundial. De tal maneira nos acostumamos à permanente ameaça de um holocausto nuclear, ao confronto entre duas potências, que parecia destinado a ser eterno, que demoramos um pouco a estabelecer uma conexão entre a visão das picaretas derrubando o muro e o fim de uma era. Caía o muro e, com ele, desmoronava o mundo comunista, desmantelava-se a União Soviética, libertavam-se seus países-satélites.

Foram momentos de euforia e, como sempre ocorre na história da humanidade, de ilusões destinadas a perecerem tão rapidamente como nasceram. Uma delas era a de que entraríamos numa era de paz, livre de conflitos, sem arsenais nucleares prontos a serem utilizados. Um pensador norte-americano chegou a proclamar o Fim da História, o começo de um período em que os conflitos seriam mera lembrança de outros tempos e a concórdia e a prosperidade prevaleceriam no mundo.

Demorou pouco para que a fantasia se desfizesse. Surgiram conflitos étnicos no Leste europeu, em que os antagonistas se esmeraram em atos de crueldade, cometendo massacres de populações inteiras. Países

pobres empregaram fortunas no desenvolvimento de artefatos nucleares, à custa do bem-estar de seus habitantes. E, num prazo relativamente curto, de 12 anos, um elemento novo apareceu, algo que nem o pensador americano nem historiador algum fora capaz de prever: o fundamentalismo islâmico, berço de organizações terroristas como a Al-Qaida, autora dos atentados que abalaram o mundo, em 11 de setembro de 2001.

A queda do Muro de Berlim expôs o colapso do comunismo, escancarou as portas de um sistema que vinha há muito tempo sofrendo um processo de degradação e decadência. Tornou o mundo melhor por proporcionar liberdade a milhões de cidadãos de países em que prevalecia o controle do Estado sobre todas as suas atividades, em que a economia centralizada sujeitava a população a conviver com a escassez e os racionamentos de bens essenciais. Livrou-nos, pelo menos, de uma ilusão, a de que o objetivo do regime comunista era a justiça social.

Assim, a data merece ser festejada. Mas com realismo: neste mundo imperfeito, sempre que nos livrarmos de algum tipo de totalitarismo, logo aparecerá outro, pronto a instalar-se no vácuo que surge. Vinte anos depois, devemos extrair do fim do Muro a lição de que não estamos livres dos inimigos da democracia, mas que precisamos defendê-la a todo custo. Como dizia Winston Churchill, "ela é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20.11.2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Sobrestando a pauta a partir de 19.12.2009).

4
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009) Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final: 03.03.2010

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº

413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para determinar que o atendimentode urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

14
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicossocioeducativa").*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso*

XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria

da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363 e 381, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar, 341, de 2004-Complementar; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316, de 2004-Complementar; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar, 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141 e 231, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 684, de 2007-Complementar; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390; de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265, de 2007-Complementar; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 184, 209, 236 e 249, de 2008Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 ¿ CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea ¿b¿ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as

Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209 e 236, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

-de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, *solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da*

Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

80

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).*

81

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).*

82

REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).*

83

REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).*

84

REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).*

85

REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).*

86

REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da*

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

87

REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).*

88

REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcóolicas para utilização na saúde).*

89

REQUERIMENTO Nº 1596, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).*

90

REQUERIMENTO Nº 1628, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que *solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).*

91

REQUERIMENTO Nº 1629, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

92

REQUERIMENTO Nº 1630, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

93

REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).*

94

REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).*

95

REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando a*

tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

96

REQUERIMENTO Nº 1641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).*

97

REQUERIMENTO Nº 1643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 49 minutos.)

ATA DA 1ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2010

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 003,** de 3 de fevereiro de 2010)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, 2ª coluna, item **4.1 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO,** subitem **4.1 – Diretoria Geral,**

Onde se lê:

Convênio nº 15, de 2009

Leia-se:

Convênios nºs 15 e 16, de 2009

SENADO FEDERAL

- 3 FEV 11 11 2010

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

Ofício nº06/2010- PLA

Brasília, 3 de fevereiro de 2010

SENADO 001778/10-2
1001778102

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
Presidente
Senado Federal

A Publicação.
Em 3/2/10
Senador Mão Santa
3º Secretário

Senhor Presidente,

Encaminho, para conhecimento de Vossa Excelência, o Calendário de Reuniões do Parlamento Latino-Americano para o ano de 2010.

Atenciosamente,

Senador Renato Casagrande
Presidente do Grupo Brasileiro
Parlamento Latino-Americano

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

CALENDÁRIO DE REUNIÕES – 2010

MÊS	DATA	LUGAR	EVENTO
MARÇO	04 e 5	Buenos Aires Argentina	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ENERGIA E MINAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR
	27 a 1 de abril	Bankok Tailandia	• 122ª ASSEMBLÉIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
ABRIL	1 e 2	Quito. Equador	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE EQUIDADE DE GENERO. INFANCIA E JUVENTUDE (REUNIÃO DA SUB-COMISSÃO DE JOVENS dia anterior) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS INDÍGENAS E ETNIAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMIOCS. DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (Reunião das Sub-Comissões de Renda básica e de Dívida Externa – dia anterior)
	26	Cid do Panamá	• REUNIÃO DA JUNTA DIRETORA DO PARLATINO
MAIO	6 e 7	Lima Peru	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS. PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃ. COMBATE E PREVENSÃO AO NARCOTRÁFICO. AO TERRORISMO E AO CRIME ORGANIZADO

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

JUNHO	24 e 25	Rep. Dominicana	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS (Reunião da Sub Comissão de Denuncias - dia anterior) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO (se reunirá no dia 24 a tarde) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
	A definir	A definir	• ENCONTRO INTERNACIONAL VIRTUAL EDUCA SOBRE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
JULHO	3 e 4	Guatemala ou Aruba	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA AGROPECUÁRIA E PESCA • REUNIÃO DA COMISSAO DE SAÚDE
AGOSTO	24 e 25	Cid do México México	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ENERGIA E MINAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃ, COMBATE E PREVENSÃO AO TERRORISMO, AO NARCOTRÁFICO E AO CRIME ORGANIZADO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EQUIDADE DE GENERO, INFANCIA E JUVENTUDE (III Encontro de Jovens da América-Latino e Caribe)

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

SETEMBRO	a confirmar	Venezuela ou Paraguai	• REUNIÃO DA COMISSÃO ASSUNTOS ECONOMICOS, DÍVIDA SOCIALE DESENVOLVIEMNTO REGIONAL (Reunião da Subcomissão de Dívida Externa e Renda Básica • REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS (Reunião da Subcomissão de Denuncias – dia anterior) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
		Nova Iorque	• SESSÃO DA ASSEMBLÉIA DOS PAÍSES MEMBROS DA CORTE PENAL INTERNACIONAL NA SEDE DAS NAÇÕES UI
OUTUBRO	A definir	Chile	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS INDÍGENAS E ETNIAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS, PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS • REUNIÃO DA COMISSÃOD E ASSUNTOS POLÍTICOS. MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
NOVEMBRO	A definir	Uruguay	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR • REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E PESCA • REUNIAO DA COMISSÃO DE SAÚDE
	30 a 4 de dezembro	Nova Yorque EUA	• UNIÃO INTERPARLAMENTAR
OUTUBRO	1 e 2	Havana Cuba	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS. DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS. PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS. • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

NOVEMBRO	5 e 6	Buenos Aires Argentina	• REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA CIDADÃ, COMBATE E PREVENÇÃO AO NARCOTRÁFICO, TERRORISMO E CRIME ORGANIZADO. • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS, MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
DEZEMBRO	A decidir	Panamá	• DIRETIVA DE COMISSÕES

AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
8-2-2010
Segunda-feira

10h30 Senhor Jorge da Motta e Silva, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Telebrás

Gabinete – 6º andar

18h Sessão não Deliberativa

Plenário

20h30 Jantar oferecido por Dom Lorenzo Baldisseri,

Núncio Apostólico no Brasil

Nunciatura Apostólica

SES – Av. das Nações Qd. 801, lote 1

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (27)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (13)	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
VAGO (5,28)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (8)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12,22)	1. João Pedro (PT-AM) (18)
Fátima Cleide (PT-RO) (2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) (25)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (3,11,16,21)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2009
Prazo prorrogado: 23/09/2009
Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:
1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2009.
*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (1)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:
1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
3. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2)
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (2)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) (1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (4)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (4)

Instalação: 16/09/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) (2)
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) (3)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) (1)	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) (3)
RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1,2)
PTB
Senador Gim Argello

Notas:
1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) (1)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (2)	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) (4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) (3)	1. Senador Gerson Camata (PMDB) (3)
Senador Neuto De Conto (PMDB) (3)	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3)	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) (3)
Senador Valter Pereira (PMDB) (3)	4. Senador Paulo Duque (PMDB) (3)
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Arthur Virgílio (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Augusto Botelho (PT)
Senadora Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (2)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (1)
PTB
Senador Romeu Tuma

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
Coordenação:

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador César Borges (PR)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)
PTB
Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)
RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Demóstenes Torres (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Marconi Perillo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)
Senador Renato Casagrande (PSB)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Almeida Lima (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)
PTB
Senador Romeu Tuma
PDT
Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE *REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

PRAZOS[1]

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)[2]
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)[2]
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009[3]

[1] Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.
[2] Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.
[3] Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)
Delcídio Amaral (PT) (34)	2. Renato Casagrande (PSB) (36)
Aloizio Mercadante (PT) (31)	3. João Pedro (PT) (11,28)
Tião Viana (PT) (32)	4. Ideli Salvatti (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (41)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Sadi Cassol (PT) (4,30,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (37)	7. João Ribeiro (PR) (38)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (55,57)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,68)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (64,67)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (69,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (60)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,54)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,71)
Pedro Simon (PMDB) (61,66)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
Renan Calheiros (PMDB) (65,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (65,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (52)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,45)	5. Kátia Abreu (DEM) (43)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,49)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,27,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (23)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (48)	1. Sérgio Zambiasi (12,48)
Gim Argello (48)	2. Fernando Collor (48)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

32. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) (13)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (5)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (9)	2. VAGO (2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (12,14,15)	1. Paulo Duque (8)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão(Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:
1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (91)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,90,93,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Gim Argello (PTB) (35,95,100)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
Sadi Cassol (PT) (37,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,89,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,92)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (6)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) (2)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (2)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. João Pedro (PT) (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) **(cedida ao PDT)**	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (16)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Paulo Paim (PT) (6)	1. Fátima Cleide (PT) (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,7)
Valter Pereira (PMDB) (11)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (10)
PTB	
Sérgio Zambiasi (14)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:
1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,62,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (4)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (9)
VAGO (8)	3. VAGO (11)
VAGO (10)	4. VAGO (10)
VAGO (10)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:
1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (3)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) (4)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
Osvaldo Sobrinho (MT) (2,11)
PDT
Patrícia Saboya (CE) (5,7,8)
PR
Magno Malta (ES) (1,6,9)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) (10)
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009

Notas:
1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE	**PRESIDENTE**
Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	**1º VICE-PRESIDENTE**
Deputado Marco Maia (PT-RS)	Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	**2º VICE-PRESIDENTE**
Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	**1º SECRETÁRIO**
Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	**2º SECRETÁRIO**
Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	**3º SECRETÁRIO**
Deputado Odair Cunha (PT-MG)	Senador Mão Santa (PSC-PI)[1]
4º SECRETÁRIO	**4º SECRETÁRIO**
Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**
Deputado André de Paula (DEM/PE)	Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**
Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**
Deputado Damião Feliciano (PDT-PB)[2]	Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

[1] Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

[2] O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) [12]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) [12]
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) [12]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) [13]
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) [14]	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

---

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.
[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.
[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.
[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.
[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.
[12] Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.
[13] O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.
[14] Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano[1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R$31,00
Porte de Correio	R$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R$0,30
Porte avulso	R$0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R$62,00
Porte de Correio	R$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R$0,30
Porte avulso	R$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 376 páginas
OS: 2010/10400